



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E  
LOCAL

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO SERTÃO  
DE COITÉ (1870-1933)**

Santo Antônio de Jesus – BA  
2016

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO SERTÃO  
DE COITÉ (1870-1933)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho

Santo Antônio de Jesus – BA  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Edimária Lima Oliveira

Martinha: a história de uma ex-escravizada no sertão de Coité (1870-1933) / Edimária Lima Oliveira Souza –. Santo Antônio de Jesus, 2016.

128 f.

Orientador: Walter da Silva Fraga Filho

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas - Campus V. Programa de Pós Graduação em História Local.

Contém referências.

1. Jesus, Martinha Maria de. 2. Escravidão. 3. Escravos – Condições sociais. I. Fraga Filho, Walter da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia.

CDD 981.05

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO SERTÃO  
DE COITÉ (1870-1933)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus V, como requisito para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Walter da Silva Fraga Filho  
UFRB  
Orientador

---

Profa. Dra. Elisangela Oliveira Ferreira  
UNEB

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Ferreira dos Reis  
UFRB

---

Prof. Dr. Wellington Castellucci Junior  
UFRB

---

Prof. Dr. Antonio Liberac Cardoso Simões  
UFRB

Aprovada em: 25 de janeiro de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus pela vida, força e a restituição de minha saúde para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Walter Fraga, pelas orientações valiosas e por me encaminhar ao trabalho com a trajetória da escrava Martinha. Seus conselhos e correções fizeram a diferença para a existência desta pesquisa. Agradeço, também, pela paciência nesses mais de dois anos e pelo apoio no momento mais difícil dessa caminhada, em que fiquei muito doente. Muito obrigada!

À minha querida orientadora da graduação, a Profa. Dra. Iris Verena Santos Oliveira, pelo incentivo para que eu fizesse a seleção do mestrado e por suas palavras positivas sempre que eu desanimava. Obrigada pelas conversas e seus conselhos.

Agradeço à minha querida professora do ensino médio, Suzana Macário Rocha. Sem sua ajuda no início, eu não teria condições de viajar e me manter no mestrado.

Aos colegas da UNEB – Campus XIV, de Conceição do Coité, Vera Lúcia Ribeiro, minha querida Verinha, sua ajuda e parceria foram fundamentais para que eu fizesse a pesquisa fora de Coité. Aos colegas Pedro Márcio, pelo incentivo a fazer a seleção, e João Amorim, pelo apoio e amizade nos primeiros meses de aula. À minha amiga-irmã Patrícia Carneiro, sem você, seria tudo mais difícil. Sua amizade foi um dos melhores presentes que a vida me ofertou.

Aos amigos e colegas do mestrado. Marcelo, que esteve o tempo todo me ajudando com palavras de ânimo. Alex, que desde o início me falava para focar na história da escrava Martinha. Cristina, pelas conversas. Karla, pela grande ajuda nas sugestões de leituras para o terceiro capítulo sobre memória. Rosimário, pelas muitas risadas. Em especial, aos amigos que ganhei no mestrado que dividiram comigo as angústias e alegrias (muitos sorrisos e até lágrimas): Ana Paula, Alcides, Joelma e Priscila, que compartilharam a casa comigo no primeiro semestre. Gabriela Bonomo e Gabriela Silva. Vocês tornaram meus dias mais felizes em Santo Antônio de Jesus.

Agradeço às pessoas que tornaram esta pesquisa possível. O Sr. Romão Cedraz, pelas muitas conversas, entrevistas e por ter me apresentado aos seus familiares descendentes de Martinha. Ao memorialista Orlando Barreto. Sou muito grata a ele pelas conversas e ajuda no identificar das fontes. Suas sugestões foram muito importantes. Aos funcionários da Casa Paroquial de Conceição do Coité, agradeço pelo acesso e por ter sido tão bem recebida todas

as vezes que precisei consultar os documentos existentes ali. Assim como, aos estagiários do CEDOC da UNEB, pela colaboração na busca dos documentos necessários.

Agradeço às queridas Profa. Dra. Elisangela Ferreira e Isabel Reis pelas sugestões que fizeram na qualificação e pelas correções propostas. Foi o momento de amadurecimento da pesquisa. Sem as observações feitas por elas, este trabalho, com certeza, teria diversas lacunas.

Às professoras do mestrado, Maria das Graças Leal, pelas sugestões e pelos “puxões de orelha” sobre as minhas considerações nas aulas referentes à minha pesquisa; Nancy Sento Sé, pelas belas aulas de teoria, elas foram fundamentais para pensar meu objeto de pesquisa; Cristiana Lyrio, pelas sugestões durante as suas aulas; e Ednélia Souza, pelas valiosas discussões nos encontros da Linha II.

Às pessoas que são a razão da minha existência, a força que me move a acordar todos os dias e alimentar meus projetos. Aos meus pais, Manoel Raimundo e Hélia, que mesmo não tendo estudado até o fundamental I, me incentivaram a estudar e trilhar nesse mundo da educação. Aos meus irmãos Juju, Ronaldo e Edilson, pela força e por terem ficado ao meu lado nos meses em que estive doente. Ao meu irmão Romário (in memoriam), que foi o melhor amigo que tive durante a minha graduação, me levava para a UNEB em Conceição do Coité e, de forma paciente, me esperava todas as noites, por quase quatro horas de aula. A sua partida foi a maior dor que senti na minha vida. Ainda é difícil acordar todos os dias e saber que não mais verei seu sorriso. Foi também por você que fiz esse mestrado, sua luta por mim não foi em vão. Ao meu companheiro Maciel, pela paciência.

Por fim, ao meu filho, Marcos, meu anjinho e razão de minha alegria. Agradeço o carinho com que me recebia todas as semanas quando eu voltava de Santo Antônio de Jesus. Sempre esperava acordado e me agraciava com seus beijos e abraços. Você é meu maior tesouro. Por você, eu continuo sonhando e acreditando que vale a pena viver!

## RESUMO

Em 1883, Manoel Cedraz de Oliveira Júnior registrou em cartório uma escritura de perfilhação, reconhecendo seus cinco filhos com Martinha Maria de Jesus, uma ex-escrava sua. A trajetória desta liberta, bem como de sua família, é o objeto principal deste trabalho. Através de escrituras de compra, venda e doações de escravos, testamentos, assentos de batismos, cartas de liberdade, procurações, registros de casamento e de óbito, declarações de nascimentos e de óbitos, documentos diversos em livros de notas, assim como as entrevistas orais dos descendentes, somados a uma ampla leitura bibliográfica, foi possível desvendar situações vividas pelos membros desta família. A partir da vida de Martinha, conseguiu-se conhecer as experiências vividas por outras famílias cativas que tinham relações de amizade e apadrinhamento com ela. Assim, um universo mais amplo de escravidão e de liberdade no período da escravidão e no pós-abolição foi revelado.

**Palavras-chave:** Escravidão. Família escrava. Liberdade. Martinha. Trajetória.

## **ABSTRACT**

In 1883, Manoel de Oliveira Junior Cedraz registered notarized deed one profiling, recognizing his five children born with Martinha Maria of Jesus, a former slave yours. The trajectory of this release as well as his family is the main object of this work. Through the purchase, sale and donations of slaves, wills, baptisms seats, letters of freedom, powers of attorney, marriage records and death certificates, declarations of births and deaths, multiple documents in note books and oral interviews descendants added to a broad literature reading was possible to unravel situations encountered by members of this family. From Martinha of life it was possible to know the experiences of other captive families who had friendly relations and sponsorship with it. Thus, a broader universe of slavery and freedom in the period of slavery and post-abolition was revealed.

**Keywords:** Slavery. Slave family. Freedom. Martinha. Trajectory.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACPCC           Arquivo da Casa Paroquial de Conceição do Coité

APEB           Arquivo Público do Estado da Bahia

CEDOC          Centro de Documentação da UNEB (Campus XIV – Conceição do Coité)

FHC – ACMFS   Family History Center – Arquivo da Cúria Metropolitana de Feira de Santana

## LISTA DE TABELAS E FIGURAS

### TABELAS

Tabela 1 – Famílias escravas (1870-1890) .....	61
Tabela 2 – Filhos e netos de Martinha .....	76

### FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região da Vila de Feira de Santana em 1850 .....	26
Figura 2 – Manoel Cedraz de Oliveira Filho .....	32
Figura 3 – Belmiro Cedraz de Oliveira .....	75
Figura 4 – Belmiro Cedraz de Oliveira e Ubaldina Cedraz de Oliveira, sua esposa.....	75
Figura 5 – Eufrosina e um dos filhos de Rita .....	80
Figura 6 – Fazenda Trancada .....	88
Figura 7 – Cândido Carneiro da Silva e D. Rosalva Carneiro da Silva .....	89
Figura 8 – Candido Carneiro da Silva e Firmina Francina de Almeida .....	89
Figura 9 – Maria Silva de Oliveira e Evandio Mendes Oliveira .....	90
Figura 10 – João Santana Cedraz .....	90
Figura 11 – João Pedro de Souza .....	90
Figura 12 – Maria da Glória e Padre Elias Cedraz .....	91
Figura 13 – Belmiro Cedraz Filho e Ubaldina Cedraz .....	91
Figura 14 – Belmiro Filho .....	92
Figura 15 – Norilda Cedraz de Oliveira .....	92

Figura 16 – Romão Cedraz de Oliveira .....	93
Figura 17 – Alcina Cedraz Filha .....	93
Figura 18 – Rita Maria de Souza .....	94
Figura 19 – Roque Visita Cordeiro .....	94
Figura 20 – Albertino Maya e Ana Maya (D. Nininha) .....	95
Figura 21 – Casas de Antonio Frutuoso .....	96

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 MARTINHA: HISTÓRIA DE UMA CATIVA NO SERTÃO DA BAHIA</b> .....	20
2.1 Conhecendo o mundo de Martinha .....	21
2.2 Martinha: mãe de um pequeno cativo .....	28
2.3 Manoel Cedraz... Quem era, afinal, esse homem? .....	32
2.4 O encontro de dois mundos .....	36
2.5 Martinha e suas escolhas .....	45
<b>3 TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS E LIBERTOS: OS FILHOS DE MARTINHA</b> .....	54
3.1 Famílias escravas .....	59
3.2 Tecendo fios .....	64
3.3 Caminhos trilhados por Saturnino .....	66
3.4 Filhos, filhas e netos de Martinha .....	71
3.5 Revisitando Martinha: últimos anos de vida .....	81
<b>4 VESTÍGIOS DO PASSADO: UMA HISTÓRIA CONTADA E RECONTADA</b> .....	87
4.1 Martinha: memória coletiva e mito .....	97
4.2 Uma mulher diferente? .....	108
4.3 O que dizem os memorialistas?: entre a ficção e a honra de Martinha .....	111
4.4 Encontros e desencontros da memória .....	115
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122

## 1 INTRODUÇÃO

A escrava Martinha é uma personagem conhecida entre os memorialistas de Conceição do Coité há algum tempo.<sup>1</sup> Encontrei parte de sua trajetória na pesquisa de graduação sobre a escravidão e a liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, no período entre 1869 e 1888. Nesse estudo, localizei alguns documentos que indicavam a compra de Martinha e seu filho Saturnino e também uma escritura de perfilhação em que um homem de posses reconhecia cinco filhos naturais tidos com uma certa “Martinha Maria de Jesus”. Estas informações despertaram meu interesse, pois havia ali uma relação entre senhor e cativa dando origem a uma família diferenciada.

A partir de tais evidências, iniciei uma busca apurada na documentação que fazia menção a seu nome e também aos nomes dos seus filhos e do seu senhor. Foi necessário, para isto, seguir os passos dos historiadores da micro-história como referencial teórico e metodológico e, com um olhar microscópico, buscar dados específicos numa variedade de fontes. A micro-história nos incentiva, também, a buscar novas fontes e a reduzir a escala de observação, com o intuito de enxergar aspectos que, de um modo macro, passariam despercebidos.<sup>2</sup> A pequena escala possibilita captar certos mecanismos que em uma escala macro produziria certas generalizações que não respondem a muitas das questões específicas que dizem respeito aos indivíduos e suas relações. Meu olhar se voltou, então, para a vida desta escrava que transitou entre o mundo dos cativos, libertos e livres.

O caminho trilhado pelos historiadores da micro-história<sup>3</sup> tem sido percorrido, aqui no Brasil, especialmente, pelos seguidores da história social. Dentre eles, podemos lembrar de João José Reis, Eduardo Silva, Gabriela Sampaio, Walter Fraga, Isabel Reis e Hebe Mattos.<sup>4</sup> Tais autores buscaram evidências de seus sujeitos pesquisados e conseguiram descortinar o espaço em que eles viviam levando em consideração o cotidiano, as questões sociais e culturais.

A partir da análise das primeiras descobertas acerca da vida de nossa personagem, busquei respostas para uma pergunta central: O que realmente significava família formada entre senhor e escrava e quais eram as implicações sociais para cada membro desta família, incluindo os filhos? Essa questão se somou a outras: Como entender os papéis desempenhados por Martinha em um relacionamento conjugal com seu senhor? Por que, afinal, um homem branco e de posses escolheu para constituir família uma escrava de seu domínio, quando poderia fazer tal escolha dentro de seu grupo social? E, ainda: Como nossa

personagem viveu com sua família dentro do núcleo familiar branco da família do pai de seus filhos?

Para responder a tais questionamentos, fizemos uma busca minuciosa em livros de notas de escrituras de compra e venda de imóveis, propriedades rurais e escravos, assentos de batismos, de casamentos e de óbitos, inventários, procurações, processos crimes e outros documentos arrolados nos livros de notas que traziam dados sobre a família de Martinha. A partir de sua biografia, outros sujeitos que viveram as mesmas circunstâncias de escravidão que ela foram evidenciados, principalmente, alguns pertencentes a famílias cativas formadas por mães e filhos ou pais e suas proles. Dessa forma, aspectos sociais dessas famílias aparecem ao longo do texto.

Outra fonte utilizada foi a oral. Foram realizadas entrevistas com descendentes da escrava Martinha, bisnetos, sobrinhos-netos e memorialistas que ouviram relatos de parentes dela que conviveram com ela. Tais entrevistas trazem detalhes importantes que as fontes escritas não dão conta. As fontes orais são de grande importância para a historiografia, pois têm o potencial de dar voz àqueles que, normalmente, não têm o direito de se pronunciar oficialmente, ou seja, os esquecidos, os excluídos. Assim, a História Oral é um valioso método de pesquisa que possibilita o acesso a muitas experiências ainda não escritas, inclusive, de pessoas como Martinha.<sup>5</sup>

Dentre os trabalhos historiográficos do período da escravidão e do pós-abolição que trouxeram fontes orais, podemos destacar os de Walter Fraga<sup>6</sup> e o de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios.<sup>7</sup> Em *Encruzilhadas da liberdade*, Fraga traz informações colhidas a partir da entrevista de um antigo morador do Engenho da Cruz, Manoel Araujo Ferreira. Sua entrevista indicou o nome de alguns dos ex-escravos que Fraga encontrou nos documentos escritos. Os relatos do entrevistado apresentaram o local de origem de alguns dos egressos da escravidão, condições de suas moradias e endereços de trabalho e, ainda, algumas lembranças da própria escravidão, das condições em que eram tratados e viviam.

No livro *Memórias do cativo*, Hebe Mattos e Ana Lugão Rios colocam o pós-abolição como problema histórico e destacam os relatos de descendentes dos últimos escravos do sudeste cafeeiro do Brasil. Nos depoimentos, as memórias dos entrevistados ressaltam, principalmente, as lembranças sobre relações de trabalho, os laços familiares e as situações de violência em que viveram seus pais e avós enquanto cativos.<sup>8</sup>

As situações de violência, nem sempre, são reveladas pelos entrevistados, pois eles agem em uma tentativa de esquecer tais circunstâncias de sofrimento, como uma maneira de resistência. Essa resistência, muitas vezes, aparece em forma de esquecimento. Os

descendentes de escravos também buscam fugir do estigma da escravidão e, para tanto, negam as situações de violência e de pertencimento a um passado de servidão.

O trabalho com a memória de escravos no Brasil não é tarefa fácil, pois, ao contrário dos Estados Unidos, não se deu a devida importância aos depoimentos dos egressos da escravidão logo após a abolição, o que só foi feito mais tarde, através de filhos, netos e bisnetos de homens e mulheres que viveram no cativeiro.

Encontrar os nomes de ex-escravos na documentação do pós-abolição requer um exercício minucioso de cruzamento de fontes, o método chamado por Robert Slenes de “ligação nominativa”, adotado por Walter Fraga em estudo sobre as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos no Recôncavo baiano, no período entre 1870 e 1910. Por meio do cruzamento de variadas fontes documentais e o uso da História Oral, Walter Fraga conseguiu revelar alguns aspectos sobre o passado de escravidão dos libertos depois do 13 de maio de 1888.<sup>9</sup>

Hebe Mattos e Ana Lugão Rios também conseguiram quebrar o silêncio das fontes e trazer detalhes da vida de libertos e seus descendentes com o uso da História Oral. A memória de descendentes de escravos do sudeste brasileiro entrevistados por elas revelou diversos contextos da escravidão que os ascendentes desses entrevistados viveram. Através do estudo, elas perceberam as condições de sobrevivência dos que emergiram do cativeiro em 1888, abordando suas escolhas e estratégias de subsistência. As autoras também relacionaram as fontes orais com os documentos escritos.

O trabalho que ora se apresenta também é um estudo biográfico da vida da personagem Martinha. A abordagem biográfica em História esteve, durante muito tempo, atrelada ao estudo da vida de grandes personalidades, pessoas que faziam parte da elite brasileira. Assim, “o personagem-objeto era visto em si mesmo, solitário e isento”.<sup>10</sup> Este gênero, nos últimos anos, tem buscado “encontrar o sujeito biografado em seu mundo, no seu movimento de vida”<sup>11</sup> como sujeito que atuava para transformar sua vida e reagia diante das situações sociais que era submetido.

A partir da evidência de um relacionamento entre um homem livre com uma mulher negra e escrava, tivemos a necessidade de revisitar Gilberto Freyre e trajetórias de mulheres como Chica da Silva. Em *Casa grande e senzala*, Freyre afirmou que a mulher negra era “irresistível” e também apontou haver no período colonial e imperial a predileção de alguns homens brancos e abastados por mulheres negras e cativas. As mulheres de cor eram vistas como as mais dotadas de atributos sexuais e, por isso mesmo, despertavam nos homens brancos desejos libidinosos. Freyre foi um dos primeiros autores a tratar da questão de

relacionamento entre senhor e cativa, mas a partir de uma tese mais geral acerca da relação de proximidade entre a casa grande e a senzala.<sup>12</sup>

Por tais motivos, muitas escravas, libertas e livres de cor constituíram relações afetivas ilegítimas com senhores e/ou filhos deles. Dessa forma, desde o período colonial, essas relações se tornaram um problema para a família branca. Muitas senhoras mandavam castigar as suas cativas de forma cruel e algumas vendiam suas escravas mais jovens a velhos “libertinos”, por medo delas se envolverem com seus maridos e abalar a estrutura do casamento. Atos de crueldade eram praticados por essas senhoras para servir como exemplos às demais escravas da casa, para que não se envolvessem com seus senhores brancos.<sup>13</sup>

Sabemos que o envolvimento com os proprietários poderia ou não beneficiar as cativas. Por um lado, seria uma forma de chegar mais perto da alforria ou mesmo adquirir meios de sobrevivência para si e sua prole. Mas, por outro lado, é possível também que tais relacionamentos pudessem existir por um forte sentimento afetivo ou mesmo de amor. Não podemos anular a possibilidade de existência de sentimentos tanto por parte das cativas, quanto dos senhores. É inegável, também, que muitos casos entre senhores e suas cativas aconteciam pelo uso da força e do poder resultante da relação senhor/escrava.<sup>14</sup> Nesta situação, as relações de poder tornavam-se evidentes, uma vez que o direito de propriedade se estendia ao usufruto do corpo da cativa.

O assédio dos senhores em relação às escravas era parte do poder deles sobre suas cativas. E não apenas as solteiras eram abusadas e violentadas sexualmente, as escravas casadas também poderiam ser vítimas do assédio senhorial. As ameaças eram uma forma de intimidar a cativa e fazer com que ela não reagisse e “permitisse” que os abusos continuassem. Eram comuns ameaças de separação da família através de vendas e até trabalhos individuais mais pesados.<sup>15</sup>

Chica da Silva é exemplo de uma escrava que manteve um relacionamento afetivo com um homem branco e de posses. Seu senhor lhe concedeu a liberdade e ainda possibilitou meios para que ela e seus filhos tivessem um futuro com recursos suficientes para a sobrevivência e a preparação deles para a inserção no mundo dos livres. Chica da Silva se tornou sinônimo de depravação e sua imagem ainda é associada a uma mulher que conquistava seus interesses por meio do sexo.<sup>16</sup>

A historiografia tem apontado relacionamentos estáveis entre senhores e suas cativas que resultaram em filhos ilegítimos. O caso da escrava Luzia Jeje, que manteve um relacionamento afetivo com seu senhor e ainda foi mãe de cinco filhos naturais reconhecidos

por ele, é uma evidência de que tais relações amorosas existiram e que, possivelmente, muitas ainda podem ser encontradas e estudadas.<sup>17</sup>

A trajetória da escrava Martinha e de seus filhos não é um caso único, a historiografia tem demonstrado outras relações entre senhores e suas cativas. Mas, o seu diferencial reside no fato dela ter se tornado a única mulher de Manoel Cedraz, já que a relação foi oficializada na igreja católica e, também, por Martinha ter conquistado espaço na sociedade em que vivia. Sua história foi e é assumida pelos seus descendentes e narrada com orgulho por eles. Assim, faz-se necessário estudá-la, conhecer os pormenores de sua relação com Manoel Cedraz e as consequências dela para a vida de sua prole, seis filhos pardos, cinco deles com sobrenome reconhecido na sociedade coiteense, oriundo da família Cedraz.

O recorte temporal escolhido cobre o início da vida dela enquanto comprada pelo seu proprietário, em 1870, até sua morte, em 1933. Alguns aspectos relacionados à condição social da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité são ressaltados ao longo do texto. Outros sujeitos da escravidão e as situações em que viveram como cativos e libertos, principalmente, no que diz respeito à questão familiar, são evidenciados. Este estudo, portanto, está inserido na historiografia da “família escrava”, uma família diferenciada das demais tratadas por muitos historiadores, pois agregou sujeitos com condições jurídicas distintas, escravizados, libertos e livres, mas, sobretudo, situa-se também no âmbito dos estudos sobre o pós-abolição, pois tenta reconstituir a trajetória de Martinha, de sua família e de outros sujeitos egressos do cativeiro que viviam no mesmo universo que ela após 1888.

O pós-abolição teve início em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, o que determinou o fim da escravidão no Brasil. Partilhamos da ideia de Flávio Gomes de que “a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas em um contexto posterior ao término formal da escravidão”. Neste sentido, as relações de hierarquias, de poder e de trabalho foram ressignificadas para abrigar identidades sociais semelhantes àquelas que a historiografia qualificou como exclusivas da relação senhor/escravo. As mudanças sociais que poderiam advir com a abolição, tiveram que ser conquistadas no cotidiano dos egressos da escravidão.<sup>18</sup>

No tocante às mulheres, que este estudo privilegia através da figura de Martinha, elas tiveram que buscar estratégias de sobrevivência no mundo do trabalho, ou melhor, às margens do trabalho formal e reconhecido pela sociedade do final do século XIX e início do século XX. Eram, nas cidades, vendedoras de tabuleiros, ambulantes e lavadeiras que buscavam conquistar a cidadania a partir do mercado de trabalho informal.<sup>19</sup> Sobre Martinha, como ela

vivia em uma comunidade pequena, é possível que tenha trabalhado nos serviços domésticos, no cuidado com os filhos de seu proprietário e ainda na lida da roça.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado *Escrava Martinha: história de uma cativa no Sertão da Bahia*, apresenta relatos sobre a vida dessa personagem antes de ser comprada por Manoel Cedraz, seu proprietário/marido. Expõe, também, o nascimento de seu primeiro filho, ainda no cativeiro, e os caminhos trilhados por ela até o nascimento de seus cinco filhos. Questões relacionadas à escravidão e à liberdade, bem como às condições de vida de outros cativos são abordadas ao longo do texto. A história dessa escrava nos mostra as condições de vida de cativos que viveram no sertão da Bahia na segunda metade do século XIX e que sofreram os impactos do cativeiro e, principalmente, a realidade de escravos que conseguiram alterar o percurso considerado natural para a vida de pessoas destinadas à servidão a partir de suas estratégias de sobrevivência.

O segundo capítulo, *Trajétórias de escravos e libertos: os filhos de Martinha*, discute as estratégias utilizadas por Martinha para inserir seus filhos no mundo dos livres. Pequenas histórias de outras famílias cativas são destacadas, principalmente, as ligadas a questões de casamento, liberdade e nascimento da prole. A relação entre Martinha e a família Cedraz também é abordada, levando em consideração as ligações presentes nos documentos escritos e nos depoimentos orais. A relação entre Martinha e sua família, mãe e irmãos, é evidenciada, e, primordialmente, as relações de compadrio entre escravos e entre eles, ela e seus filhos.

No terceiro capítulo, *Vestígios do passado: uma história contada e recontada*, enfatizamos a memória que se construiu sobre a escrava Martinha. Ela é vista, às vezes, como heroína, como uma rainha, uma mulher de cor que se diferenciava das demais pela beleza física e por uma missão única, servir como ponte para a liberdade de muitos escravos da freguesia em que vivia. Em outros momentos, se referem a ela como uma mulher frágil, que foi agraciada por Deus, que lhe presenteou com um homem branco e apaixonado que a libertou do cativeiro. A evidência é transferida para Manoel Cedraz, colocado como um homem bondoso, que enfrentou todos os preconceitos da época em nome de um amor por uma mulher negra e escrava. Nesse capítulo, discutimos, justamente, os diversos significados dessas diferentes versões da história.

---

<sup>1</sup> Os memorialistas são Orlando Matos Barreto e Vanilson Lopes de Oliveira.

<sup>2</sup> BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *Opsis*, v. 7, n. 9, jul./dez. de 2007, p. 167-185.

<sup>3</sup> Dentre os historiadores, podemos destacar Carlo Ginzburg (1994); José D'Assunção Barros (2007); Giovanni Levi (2000).

<sup>4</sup> Ver, entre outros, Hebe Mattos (1995), Isabel Reis (2007), Walter Fraga (2006), João José Reis (2008).

- 
- <sup>5</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz – CPDOC, 2000.
- <sup>6</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.
- <sup>7</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- <sup>8</sup> MATTOS; RIOS, 2010. Op. Cit.
- <sup>9</sup> FRAGA FILHO, 2006. Op. Cit.
- <sup>10</sup> Idem.
- <sup>11</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo, SP: Annablume, 2009.
- <sup>12</sup> Ibidem, p. 24.
- <sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal (1933). Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Record, 2001.
- <sup>14</sup> GRIMBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- <sup>15</sup> SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional*. vol. 2. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. p. 233-290.
- <sup>16</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- <sup>17</sup> ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje*. Escravidão, família e mobilidade social, c. 1780 – c. 1830. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2010.
- <sup>18</sup> GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007. p. 11.
- <sup>19</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

## 2 MARTINHA: HISTÓRIA DE UMA CATIVA NO SERTÃO DA BAHIA

Este capítulo apresenta uma análise da trajetória da escrava Martinha Maria de Jesus, sua condição de vida como cativa e o relacionamento dela com o seu senhor. Discute, também, as características da freguesia em que vivia e a relação que tinha com escravos e escravas que enfrentavam condições semelhantes às vividas por ela.

O ano era de 1870, exatamente no dia 11 do mês de maio. O escrivão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité registrou uma escritura de compra e venda de uma escrava. Era chamada de Martinha, crioula, com vinte anos de idade, aproximadamente. O vendedor era Manoel José da Costa e o comprador Manoel Cedraz de Oliveira Júnior. O valor pago por esta cativa foi de 800\$000 (oitocentos mil-réis).<sup>1</sup> Seu valor surpreende, por ser o mais alto cobrado por uma escrava entre 1869-1888 na freguesia citada. Mulheres na mesma idade e com boa saúde eram vendidas por 500\$000 mil-réis, em média.

No mesmo dia em que a escritura de compra da escrava Martinha foi registrada, localizamos, logo em seguida, outro documento, em que um menino de 4 para 5 anos de idade foi vendido ao mesmo Manoel Cedraz. Seu nome era Saturnino, “pardinho” do domínio de Dona Bernardina Claudina do Espírito Santo. Chamou a atenção o fato da proprietária do menor ter informado que havia comprado o menino de Manoel José da Costa, ex-proprietário de Martinha.<sup>2</sup> A partir de outros documentos, encontramos evidências de que Saturnino era filho de Martinha.

Posteriormente, achamos a nossa personagem citada em outro documento, datado de 1883, uma escritura de perfilhação feita por Manoel Cedraz de Oliveira reconhecendo cinco filhos dela como sendo filhos naturais dele também. Quatro desses filhos eram crianças entre 10 e 2 anos, tidos com Martinha Maria de Jesus, mulher solteira.<sup>3</sup> Ao observar o assento de batismo do primeiro filho de Martinha, escrava de Manoel Cedraz, percebemos que não se tratava de uma coincidência de nomes, a mesma cativa que havia sido comprada, há cerca de 13 anos, era a mãe dos filhos de seu proprietário e já havia alcançado a alforria.

Assim, nos deparamos com uma família dividida pela condição jurídica. O pai era um homem livre e proprietário de escravos, a mãe, uma ex-escrava, liberta, provavelmente, antes de 1883, como foi constatado na escritura de perfilhação, em que seu nome aparece com os sobrenomes “Maria de Jesus”. O primeiro filho dela com Manoel Cedraz, Antonio Frutuoso, nasceu em abril de 1874 e foi batizado em maio do mesmo ano, ele foi declarado como

“liberto” pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. A partir do batismo do segundo filho dela com seu senhor, Joviniano, nascido em 2 de fevereiro de 1879 e batizado em abril, a condição jurídica de Martinha mudou para “liberta”. Assim, ela deve ter conquistado sua liberdade entre os anos de 1878 e 1879.<sup>4</sup> Notamos, a partir dos nomes dos filhos e dos pais deles, que houve um relacionamento amoroso/sexual entre senhor e escrava, relação essa que pode ter começado antes mesmo da compra feita por Manoel Cedraz da escrava. É possível que a compra tenha sido um meio de trazê-la para seu domínio. O valor estipulado por Manoel José da Costa pode ser um indicativo do interesse demonstrado pelo comprador.

Algumas questões surgiram mediante a história dessa cativa. Como era a relação de Martinha com os familiares de Manoel Cedraz e, também, com os demais escravos de seu senhor? Possivelmente, havia um tratamento diferenciado em relação a ela. Quem era o homem que, branco e de posses, se envolveu em um relacionamento de concubinato com uma escrava de seu domínio e, depois, se casou com ela? Ou mesmo, quais as situações de preconceito vivenciadas por eles a partir desse relacionamento? Antes, contudo, é necessário conhecer o mundo ao qual Martinha pertencia.

## **2.1 Conhecendo o mundo de Martinha**

Martinha era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.<sup>5</sup> Pela evidência da idade dela em 1870, ela teria nascido, provavelmente, em 1849. Era filha de Antonia Maria de Jesus e Francisco de tal.<sup>6</sup> Sobre sua ascendência, sabemos apenas que ela era fruto de uma relação legitimada entre uma cativa e um homem que não podemos afirmar ao certo a condição jurídica. No registro de batismo, ela aparece como “filha legítima”, o que pode evidenciar uma relação oficializada pela Igreja Católica. Martinha era escrava de Manoel Alves de Jesus e de sua mulher Bernardina Claudina do Espírito Santo, donos da Fazenda Sucavão. Após a morte de seu proprietário, ela passou ao domínio da filha do ex-senhor, Rita Maria de Jesus, e do marido, Manoel José da Costa.<sup>7</sup> Martinha viveu na dita freguesia, na casa de seu proprietário Manoel da Costa, até 1870, período em que foi vendida a Manoel Cedraz. Possivelmente, viveu nas mesmas condições que os demais escravos sob as

circunstâncias do sistema escravista. Martinha foi descrita como “do trabalho da lavoura” e de “serviços domésticos”, atividades comuns às cativas da freguesia citada.

Antes de narrar mais detalhes da vida de Martinha, vejamos mais de perto o cenário em que ela viveu. A localidade onde nasceu Martinha fazia parte do chamado Sertão dos Tocós. O povoamento desta região está intimamente ligado às instalações das fazendas de gado do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, ainda no século XVII.

Possuo (Antônio Guedes de Brito) as Fazendas dos Tocós por um título de sesmaria dado a minha mãe Maria Guedes, ao Padre Manoel Guedes Lobo, a Sebastiana de Brito, a Anna Guedes em 14 de dezembro de 1612 pelo Governador D. Diogo de Menezes. E, o dito Padre meu tio me fez doação do que lhe tocava em 9 de setembro de 1651. E, o Cap. Francisco Barboza de Paiva, marido da minha tia Sebastiana de Brito, fizeram venda, a meu pai do que lhe pertencia na dita data em 16 de junho de 1652 [...].<sup>8</sup>

Antônio Guedes de Brito foi adquirindo, ao longo da segunda metade do século XVII, um grande patrimônio fundiário, conquistado com o uso da força. Organizou grupos armados que expulsaram os indígenas que habitavam o sertão da Bahia, conseguiu, por meio da expropriação, a posse da sesmaria. Segundo Elisangela Ferreira,

era costume recorrente entre os homens de poder no nosso passado colonial no Sertão a prática de ocupar terras antes de pleiteá-las pelo regime de sesmaria, ou extrapolando os limites estipulados por lei, tornando esse sistema muito mais um instrumento de legalização das apropriações.<sup>9</sup>

O termo Tocó, segundo alguns memorialistas, refere-se à tribo indígena “Tocós”, que habitava a região e foi dominada pelo sesmeiro Antônio Guedes de Brito Neto.<sup>10</sup> Porém, os relatos dos memorialistas ainda exigem pesquisa para confirmá-los ou não.

Nesse sentido, trabalhamos com uma memória local que traz em suas narrativas a existência de grupos indígenas compostos, em suas falas, por “caboclos, caboclas”, sendo estas últimas apresadas a “dente de cachorro” no mato para serem amansadas, com o objetivo de educá-las para, mais tarde, se tornarem mulheres aptas para o casamento com os homens brancos que habitavam a região no século XVIII.<sup>11</sup>

O memorialista Vanilson Oliveira registrou que os indígenas eram “perigosos” e, por esse motivo, precisaram ser vencidos pelos bandeirantes que partiam do litoral e Recôncavo para desbravar o interior dos sertões baianos. Ainda para ele, a presença indígena marcou apenas os “topônimos” da região sisaleira. Assim, a contribuição dos índios teria existido apenas em termos de vocabulário, seus vestígios teriam sido inexpressivos para a cultura do sertão baiano.<sup>12</sup>

Além de citar os Tocós, Vanilson ainda colocou os Cariocas, Sapoias e os Carapaus como supostos habitantes da região. Suas afirmações foram retiradas de um documento de

Guedes e Brito que ressalta como ele se tornou dono da sesmaria dos Tocós e fazia referência aos grupos indígenas que já viviam naquela região.

Possuo a fazenda dos Tocos [...] as terras as quais terras povoei, descobrindo-as fazendo estradas, e pazes com os índios Cariocas, Orizes, Sapoyas, e Carapaus descendo aldeias para as mesmas terras, com qual se segurarão as fronteiras do Inhambupe e Natuba, que por algumas vezes tinham infestado os bárbaros rebeldes.<sup>13</sup>

Em estudo realizado sobre Serrinha, o memorialista Tasso Franco referiu-se à presença indígena na região supracitada, mas não fez referência aos povos apontados por Antônio Guedes de Brito e, posteriormente, por Oliveira. Ele apontou a existência dos Cariris, indígenas que habitavam a região Lage dos Caboclos, próxima à Serrinha. Segundo sua obra, tais informações foram obtidas a partir do estudo e entrevista do Prof. Carlos Ott, que encontrou vestígios culturais dos Cariris nesta região. Tasso Franco asseverou que

os primeiros habitantes foram os cariris com aldeias nos sertões dos Tocós, ou Pindá, nas proximidades do rio Tocos (índios Tocós), em Berintiga (índios berintigas), em Lage dos Caboclos, nos Tapuios (hoje Tapuio, Município de Araci) e no Saco dos Tapuios (na direção de Candeal) [...] Os tocós e berintiga cultivavam milho, feijão e mandioca, viviam em malocas e casas de taipa, umas próximas das outras, e, ao contrário das tribos que habitavam o São Francisco, mais numerosas e organizadas, eram praticamente indefesos aos ataques dos colonizadores. Os índios acreditavam num ente superior e tinham seus pajés-sacerdotes. O índio era livre e dono dos seus atos, e buscava seus alimentos na colheita, na caça e na pesca.<sup>14</sup>

O autor trouxe os nomes dos principais grupos indígenas que, possivelmente, habitavam a região dos Tocós. Em sua visão, a “inferioridade” militar deles e a organização dos colonizadores, que encontravam pouca resistência desses povos indígenas em seus ataques, foi o que propiciou a ocupação das terras. A existência e presença de tais índios ficaram gravadas nas fragmentadas memórias dos habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e na tipologia dos nomes das localidades dela, ainda no século XIX.

Com a expulsão desses índios, denominados “Tocós” (daí o nome da sesmaria), Antônio Guedes de Brito organizou fazendas para criação de gado e abriu estradas para facilitar as viagens com boiadas. Em 1676, ele fez uma declaração que demonstra muito bem as condições de estiagem no sertão dos Tocós: “[...] e sendo de mais de quarenta não achar sítio algum que pudesse cultivar-se, nem em todo tempo se pode passar por falta da dita água [...] e também [...] por serem os ditos tocós muito faltos de água, haverem muitos matos, caatingas infrutíferas [...]”.<sup>15</sup>

Antônio Guedes de Brito teve apenas uma filha, chamada Isabel Maria Guedes de Brito. Ela recebeu o grande domínio fundiário do pai. Dela, foi passado para sua filha, Joana da

Silva Guedes de Brito. Joana casou-se por duas vezes, porém, sem deixar descendência. Assim, ela nomeou seu único sucessor na propriedade de bens, o seu segundo esposo, Manoel de Saldanha da Gama. Ele teve que incorporar ao seu nome os sobrenomes de Joana para ter direito aos bens deixados por ela. Dessa forma, ele passou a chamar-se Manoel de Saldanha da Gama Guedes de Brito. Após isso, contraiu novo matrimônio, em Portugal, com Francisca da Câmara. Ocorreu, assim, a junção do morgado Guedes de Brito com a nobiliarquia da Casa da Ponte. Ele conseguiu transferir para os seus filhos toda a herança, entre eles, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, que herdou o grande patrimônio no Brasil. Ele tornou-se “um dos homens mais ricos do Reino de Portugal do século XVIII ao XIX”.<sup>16</sup>

No século XVIII, o Sertão dos Tocós era conhecido como Pindá, fazia parte dele as fazendas Tambuatá, Serrinha, Saco do Moura, Massaranduba, Pindá e Cuiaté. Um desses sítios foi adquirido por Teófilo da Mota, o denominado Pindá. Mais tarde, com a morte de Teófilo, as terras do Sítio Pindá foram divididas entre seus herdeiros e, assim, surgiram novas denominações. Da primeira divisão surgiram Pindá, Boca de Caatinga, Berimbau e Fazenda Nova. Posteriormente, as subdivisões ficaram: Boca de Caatinga dividiu-se em Campinas e Gangorra; da Fazenda Berimbau originou-se Angico e Algodões. Havia também a Fazenda Santa Rosa, que se desmembrou em Santa Rosa, Paulista e Floresta. A Fazenda Nova, por sua vez, foi subdividida, formando Fazenda Nova, Pedra Branca, Cavalão Morto, Santa Cruz, Itapororocas e, finalmente, as terras denominadas de Arraial do Coité.<sup>17</sup>

Conceição do Coité também aparece em alguns trabalhos regionais como pasto excelente para o gado, que era usado para o descanso de viajantes que seguiam em direção às minas de Jacobina. Com a descoberta das minas do Rio de Contas e Jacobina, no século XVIII, houve a necessidade de abrir novas estradas e, nesse percurso, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité tornou-se ponto de repouso. Segundo Barreto,

uma dessas estradas, abertas por Garcia d’Avilla e outros, grandes criadores de gado no Alto Sertão, entre os anos de 1654 e 1698, para condução de suas boiadas, é retificada e melhorada pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, em 1720, quando fundou a vila de Santo Antonio de Jacobina, cortava o Sertão dos Tocós, também chamado do Pindá, onde ficava o arraial de Água Fria, e as fazendas do Saco do Moura, Serrinha, Tambuatá, Massaranduba, Pindá, Coité, etc. Em Serrinha tomava as direitas pela Fazenda Raso, hoje vila Aracy, para Geremoabo e Pontal no Rio São Francisco, e no Tanque do papagaio, adiante de Coité [...].<sup>18</sup>

Ainda no século XVIII, por volta de 1760, tiveram início as obras da capela de Nossa Senhora da Conceição do Coité, construída nas terras doadas por João Benevides à santa de sua devoção. Nesse período, Coité ainda fazia parte da Freguesia de Água Fria. A construção dessa capela foi necessária por conta da expulsão dos jesuítas do Brasil. Eles eram os

responsáveis pela Capela do Sítio Pindá, que dava assistência religiosa aos moradores do Coité. Desse modo, os franciscanos instalados na Freguesia do Bom Jesus da Jacobina orientaram que se construísse uma capela na Fazenda Nova. No livro de óbitos da Freguesia João Batista da Água Fria, estão os registros de óbitos das pessoas sepultadas na capela do Coité. O primeiro registro se refere a “Manoel Antonio de Almeida, casado, morador dos Tocós, sepultado em 7 de novembro de 1762”.<sup>19</sup>

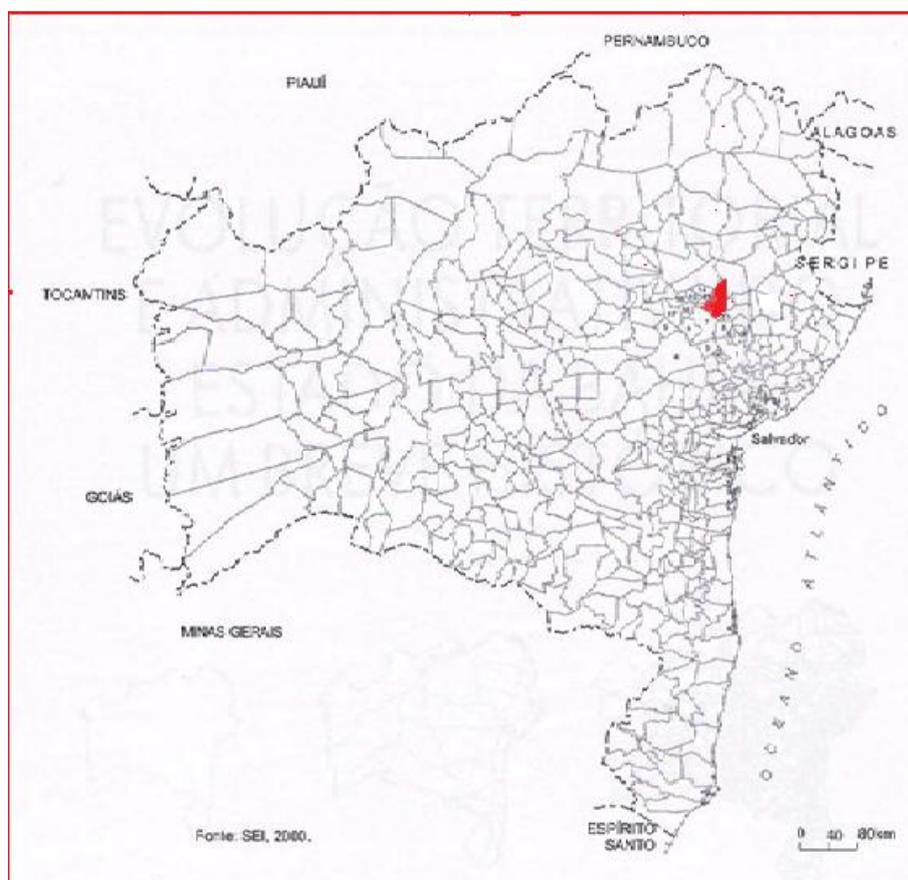
Com o passar do tempo, a Fazenda Coité ganhou desenvolvimento, devido à sua localização. Assim, houve a organização de uma feira livre realizada nos dias de sexta-feira. Nessa feira, eram comercializados escravos, animais e cereais. O que sobrava era enviado para Feira de Santana, principalmente, gêneros alimentícios para serem vendidos na feira de lá das segundas-feiras. Fica claro que a escolha do dia da feira de Coité era comercialmente estratégica.<sup>20</sup>

Em 1808, após a morte de Joaquim Benevides, seu filho, João Benevides, vendeu a Fazenda Coité a Manoel Mancio da Cunha, este último, juntamente com sua família, veio morar nessas terras. Coité alcançou a categoria de freguesia pela Resolução Provincial de 9 de maio de 1855, sob o nº 539. A partir desse momento, passou a pertencer à Vila de Feira de Santana. Com a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, a sua primeira delimitação territorial, de acordo com o 2º artigo da Resolução, ficou assim:

[...] Pelo sul, começará a limitar com a Freguesia de Riachão do Jacuípe pelo rio Tocós, seguindo por este abaixo a Fazenda Poços e desta ao Rio Jacuípe, passando pelas Fazendas Poço de Cima, Getiranas, Almas e Lage de Dentro. Pelo norte e noroeste, se extremará com a Freguesia de Queimadas pelo Rio Jacuípe, seguindo por este acima até Cachoeirinha, a margem do mesmo rio, daí em linha reta, até a Fazenda Baixa da Madeira na estrada do Piauí, desta a Fazenda Morro do Lopes e Serra Branca; e desta a Fazenda Trindade e desta pela estrada direita a Fazenda Pedra Alta. Pelo leste, se limitará com Tucano pela Fazenda Capim, até o Rio Poço Grande e por este acima até a Fazenda do mesmo nome. Pelo sueste, extremará com a Freguesia da Serrinha pela Fazenda Serra Vermelha e Salgada na estrada da Serrinha e daí se encontrará com o Riacho Pau-a-Pique e por este até o ponto divisório do rio Tocós.<sup>21</sup>

Observe o mapa a seguir da região da Vila de Feira de Santana e os principais municípios atuais cujas terras faziam parte da Comarca de Feira de Santana em 1850.

**Figura 1 – Mapa da região da Vila de Feira de Santana em 1850**



**Fonte:** Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador, BA: SEI, 2001. p. 26. In: FREYRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, riqueza e escravidão em Feira de Santana, 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Salvador, BA: UFBA, 2010.

1. Feira de Santana
2. Anguera
3. Serra Preta
4. Ipirá
5. Pintadas
6. Pé de Serra
7. Riachão do Jacuípe
8. Candeal
9. Tanquinho
10. Santa Bárbara
11. Ichu
12. Conceição do Coité
13. Retirolândia
14. Valente
15. São Domingos
16. Gavião
17. Capela do Alto Alegre
18. Nova Fátima

Em 1878, alguns territórios foram desmembrados da Vila de Feira de Santana. Os territórios de Nossa Senhora da Conceição do Coité e de Nossa Senhora do Gavião foram incorporados à Vila de Riachão do Jacuípe, criada pela Lei Provincial nº 1823. Em 1890, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foi desmembrada da Vila de Riachão do Jacuípe, pelo Ato Estadual de 18 de dezembro de 1890.<sup>22</sup>

Martinha e os demais escravos que viveram na Freguesia do Coité estavam num cenário em que muitos dos senhores eram donos de pequenos grupos de escravos e de posses de terras. No século XIX, o que dava *status* e poder neste espaço vivido por nossa personagem era ser proprietário de terras, gados e de escravos, possuir patentes e participar da vida política.

O censo de 1872 apontou que a freguesia era formada por uma população livre de 3.925 habitantes e 247 escravos, destes, 140 homens e 147 mulheres.<sup>23</sup> O número apresentado pode ser passível de desconfianças, principalmente, no que tange à população cativa. É possível que muitos proprietários não tenham declarado todos os seus escravos ou mesmo não tenham sido alcançados pela contagem. Outros estudos já apontaram a disparidade que houve entre os dados do censo de 1872 e os encontrados a partir de outras pesquisas, como por exemplo, censos feitos por algumas paróquias.<sup>24</sup> Contudo, parece que a população escrava local não era tão numerosa em relação à livre e liberta.

Os senhores de escravos locais eram donos de um pequeno número de cativos, variando de 3 a 12. Dado constatado em estudo feito no Orubu, sertão da Bahia, em que a posse da maioria dos proprietários de escravos era, em média, de 6 cativos, em geral.<sup>25</sup> Outra característica importante é o que se apresentou na maioria das localidades do Brasil, o maior interesse dos senhores de Coité estava em comprar escravos em idade produtiva, entre 14 e 39 anos de idade, faixa etária que rendia mais aos proprietários, pois esses escravos tinham a disposição necessária para o trabalho na lavoura. A escrava Martinha se inseria nesta condição na época em que foi comprada por Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, pois tinha 20 anos. Dado semelhante a este foi encontrado por Walter Fraga Filho, em estudo sobre a escravidão e liberdade no Recôncavo Baiano entre 1870 e 1910. Ele constatou que a maior parte dos cativos que viviam nos engenhos de São Félix, Santo Amaro e Cachoeira (52,4%) estava inserida na faixa de idade produtiva (entre 11 e 40 anos de idade).<sup>26</sup> Dentre os 80 cativos comercializados entre 1870 e 1888 em Coité, 49 estavam na faixa de idade produtiva.

A compra de crianças dava-se em menor escala. Entre as negociações registradas, percebemos que foram compradas 22 crianças de até 10 anos de idade. Elas foram comercializadas sozinhas, sem suas mães. Sobre as formas de obtenção dessas crianças

escravas, evidenciou-se nos documentos que 8 foram obtidas por cria das escravas dos seus proprietários. Esse foi o caso de Escolástica, parda, com menos de 4 anos, “vendida aos quatro dias do mês de março de 1870 pelo seu proprietário José Antonio Lopes à Teodósio por 300\$000 mil réis”. O proprietário declarou que ela era “[...] cria de sua escrava Vicência”.<sup>27</sup> Ainda dentre as 22 crianças escravas, 6 foram adquiridas por compra, 7 por meio de doações, 1 adquirida por meio de herança e em 5 notas não foram especificadas as formas de aquisição de parte delas.

É necessário ressaltar que o número reduzido de negociações de compra e venda de escravos não espelha a quantidade de cativos existentes na freguesia, notamos, através do cruzamento das fontes, que a maioria das negociações não era registrada em cartório.<sup>28</sup> Este dado foi percebido a partir da análise dos documentos, pois muitos nomes de escravos encontrados na documentação eclesiástica e até mesmo na cartorial não foram identificados nas escrituras de compra e venda. Os proprietários de cativos também eram reconhecidos pelas propriedades em que viviam, geralmente, fazendas, sítios e posses de terras compradas para servir de moradia e espaço para o cultivo de gêneros alimentícios e criação de animais. Dentre esses homens de poder, podemos destacar a figura de Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, proprietário de terras e de escravos.

## **2.2 Martinha: mãe de um pequeno cativo**

A escrava Martinha era filha da cativa chamada Antonia Maria de Jesus. Como muitas escravas, deve ter aprendido cedo a diferença que havia entre sua condição de propriedade e a dos seus senhores, homens brancos<sup>29</sup>, pardos ou mulatos<sup>30</sup> e de posses. O que sabemos de nossa personagem é que pode ter sido separada de seus irmãos e de sua mãe ainda criança. Provavelmente, Martinha desempenhava os mesmos serviços realizados pelas demais cativas de Coité e toda a Bahia naquele período. Na documentação analisada, observamos que as escravas de Coité cuidavam dos filhos de seus proprietários, trabalhavam como arrumadeiras dentro de casa e, também, nas roças. Cecília Soares afirmou que muitas escravas de Salvador, no período entre 1811 e 1888, trabalhavam como vendedoras ambulantes nas ruas, costuravam, eram lavadeiras, engomadeiras, bordadeiras, rendeiras e, também, realizavam os serviços da roça.<sup>31</sup>

Em 1864, Rita Maria de Jesus, filha de Manoel Alves da Costa e Bernardina Claudina do Espírito Santo, casou-se com Manoel José da Costa. Ele era filho de um português chamado Manoel José Chaves da Costa e Constância Lima da Costa, proprietários de uma fazenda denominada Pedro, presente na Declaração de Terras de 1857.<sup>32</sup> O casal recebeu, em uma partilha de bens, a escrava Martinha, que passou a morar com ele, possivelmente, na Fazenda Algodões, próxima à localidade de Salgada.<sup>33</sup>

Assim como muitas mulheres no Brasil imperial, fossem livres ou escravas, Martinha engravidou cedo, com idade entre 15 e 16 anos, aproximadamente. Logo após o nascimento de seu primeiro filho, Saturnino, ela viu recair sobre si uma das principais formas de violência contra uma mulher e mãe escrava: a ameaça de separá-la do filho, por motivo de venda ou partilha dos bens dos senhores e senhoras.

Muitas cativas viveram relacionamentos<sup>34</sup> com homens na mesma condição jurídica que elas, escravos, ou com os homens livres, resultando no nascimento de filhos chamados de ilegítimos. O pai de Saturnino pode ter sido um filho ou parente de seus proprietários ou, até mesmo, de um escravo que convivia com Martinha. São várias as possibilidades. Sabemos, somente, que o menino era pardo, o que nos leva a suspeitar que o pai era branco ou pardo. Martinha e Saturnino formavam uma família, denominada pela historiografia de matrifocal, em que as mães viviam sozinhas com seus filhos, sem a presença paterna, pelo menos, oficialmente, uma vez que muitos casais escravos viviam relacionamentos não regularizados pela igreja. Na documentação consultada não foram encontrados nomes de escravos homens pertencentes a Manoel José da Costa. Localizamos os nomes de duas cativas que, possivelmente, conviveram com Martinha antes de ser comprada por Manoel Cedraz. Seus nomes eram Sancha e Apolinária. Sancha aparece numa declaração de óbito de 1870 como preta. Seu filho havia falecido logo após o nascimento, por isso, ainda não tinha nome.<sup>35</sup> Apolinária aparece como parda na declaração de nascimento, e seu senhor, Manoel José da Costa, declarou que ela havia dado à luz a uma menina de nome Maria. Como esses documentos apresentam folhas soltas e em péssimo estado de conservação, não foi possível detectar a data completa em que a filha de Apolinária nasceu, apenas o ano, 1871.<sup>36</sup>

Kátia Mattoso constatou, em seu estudo sobre a família escrava baiana do século XIX, que entre os cativos havia a predominância de famílias matrifocais, ou seja, parciais, formadas por mães e filhos. Essas mães, que eram registradas como “solteiras”, até poderiam estabelecer união estável não oficializada pela igreja, mas como não era um tipo de união legalizada, os nomes de seus companheiros não apareciam nos documentos. Além disso, sabe-se que a condição do filho era diretamente associada a da mãe e, por isso, apenas seus nomes

apareciam oficialmente nas negociações de compra, venda e alforria de seus filhos cativos. Os nomes de seus companheiros sempre ficavam ocultos, por falta de reconhecimento legal.<sup>37</sup>

Em Conceição do Coité, entre 1870 e 1888, foram encontradas cerca de 100 famílias formadas por mães e seus filhos cativos e ingênuos que conviviam na mesma propriedade.<sup>38</sup> Alguns fatores podem ter contribuído para a formação dessas famílias matrifocais, como por exemplo, a estrutura econômica, na qual cada proprietário possuía poucos escravos e se desfazia deles através de vendas em momentos de crise e também por divisões de heranças. Em estudo sobre Santana do Parnaíba, Alida Metcalf afirmou que,

[...] a estrutura econômica da escravidão em Parnaíba e a instabilidade da vida familiar dos escravos de pequenos proprietários encorajaram a formação de famílias escravas matrifocais. Tais famílias formaram-se como parte do ciclo familiar dos escravos, surgindo em épocas de mudança econômica na vida dos proprietários – quando escravos eram vendidos – ou após herança – quando famílias eram separadas. Em tais épocas, o laço familiar mais provável de ser reconhecido e mantido pelos senhores era o entre mãe e filhos. Por razões bastante práticas conservavam-se frequentemente as mães junto com seus filhos, especialmente os pequenos proprietários, para que elas pudessem continuar a criá-los.<sup>39</sup>

Dessa forma, muitos proprietários deviam optar por não separar as mães de seus filhos pequenos, como uma garantia de que elas cuidariam deles, o que diminuiria as “preocupações” desses senhores em relação à sobrevivência dessas crianças. Após Martinha dar à luz ao seu filho Saturnino, possivelmente, deve ter vivido momentos angustiantes, diante da possibilidade de seus proprietários resolverem vendê-lo. Como muitas mães, aleitou sua criança e ansiava traçar planos para que alcançasse meios de proporcionar a ela condições melhores de vida. Talvez, sonhasse com uma forma de comprar a liberdade de seu filho e a dela também, para viverem na condição de libertos.

Não sabemos, com certeza, quando Saturnino foi vendido para Bernardina Claudina do Espírito Santo. A escritura de compra e venda dele, registrada em 1870, expõe apenas que ele foi cativo de Manoel José da Costa.<sup>40</sup> É importante considerar que o vendedor e a compradora eram parentes, pois Manoel José da Costa era casado com a filha de D. Bernardina, e que, em 1870, Saturnino estava com 4 ou 5 anos. Será que essa separação, de fato, ocorreu? Ou, mãe e filho viviam juntos na mesma propriedade e apenas os seus proprietários legais eram diferentes? Todavia, a separação dos filhos era uma ameaça real que as mães cativas podiam enfrentar em algum momento. “As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação eram as chagas eternamente abertas no cativeiro”.<sup>41</sup>

Outra suposição plausível é que Martinha e Saturnino permaneceram no mesmo endereço por conta da Lei de 1869, que proibia a separação das mães e de seus filhos menores de 12 anos de idade. Os escravos do Recôncavo eram conhecedores das leis aprovadas no Brasil acerca da escravidão.<sup>42</sup> Desconhecemos até que ponto os escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité tinham conhecimento do conteúdo das leis abolicionistas, porém, um fato merece atenção. Consta que a cativa Francisca, do domínio de Antonio Estêvão Mascarenhas, foi vendida sozinha na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, em 9 de agosto de 1872, por 400\$000. Porém, seu proprietário desfez a venda, porque a cativa tinha três filhos menores: Matildes, de 8 anos; Mauricio, de 5; e Felipa, com apenas 2 anos de idade. A negociação de compra e venda foi feita novamente, com o seguinte argumento:

[...] disse mais o dito outorgante vendedor, que tendo primeiro feito venda da escrava Francisca, ao dito comprador Manoel Joaquim de Oliveira, pela quantia de quatrocentos mil-réis, e tendo este pago a siza, e sendo nulo este contrato em virtude de não se poder separar os filhos menores de doze anos de suas mães e nem esta dos filhos, e tendo contratado com o mesmo comprador a venda das crias menores de doze anos filhas da mesma escrava pela quantia de novecentos mil-réis agora passa esta escritura nem só das três crias como também da escrava ao mesmo comprador [...].<sup>43</sup>

Assim, percebemos que havia uma observação das leis quando se realizava uma negociação de compra e venda envolvendo cativos. Pelo menos, é o que o documento acima evidencia. Mas, nem todas as mães cativas e seus filhos tiveram a oportunidade de serem contemplados por essa lei, já que ela só foi aprovada em 1869.

Por sentir a ameaça de separação de seus filhos, a crioula Maria José fugiu, em 1834, com sua família, de Massaganinho (Petrolina) para Xique-Xique, em busca de liberdade. A ameaça de afastamento dos filhos de Maria José, que poderiam ser vendidos separadamente para um senhor da região, pode ter impulsionado a fuga dessa família, mesmo considerando que seria mais difícil conseguir viver de forma livre por muito tempo, pois levantariam suspeitas por parte de pessoas que os vissem sem a comprovação da alforria, através, claro, da carta de liberdade de todos.<sup>44</sup>

Sobre a separação entre Martinha e seu filho Saturnino, podemos destacar duas possibilidades. Os descendentes dela informaram que o menino foi separado da mãe logo após dois meses de nascido e vendido para outra pessoa. Todavia, ao examinar o parentesco que havia entre o casal vendedor e a compradora, pode-se supor que mãe e filho, talvez, convivessem no mesmo espaço ou morassem em localidades próximas. Outra possibilidade

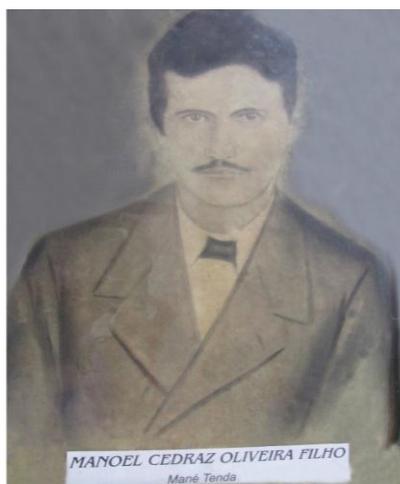
seria a narrada pelos descendentes de Martinha, através da qual contaram que o menino foi bruscamente retirado dos braços de Martinha, ainda muito pequeno, e que vivia distante dela.

Da mesma forma que Martinha, muitas mães escravas que viviam em Coité tiveram seus filhos subtraídos ainda crianças. Um exemplo disso foi a trajetória de Francisca, do domínio de Bernardino José da Cunha. Seu primeiro filho vendido foi Anacleto, cabrinha, com apenas um ano de idade, ao Tenente Antonio Manoel Mâncio, em 12 de março de 1870. Oito dias depois, em 20 de março de 1870, foi vendida, também, sua filha Marcolina, parda, com idade de 9 para 10 anos, a um morador de outra vila.<sup>45</sup> Não descobrimos se mãe e filhos conseguiram restabelecer os laços familiares rompidos pela distância imposta pelo sistema escravista.

Segundo o memorialista Orlando Barreto, Martinha era “a moça mais bela da região”.<sup>46</sup> Como bem retratou o seu bisneto Romão Oliveira, “ela tinha algo diferente, algum diferencial que as outras não tinham...”. Era “desenvolvida”, como acrescentou D. Nininha,<sup>47</sup> sobrinhaneta de nossa personagem. Mas, quem era esse Manoel Cedraz, que escolheu uma de suas cativas para constituir família?

### 2.3 Manoel Cedraz... Quem era, afinal, esse homem?

**Figura 2 – Manoel Cedraz de Oliveira Filho**



**Fonte:** Romão Cedraz de Oliveira

Manoel Cedraz de Oliveira Júnior era filho de Manoel Cedraz de Oliveira Sales e Francisca Xista de Oliveira; bisneto de Antonio Frutuoso de Oliveira Maia; e apontado como

o fundador da cidade de Serrinha.<sup>48</sup> Pela idade com que ele faleceu, 88 anos, em 1916, é possível que tenha nascido em 1828. Ele aparece nos documentos analisados como natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Manoel Cedraz era conhecido na região pelo apelido de Mané Tenda. Seu pai era dono da Fazenda Cedro. Por ele achar bonito o termo derivado do nome da fazenda, adotou o Cedraz como sobrenome. Ser branco e ter um sobrenome reconhecido pela sociedade era um meio de garantir *status*.<sup>49</sup> O Cedraz foi um dos primeiros núcleos familiares a morar na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, o que tornou esse sobrenome reconhecido entre os seus habitantes.

A família de Mané Tenda era formada por proprietários rurais, o que conferia prestígio social e acesso às patentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité durante o século XIX. Seus pais, por exemplo, eram donos das fazendas Flores e Saco dos Porcos. Em 1870, quando efetivou a compra de Martinha, Manoel Cedraz vivia na Fazenda Saco dos Porcos, junto com seus pais.

A aquisição de terras em Coité, na segunda metade do século XIX, deu-se por compra, doações e heranças. Nos inventários consultados e nas escrituras de compra, percebemos que tais proprietários adquiriam fazendas, sítios e posses de terras, além de pequenas roças que utilizavam para a plantação e criação de animais, principalmente, gado. Encontramos nos inventários consultados 14 proprietários de gados que tinham rebanhos de 10 a 250 cabeças de animais. Suspeitamos que Mané Tenda também criasse gado, uma vez que no inventário de suas fazendas foram listados os currais.<sup>50</sup>

Como já foi mencionado, Manoel Cedraz Júnior também era dono de escravos, num total de 9 cativos. Infelizmente, nem o inventário de seus pais, nem o dele foram encontrados, contudo, percebemos que se tratava de uma família abastada para os padrões de riqueza do local e época em que viveram. Um dos seus irmãos comprou algumas fazendas, em 1873. José Cedraz de Oliveira comprou partes da Fazenda Saco dos Porcos, e em 1881, comprou a fazenda denominada Rio da Pedra.<sup>51</sup>

Muitos dos donos de escravos também eram proprietários de terras. Nos 20 inventários consultados, datados de 1870 a 1893, constatamos que até 1888 as fortunas encontradas variavam de 200\$000 mil-réis a 50:000\$000 (cinquenta contos de réis).

Um exemplo das condições dos senhores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité é o de Rita Maria de Jesus, que em 1870 vendeu o pequeno José, pardo, menor de um ano, por 150\$000, para sanar dívidas contraídas por seu falecido marido. Tal contexto evidencia a realidade de uma localidade com pequenos proprietários de escravos que viviam,

muitas vezes, também em situação de pobreza e que a venda de um escravo poderia servir como socorro em momentos de crise, principalmente, para uma viúva que não era detentora de outros bens.<sup>52</sup>

Ao cruzar as fontes pesquisadas, encontramos alguns nomes de senhores como proprietários de até 13 escravos.<sup>53</sup> Entre os inventários de Conceição do Coité, identificamos com até 4 escravos. Maria Francisca de Jesus (1881), com seus quatro cativos: Severo (cor preta, solteiro); Anna (casada com Severino, escravo de outro domínio, cor preta); Tomásia (preta, solteira); e Cirilo (preto, também solteiro). Leovegildo Antonio da Cunha (1881), também proprietário de 4 escravos, sendo eles Domingas (50 anos), seus filhos Luiza (crioula, 20 anos) e Clemente (crioulo, maior de 20 anos) e seus netos Maria (crioula, 4 anos) e Guilhermino (2 meses), liberto pela Lei de 1871.<sup>54</sup>

No inventário de Francisco Manoel da Cunha (1888), achamos os nomes de seus quatro escravos: Firmino (pardo, 23 anos, solteiro); Maria (parda, 20 anos); e outra Maria (parda, 18 anos, solteira). Eram todos irmãos, filhos da escrava Teodora, e trabalhavam na lavoura. Aqui é possível perceber três gerações de cativos de uma família morando na mesma fazenda e sujeitas ao mesmo senhor. Tal dado pode evidenciar que os senhores da freguesia supracitada permaneciam com alguns de seus cativos por muitos anos.<sup>55</sup> Este dado também foi destacado no estudo de Nogueira (2011) sobre o “Certam de Sima”, em Orubu, em que a autora conseguiu identificar três gerações vivendo numa mesma propriedade e acompanhar os passos dessa família por cerca de 30 anos, através da documentação analisada.<sup>56</sup> É provável que essa fosse, também, uma característica das pequenas propriedades rurais.

Os detentores de fortunas com valores maiores (1:887\$500 a 32:130\$034) possuíam móveis como mesas, cadeiras, bancos, camas, caixa para depósito de víveres, relógios, tachos de cobre, bacia de ferro estanhado para banho, colheres e garfos de prata, malas e oratórios. Esse fator nos revela que essas pessoas viviam em situação de maior conforto e ainda ocupavam uma posição social diferente das detentoras de pequenas fortunas.<sup>57</sup>

Além dos bens já citados, tais proprietários também eram donos de porções de terras, casas cobertas de telhas e com divisões de cômodos, casas destinadas a fazer farinha, a servir de moradia para os escravos, as senzalas, ou para guardar objetos e a produção agrícola, além de outras benfeitorias.<sup>58</sup>

Esses proprietários mais abastados também possuíam maior quantidade de animais (cavalos, gados, ovelhas, mulas, cabras). Esta condição de possuir animais de transporte evidenciava uma autossuficiência para locais em que era necessário pagar pela locação de

animais para se locomover de um lugar a outro ou realizar trabalhos agrícolas, como era o caso da freguesia em estudo, bem distante dos centros urbanos.

Entre os proprietários de escravos possuidores de fortunas mais altas, estava João Pereira Valadares, inventariante de sua esposa, Felismina Tranquilina do Amor Divino, em 1872. O casal detinha grandes porções de terras na região e era dono dos escravos Benedito (crioulo, 5 anos), Maria (crioula, 40 anos) e Galdina (cabra, 50 anos).<sup>59</sup>

Com relação à economia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, percebemos que havia uma predominância das atividades agrícolas, com o cultivo da mandioca e a produção de farinha. A farinha de mandioca era um dos principais itens da alimentação. Plantava-se também milho, feijão, produtos que movimentavam a economia do lugar e eram comercializados na feira local.

Outros sujeitos que ocupavam esferas de poder eram os eleitores, escolhidos entre os que sabiam ler e tinham a renda exigida. Dentre esses, alguns eram donos de escravos. José Calixto da Cunha, proprietário de Camilo (5 anos) e Benedito (crioulo, maior de 20 anos), e o próprio Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, são exemplos de eleitores votantes. Entre os votantes, 26 no total, 16 eram proprietários de escravos.<sup>60</sup>

A primeira eleição em que o arraial de Conceição do Coité participou ocorreu em 31 de outubro de 1881. O objetivo era eleger um deputado à Assembleia Geral Legislativa. Na ata desta eleição, encontramos os nomes de vinte e seis eleitores alistados na Vila de Riachão do Jacuípe pertencentes à freguesia citada, dentre eles, aparece o nome de Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, que faltou à votação por motivos de doença. Mané Tenda havia mandado um ofício informando que estava acometido de uma moléstia.<sup>61</sup>

Para ser eleitor votante no Brasil imperial, era necessário, entre os critérios determinados pela Constituição de 1824, que o indivíduo fosse do sexo masculino, livre e maior de 25 anos. Deveria, também, saber ler e escrever e poder comprovar renda anual de 100\$000 mil-réis para eleitor de paróquia e 200\$000 mil-réis para eleitor de província. A escolha de Manoel Cedraz Júnior como eleitor significa que ele tinha uma renda anual acima de 100\$000 (cem mil-réis). O fato dele conseguir comprar no mesmo ano dois cativos por 1:250\$000, evidencia que tinha uma atividade econômica capaz de lhe permitir uma vida com certa tranquilidade financeira.

Nos deparamos com um documento em que Manoel Cedraz de Oliveira concedeu um empréstimo na quantia de 1:000\$000 (um conto de réis) a um certo Antídio Antonio da Rosa, em 1905. Esse Antídio havia pagado apenas 800\$000, ficando com uma dívida de 200\$000. Ele faleceu, deixando o débito para a sua família pagar. Ao que nos parece, a família não

assumiu a dívida, e dois anos após a morte do devedor, Manoel Cedraz entrou com um processo exigindo o pagamento do valor. Outras pessoas também requereram o pagamento de débitos deixados pelo morto, como Antonio Félix de Araújo (12\$320), evidenciando que ele havia passado por momentos de crises nos últimos dias de vida.<sup>62</sup> Será que ele foi vítima de alguma praga em suas plantações ou perdeu seus animais devido a um período de estiagem? São apenas suposições baseadas no histórico de uma região castigada por longos períodos sem chuva, em que a caatinga perde suas folhas e a terra torna-se infértil.

A sentença saiu com a seguinte afirmação: “Fica autorizado ao inventariante fazer o pagamento de duzentos mil reis a Manoel Cedraz de Oliveira”. Este processo estava anexado ao inventário de Antídio,<sup>63</sup> ao analisar o documento, encontramos o demonstrativo das despesas em que aparece o valor pago aos requerentes. O empréstimo de dinheiro a juros, assim como a venda de mercadorias a prazo, era prática comum no período em estudo, principalmente, em regiões castigadas constantemente por secas e, conseqüentemente, perda de produtos agrícolas e animais.

Sobre a vida afetiva, pudemos verificar que Manoel Cedraz era solteiro e que havia tido um relacionamento com uma mulher solteira, Justina Maria de Jesus. Deste relacionamento, nasceu um menino chamado Manoel Amaro de Oliveira, que, possivelmente, veio ao mundo antes de 1867, pela idade declarada em 1883, época em que o rapaz já havia alcançado a maioridade.<sup>64</sup>

Sobre esta Justina, retomaremos as discussões em outra seção. Investigando a vida de Manoel Cedraz, percebe-se que ele fazia parte do principal grupo privilegiado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, porém, o envolvimento com uma escrava que comprou para servi-lo, com quem depois veio a constituir uma família que agregava um homem livre, uma escrava e seus filhos nascidos libertos, alterou os rumos de sua história.

## **2.4 O encontro de dois mundos**

A história de Manoel Cedraz e Martinha teve início, para nós, no ano de 1870, quando foi registrada a escritura de compra dela e do menino Saturnino. Segundo a memória de seus descendentes, ele passou na residência de seu conhecido Manoel José da Costa e pediu água para beber, então, o dono da casa ordenou que sua cativa Martinha fosse buscar. Porém, a

moça tropeçou e quebrou a caneca que trazia com a água. Ao ver o embarço da cativa, seu proprietário lhe repreendeu com uma bofetada, o que teria suscitado no visitante um sentimento de compaixão pela moça. Algo havia lhe chamado a atenção, teria percebido que a escrava “tinha os mais lindos traços”. De acordo com os descendentes de Martinha, ela era uma mulher bonita, com um belo corpo, com uma beleza diferenciada.<sup>65</sup> Sobre isto, sabe-se que “a beleza das mulheres escravas aparecia com frequência nos anúncios de compra e venda de escravos em jornais baianos”.<sup>66</sup>

Conta-se que, a partir daquele momento, Manoel Cedraz buscou comprar aquela escrava e fez a proposta ao dito proprietário. A escritura foi registrada em 26 de maio de 1870, mas, algumas informações nos chamaram atenção. A cativa em questão foi declarada como crioula, com 20 anos de idade, vendida por uma quantia considerada alta, 800\$000 (oitocentos mil-réis). Consta, ainda, que ela já estava em poder do novo proprietário antes do registro da escritura de compra. Ele também já havia quitado a quantia cobrada.<sup>67</sup> Ocorriam transações de compra e venda de cativos que envolviam um período de teste. Segundo Sidney Chalhoub, no livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, havia um período em que o escravo ou escrava ficava em poder do requerente antes mesmo de oficializar a compra por meio do registro da escritura. Essa era uma forma do comprador examinar os serviços do cativo e decidir se realmente atendia as suas expectativas. Por outro lado, abria ao escravo a possibilidade de interferir, de alguma forma, no rumo da negociação.<sup>68</sup>

A cativa foi declarada como crioula na escritura de compra e venda registrada em 1870, porém, a sua cor aparece diferente nos assentos de batismos. Percebemos que as designações de cor dos cativos variavam muito a partir do olhar e registro de escrivães e padres ou das declarações feitas pelos próprios proprietários. Essas designações eram feitas com base nos conceitos de cor próprios da época. No documento de compra, Martinha foi qualificada como crioula, caracterização comum aos escravos nascidos no Brasil. No assento de batismo de seu filho Antonio Frutuoso, em 1874, ela foi classificada como preta.<sup>69</sup> Hebe Mattos ressaltou que,

[...] como a historiografia já tem assinalado, os significantes ‘crioulo’ e ‘preto’ mostraram-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação ‘crioulo’ era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século XVIII era referido preferencialmente aos africanos. Assim, ‘crioulo’ é um termo que, no Brasil, significa preto nascido na terra, ou seja, designava os escravos e forros que nasciam no território nacional.<sup>70</sup>

Sobre a utilização do termo “preto” no sertão, podia significar tanto brasileiro quanto africano. Para Erivaldo Fagundes Neves, o aumento no número de escravos brasileiros no sertão pode ter ocorrido devido ao crescimento vegetativo decorrente do declínio da importação de escravos após 1850.<sup>71</sup> Mas, partilhamos da ideia das historiadoras Gabriela Nogueira e Napoliana Santana, que detectaram em seus estudos sobre o sertão brasileiro ter sido resultado de uma reprodução natural na região de São Francisco, que já ocorria desde o século XVIII.<sup>72</sup> Ao longo desta pesquisa, encontramos os termos escravos pretos, crioulos, cabras e fulas. O termo “cabra” está relacionado ao animal cabra, cuja utilização envolve uma carga de negatividade grande. Os portugueses utilizaram este termo, inicialmente, para caracterizar os índios, depois, para se referirem ao cruzamento entre negros e mulatos, ou seja, ao filho de uma negra com um mulato ou vice-versa.<sup>73</sup>

O termo fula é muito encontrado na documentação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité do final do século XIX até o início do século XX, ultrapassando o período da escravidão. A bibliografia baiana sobre as designações de cor dos cativos pouco menciona o termo “fula” como cor, mas sim, como origem étnica dos cativos africanos fulanis, que foram escravizados aqui no Brasil. Ao que parece, a presença dos escravos de cor fula era pouco comum em outras regiões da Bahia, sendo algo mais específico do baixo sertão baiano. Em sua dissertação de mestrado, Cecília Soares trouxe apenas um exemplo de cor fula<sup>74</sup>, mas, não explicou o que significava. Analisando a cor declarada nos assentos de batismos dos filhos de Martinha, Joviniano e Alcina, ambos como de cor fula, é possível compreender que se tratava da mistura entre um branco e uma crioula. O termo fula “indicava um negro pálido, de cor opaca”.<sup>75</sup>

Com relação aos valores das cativas, todos, exceto o de Martinha, ficaram abaixo de 700\$000 mil-réis. Segundo Kátia Mattoso, alguns critérios eram levados em consideração no processo de formação dos preços dos cativos. Sexo, idade, estado físico, ocupação, a concorrência e a conjuntura econômica eram fatores determinantes nas negociações de compra e venda.<sup>76</sup>

As mulheres, em geral, eram vendidas por valores menores do que os homens. Outro dado encontrado foi o seguinte: quanto maior era a idade do cativo, seu valor diminuía. Um exemplo foi a escrava Maria, de cor preta, 40 anos, vendida por 190\$000 mil-réis, em 1886, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.<sup>77</sup> Já Joana, 19 anos, foi vendida, no mesmo ano, por 450\$000 mil-réis,<sup>78</sup> o que evidencia que a idade era um fator relevante para a avaliação dos preços dos cativos. Mas a isso, somavam-se os critérios citados acima. O maior

valor encontrado foi o do escravo João, negociado, em 1874, por 1:200\$000 (um conto e duzentos mil-réis), ultrapassando todos os outros valores.<sup>79</sup>

Sabe-se que no mesmo dia em que foi registrada a escritura de compra e venda da escrava Martinha, foi também registrada a escritura de Saturnino, com idade de 4 para 5 anos, do domínio de Bernardina Claudina do Espírito Santo, por 250\$000 mil-réis. O mesmo homem que havia comprado nossa protagonista, comprou também o filho dela. Mas, qual a importância da compra de um cativo tão pequeno, que só daria lucros para seu senhor anos depois? É bem provável que Manoel Cedraz tenha estabelecido um compromisso com Martinha para retirar os dois, ela e seu filho Saturnino, do domínio de Manoel José da Costa. As compras e vendas de escravos envolviam, por vezes, a aquiescência dos cativos.<sup>80</sup>

Algumas considerações podem ser feitas para entender o que motivou a compra de Saturnino. Consta que o menino era filho da escrava Martinha (algo que só descobrimos com o cruzamento das fontes). É importante considerar que era comum a compra de mulheres em companhia dos seus filhos, um compromisso que pode ter sido firmado entre as partes envolvidas nas negociações de compra e venda ou mesmo entre Manoel e Martinha. A compra do menino também foi motivada pelo desejo de Cedraz em possuir a cativa e isso fazia parte da realidade da escravidão. Outra possibilidade é a de que Martinha ainda convivesse com o menino e, assim, no ato da compra dela, teriam imposto como condição para a negociação a compra de mãe e filho juntos, com o intuito de não separá-los. Esta era uma prerrogativa da Lei de 1869, que proibia separar os filhos menores de 12 anos de suas mães, assim, é provável que Martinha e Saturnino vivessem na mesma propriedade.

O fato é que o menino foi comprado e passou a morar com sua mãe na Fazenda Saco dos Porcos, local onde morava a família de Manoel Cedraz: o pai, a mãe e, talvez, ainda algum irmão dele. Possivelmente, a família dele não desconfiava de suas intenções com aquela compra, mas o que aconteceu é que cerca de três anos depois da efetivação do negócio, nasceu um filho da dita escrava, que foi batizado com o nome de Antonio, em 1874. No assento de batismo, constou apenas o nome da mãe, a escrava Martinha, do domínio de Manoel Cedraz. Descobrimos, mais tarde, que ele era filho de Manoel Cedraz. Já expomos que ele tinha um filho com Justina Maria de Jesus. Quem teria sido, afinal, esta mulher, diante das diversas mulheres denominadas de “Justina Maria de Jesus” que encontramos na documentação? Seria ela uma negra, uma cativa que alcançou a liberdade? Ou, seria uma mulher branca? Achamos, também, uma Justina Maria de Jesus casada com um certo Manoel José da Silva, em um assento de batismo de um filho deles, o menino Benvindo. Em 1879,

batizaram mais um filho, Ricardo da Silva, e, em 1881, uma filha do casal foi batizada, Joana da Silva.<sup>81</sup> O Sr. Romão relatou que seu pai

[...] contava que o velho (Mané Tenda) tinha uma mulher aí... Aí, teve uma briga... Ele brigou com um não sei quem, e o homem bateu nela e aí o velho ia processar esse cara... Aí, ele falou com João Trabuco, que era tirado a advogado, aí João Trabuco aconselhou, disse a ele, disse ao cara, só tem um recurso pra você não ser processado pra acabar com isso. O cara perguntou: E o que é? Casa com a mulher... Aí, o cara se viu obrigado, casou com a mulher que ele tinha batido pra não ser processado pelo Mané Tenda. [...] Isso foi antes de Martinha... Aí, ele tinha um filho com essa mulher e deu uma Fazenda chamada Melancia... Aí, era esse filho... Eu não sei bem, pode ter sido o Manoel Amaro, porque um filho desse cara foi morar lá pros lado de Santo Amaro, tinha o sobrenome Cedraz das Mercês... Meu pai contou [...].<sup>82</sup>

Deparamos com o registro de casamento de uma Justina Maria de Jesus, de 29 de junho de 1870, mesmo ano de compra de Martinha. O noivo era Martinho de Souza de Jesus. No documento, não aparecem os nomes dos pais dos noivos. Em 1887, uma Justina Maria de Jesus, casada com Donato Alves da Silva, batizou um filho de nome José Alves da Silva.<sup>83</sup> Anterior a esta data, em 1856, Justina Maria de Jesus batizou a filha Anastácia, não aparece o nome do pai da menina no registro.<sup>84</sup> Assim, fica difícil determinar qual dessas foi a Justina mãe de Manoel Amaro, filho de Manoel Cedraz.

Mas, um Manoel foi batizado, em 1857, como filho de uma Justina Maria de Jesus.<sup>85</sup> Seria ele o filho de Mané Tenda? A ausência do sobrenome é normal nos assentos de batismos. Sobre a Fazenda Melancia, que foi dada a ele pelo pai, não foi localizada na relação da declaração de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, nem nas escrituras de compra e venda de terras. Mas, através dos relatos orais, descobrimos que ficava localizava nas terras da Fazenda Urussú, uma das propriedades rurais de Manoel Cedraz.

Essa falta de comprovação nos documentos escritos quanto à doação da fazenda não quer dizer que não tenha acontecido. Muitas propriedades rurais mudavam de nomes com o decorrer do tempo. Todavia, ficaram registrados nas memórias de descendentes de antigos moradores da região que ouviam referências a tais nomes através de seus antepassados.

Seria Justina uma ex-escrava ou mesmo uma pessoa de cor, parda ou crioula? Gilberto Freyre já apontou a preferência de alguns homens brancos e de famílias proprietárias de escravos por mulheres negras.<sup>86</sup> Muitos homens iniciavam a vida sexual com as cativas de seus pais, às vezes, por consentimento e, em outras tantas circunstâncias, pela força.<sup>87</sup> Não podemos negar a existência do uso da força, já que as cativas eram propriedades de seus senhores e, constantemente, encontramos nos documentos pesquisados a expressão “o senhor pode tomar posse e desfrutar da dita escrava como coisa sua”. Muitos podiam agir dessa

forma, alegando que os corpos de suas cativas lhes pertenciam e, assim, desfrutá-los como desejassem. Dessa forma, as mulheres cativas viviam em condições mais vulneráveis. Tal postura pode ser vista como a permanência do poder privado do senhor sobre seus escravos. Todavia, pode também ser encarada, e acreditamos nisso, como a manutenção de uma política de gênero que estabelece o poder masculino como referência dentro das relações.<sup>88</sup>

O que podemos afirmar é que Martinha e Manoel Cedraz tiveram uma relação sexual/afetiva, por um longo período, em forma de concubinato, pois permaneceram solteiros, sem a oficialização da união. O fato dele ter demorado muitos anos para oficializar a união com Martinha pode indicar que para Mané Tenda pesava o preconceito de manter uma relação com sua ex-escrava. A diferença de idade entre eles era de, aproximadamente, 21 anos, dado que, talvez, não tivesse importância para a família dele, o que acreditamos ter pesado, realmente, foi o fato da condição jurídica, social e racial de Martinha.

A compra de Martinha foi efetivada em 1870, e o primeiro filho do casal nasceu em 16 de abril de 1874, na Fazenda Saco dos Porcos,<sup>89</sup> ou seja, quatro anos após o registro da compra dela. Será que o relacionamento entre ela e Manoel Cedraz já existia antes mesmo de sua compra? Ou teve início logo depois dela? Há quanto tempo Mané Tenda conhecia Martinha e tinha se interessado em comprá-la? E, por que ele a comprou, já que havia um interesse em ter um relacionamento amoroso com ela? Será que essa afetividade foi surgindo com a convivência na Fazenda Saco dos Porcos?

Martinha, Manoel Cedraz e seus dois filhos formavam uma família constituída por pessoas com condições jurídicas diferenciadas. Ele, um homem livre e proprietário da amásia e de seu filho Saturnino, e, também, o senhor do segundo filho da cativa, Antonio Frutuoso, que nasceu em 1874. Ele recebeu o nome de Antonio Frutuoso de Oliveira, o mesmo do bisavô paterno, o que evidencia uma escolha feita pelo pai. Poderia também sugerir uma intenção de demonstrar que ali vivia uma família autêntica, ainda que não abençoada pelos laços oficiais do matrimônio. Por outro lado, seria uma forma de inserir o filho no seio familiar, buscando, assim, conferir legitimidade à relação perante a família e a sociedade.<sup>90</sup> Antonio Frutuoso apareceu no assento de batismo como liberto pela Lei nº 2.040 de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Esta lei foi, sem dúvidas, um importante instrumento para que os cativos dispusessem de meios legais, vindo a conquistar certas prerrogativas, principalmente, o direito de constituir um pecúlio. No tocante à melhoria de vida das mães e de seus filhos, esta lei ratificou a proibição de separar as famílias escravas e estabeleceu como critério do Fundo de Emancipação a prioridade de alforriar as famílias.<sup>91</sup>

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, contemplava o destino dos filhos de escravas. Segundo ela,

os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. E acrescentava, chegando o filho da escrava a idade de oito anos, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600 mil-réis, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.<sup>92</sup>

A Lei do Ventre livre conferiu aos senhores das cativas a escolha do destino das crianças que diziam ser livres. Além disso, possibilitou a manutenção de um atrelamento pessoal, tornando as crianças “ingênuas” obrigadas à prestação de serviços aos senhores de suas mães. Esta lei não conseguiu beneficiar as mães e seus respectivos filhos de forma eficaz, pois, “como a escravidão foi abolida no Brasil antes que qualquer das crianças nascidas de ventre livre alcançasse os 21 anos, seus problemas se equivaliam inteiramente aos dos alforriados sob condição”.<sup>93</sup>

Martinha, no entanto, não precisava se preocupar com a possibilidade de ver seus filhos crescerem longe dela, pois a relação que mantinha com seu senhor lhe “garantia” a proximidade com sua prole na fazenda em que viviam. Porém, a Lei de 1871 lhe dava uma segurança de que, independente da atitude do pai de seus filhos, eles já não nasceriam mais escravos.

O grande feito da Lei do Ventre Livre foi a garantia da liberdade caso os cativos constituíssem um pecúlio suficiente para comprá-la. Se o senhor negasse, o cativo teria “direito” a recorrer à justiça. Contudo, é importante lembrar que muitos escravos recorreram à justiça antes de 1871 para garantir uma liberdade por brechas que encontraram nas leis<sup>94</sup> e que buscavam a justiça, também, para conquistar outros direitos. A escrava Caetana, por exemplo, personagem estudada por Sandra Graham, buscou o tribunal eclesiástico para anular um casamento forçado. Ela conseguiu o apoio de seu senhor e buscou a sua “liberdade” de um relacionamento não desejado por ela. Assim, à sua maneira, ela conseguiu impor sua vontade. Viveu no Vale do Rio Paraíba, no sudeste do Brasil, no período de 1830 a 1860. Caetana não se rendeu à vontade inicial de seu senhor, nem tampouco ao desejo de seu tio, que queria obrigá-la a consumir um casamento indesejado.<sup>95</sup>

Quatro anos depois do nascimento de Antonio, em 2 de fevereiro de 1879, nasceu o segundo filho de Martinha e Mané Tenda. Ele recebeu o nome de Joviniano e foi batizado pelo Padre Marcolino, que o qualificou como de “cor fula”. Em 30 de julho de 1880, nasceu o terceiro filho do casal, chamado Belmiro, qualificado como “pardo” e filho de Martinha, liberta. Em 1882, nasceu mais um menino, Graciliano, ingênuo, filho da escrava de Manoel

Cedraz, acreditamos que ela foi classificada como escrava por um equívoco do padre, pois não a encontramos mais citada na documentação como cativa desde 1879. Em 8 de maio de 1883, nasceu a primeira menina, Eufrosina. Ainda neste ano, Manoel Cedraz registrou uma escritura de perfilhação reconhecendo seus filhos naturais. O documento afirma que,

Manoel Cedraz de Oliveira Júnior reconhece a seus filhos naturais Antonio, de idade de dez anos, Jovino com cinco anos, Belmiro com quatro anos, Graciliano com dois anos e Eufrosina com três meses havidas com Martinha Maria de Jesus e Manoel Amaro de Oliveira, de maior idade, havido com Justina Maria de Jesus.<sup>96</sup>

Diversos pais livres, que tiveram filhos com escravas, reconheceram eles como naturais, ilegítimos, como forma de garantir seus direitos de herança. Muitos alforriavam seus filhos ainda na pia batismal e outros legitimavam eles em momentos de doença, sofrendo com a ameaça da morte. Faziam isso por desengano de consciência, como procedeu Elias Francisco de Seixas, em 1850, morador da Mata Escura, nas imediações do atual bairro de São Gonçalo, distrito da Freguesia de Santo Antônio, liberto e dono de uma escrava chamada Benvinda, com quem teve dois filhos. Na verdade, sua situação se diferenciava da de Martinha e Manoel Cedraz, já que Elias era um africano liberto. Segundo João José Reis, no livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, “senhores brancos com freqüência alforriavam e às vezes até reconheciam filhos tidos com suas escravas [...] mas raramente as alforriavam e constituíam família legítima com elas”.<sup>97</sup>

O Capitão Barrozo e a escrava Jeje Luzia formaram uma família semelhante à família de Manoel Cedraz e Martinha. Ele, um homem solteiro, dono de engenhos e morador da Freguesia de Paripe, Recôncavo baiano no século XVIII, e ela, uma de suas cativas e africana. Luzia teve cinco filhos naturais dele. O capitão reconheceu todos os seus filhos e ainda conferiu-lhes poder para assumir seus negócios. Mas, viveram em situação de concubinato, ou seja, ele não se casou com ela oficialmente.<sup>98</sup>

Outro exemplo é o da escrava Ponciana, cativa do domínio do Coronel Quintino Soares da Rocha, morador do Morro do Chapéu, no século XIX. Ela teve um envolvimento com o sobrinho de seu senhor, cujo nome era João da Rocha Cesar. A família do coronel era uma das mais poderosas do Morro do Chapéu em meados do século XIX. Desta relação, nasceu uma menina, de nome Laura, que foi reconhecida, também, através de um documento de perfilhação, registrado em 1860, quatro anos após o nascimento dela. Todavia, não há indícios de que o relacionamento tenha durado por mais tempo.<sup>99</sup>

O envolvimento de Martinha com Manoel Cedraz pode não ser visto como extraordinário, porque a historiografia tem apontado diversos casos de cativas que

mantiveram relacionamentos sexuais/afetivos com seus senhores e destas relações tiveram filhos ilegítimos.<sup>100</sup> Mas, por outro lado, no caso específico da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, não encontramos mais nenhuma história de escrava que se tornou esposa de seu senhor ou mesmo que teve seus filhos ilegítimos reconhecidos legalmente por seu proprietário. Martinha foi uma mulher que se casou com o seu ex-senhor e teve um relacionamento duradouro. Manoel Cedraz e Martinha viveram juntos por cerca de 42 anos. O caso de Martinha não foi único e isolado, considerando os diversos casos que a historiografia tem descoberto em outros lugares do Brasil escravista. O que a documentação sobre Martinha permite é acompanhar a sua trajetória, por vários anos, dentro de uma relação duradoura. Esse fator torna seu estudo especial.

Foram achadas evidências de outras famílias escravas formadas pelas mães e seus filhos naturais, que poderiam ou não viver em concubinato com seus companheiros. Identificou-se, também, muitos outros casais que oficializaram a união perante a igreja ainda no período escravista. O censo de 1872 apontou, em Coité, uma quantidade de 78 cativos casados, mas, após 1872, outros 49 escravos se casaram. Dentre tais casais que, diferente de Martinha e Manoel Cedraz, oficializaram a união ainda no período escravista, estava Miguel e Joana, que se casaram aos 26 dias de maio de 1875. Esse casal apresenta uma especificidade, Miguel e Joana eram do domínio de senhores diferentes, algo raro em algumas áreas do sudeste brasileiro no século XIX.

Os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre cativos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres. Na amostra da matrícula de 1872, não existem uniões matrimoniais que cruzem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravos e libertos; além disso, nos assentos de casamentos da Igreja ambos esses tipos de uniões são raros. Os senhores campineiros não eram atípicos nesse respeito; em outras localidades para as quais existem dados, a mesma ‘proibição’ existia. Em outras palavras, e invertendo a perspectiva, o escravo que queria casar pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse.<sup>101</sup>

Tal qual Joana e Miguel, Mônica e Manoel também viveram uma união estável, mesmo sendo de senhores diferentes. Eles se casaram em 28 de novembro de 1872. Desta forma, essa “proibição” de casamentos entre cativos de domínios diferentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité era impossível de se efetivar, pois muitos dos proprietários eram donos de um ou dois cativos. Em lugares onde predominavam os pequenos proprietários de escravos eram frequentes casamentos de cativos de proprietários diferentes. Sobre Joana e Miguel, falaremos ainda.

É importante destacar que os casais de domínios de senhores diferentes nem sempre viviam em propriedades distintas ou muito distantes. Poderia acontecer do escravo ser alugado para trabalhar na propriedade do dono de sua esposa. Outras estratégias também eram adotadas para que os cônjuges conseguissem permanecer por algum tempo juntos e desfrutar de uma vida em comum, como por exemplo, cumprir as tarefas diárias ordenadas pelo dono e à noite se dirigir ao local onde a esposa vivia com os filhos.<sup>102</sup>

Em 13 de julho de 1885, nasceu o último filho do casal Manoel Cedraz e Martinha. Era uma menina e a chamaram de Maria Alcina. A família estava completa, pai, mãe e filhos naturais.

## 2.5 Martinha e suas escolhas

[...] em um mundo onde nascer mulher e de cor poderia ser um óbice quase intransponível, e, ao mesmo tempo, uma abertura para a imposição dos mais vis percursos de vida. Assim, na base da pirâmide social de seu tempo, as negras forras viveram o cotidiano, buscando microscopicamente garantir uma existência mais amena.<sup>103</sup>

O fragmento que inicia esta seção é uma citação da autora Suely Creuza Cordeiro de Almeida sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres negras que lutaram para garantir uma vida com dignidade para elas e suas proles. Partilhamos da ideia de que a relação afetiva entre Manoel Cedraz e Martinha permitiu que a cativa encontrasse meios de assegurar a ascensão social dela e de seus filhos dentro dos limites da escravidão. Dessa forma, conseguiu para si bens materiais e simbólicos que lhe colocaram em lugar de destaque em comparação com as demais escravas da região. Foi também um meio de amparar sua prole, inclusive, o filho tido antes do relacionamento com Manoel Cedraz.

A compra do seu filho Saturnino por Manoel Cedraz foi incorporada pela memória dos parentes como uma “prova de amor”. Essa história foi transmitida de geração a geração, e, ainda hoje, os bisnetos recontam que ela chorou por meses até que conseguiu a bendita façanha de ter seu filho novamente em seus braços. As mães escravas e forras tiveram um papel muito importante na sobrevivência e proteção de suas proles.

Chica da Silva, por exemplo, foi uma mulher negra, cativa que permanece na visão estereotipada como aquela que alcançou seus objetivos por meio do sexo, inclusive, a carta de alforria. Sua estratégia foi, para muitos homens e mulheres que recontam sua história, o uso

do corpo. No contexto escravocrata em que ela viveu, as alternativas disponíveis para galgar a ascensão social eram, além do concubinato, a prostituição; o apadrinhamento<sup>104</sup>; a investida em atividades econômicas, como as mulheres que trabalhavam vendendo, com seus tabuleiros, nas ruas das cidades<sup>105</sup>; e, ainda, uma relação de proximidade com a família senhorial. A estratégia de aproximação com as famílias dos senhores incluía prestar serviços de amamentação, cuidado e criação dos filhos e filhas de seus senhores. Eram as amas de leite que, frequentemente, constavam nos testamentos dos senhores e senhoras como beneficiadas com pequenas quantias e mesmo a alforria, depois de servirem por toda a vida à família senhorial.

Martinha esteve em uma relação de concubinato com seu senhor até 1889, cerca de 18 anos. Seus descendentes afirmam que ele a alforriou, mas, não encontramos as cartas de alforria dela, nem de seu filho Saturnino. Porém, a palavra “liberta”, ressaltada nos assentos de batismos dos filhos, indica que realmente ela alcançou sua liberdade. Os relatos de seus descendentes revelaram que o relacionamento dos dois ficou em oculto até o nascimento do terceiro filho do casal, Belmiro, em 1880, mas a presença da família dele nos batismos de seus filhos, como veremos a seguir, pode ser um indicativo de que a relação entre Manoel Cedraz e Martinha era do conhecimento de sua família e da comunidade local. A família dele, possivelmente, não via com bons olhos essa relação, assim, devem ter vivido situações de preconceito por parte de uma família formada por pessoas brancas, de posses e que estavam inseridas no grupo local privilegiado.

Sobre o concubinato, ele era proibido pela Igreja Católica desde o período colonial, porém, era algo que acontecia com frequência. Era considerado como um péssimo exemplo, e os envolvidos poderiam ser penalizados com o degredo. Em locais pequenos, como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, parece não ter ocorrido reprovação por parte da igreja. Na verdade, a igreja não conseguia controlar plenamente a vida de seus fiéis.<sup>106</sup>

Tais relações poderiam significar uma melhoria de vida em uma sociedade racista e escravista, como foi o contexto em que viveu Chica da Silva e também Martinha, quase um século depois. “Segundo os preceitos da Igreja Católica e as Leis do Estado, tornar-se manceba fosse uma posição inferior, na verdade, ser amancebada com homens importantes tanto para mulheres livres como para escravas, poderia significar privilégios muito especiais [...]”<sup>107</sup>

Essas mulheres, provavelmente, desfrutaram de alguns privilégios. É possível que elas tenham vivido em melhores condições que muitas escravas de seu tempo. A escrava Luzia

Jeje, por exemplo, pode ter conquistado a alforria através do pai de seus filhos e seu senhor. Chica da Silva conquistou a liberdade e casou-se com seu segundo proprietário. Martinha também teve privilégios para si e para sua prole, começando pela segurança de ter perto dela todos os filhos, sem a ameaça de separação por motivo de venda ou partilha entre herdeiros.

Podemos enquadrar a atitude dessas mulheres no conceito de tática, uma vez que burlavam as normas estabelecidas para conquistar seus objetivos cotidianos.<sup>108</sup> Todavia, é preciso salientar que os relacionamentos entre cativas e seus senhores podiam ser pautados, também, em afetividade, não apenas em interesse.

Os meios para a conquista de melhores condições de vida estavam longe de serem apenas através de um relacionamento afetivo com um homem de posses, as mulheres conseguiam sobreviver com o trabalho que desenvolviam. Com relação à submissão feminina, nem sempre comportar-se com sujeição aos homens significava uma obediência naturalizada. Martinha viveu com Mané Tenda por muitos anos, e ela soube conquistá-lo, já que tomava conta de suas propriedades enquanto ele estava fora, trabalhando no cuidado com o gado, e é descrita pela memória dos descendentes como uma mulher diferente, inteligente, que sabia resolver os problemas do marido, no que diz respeito à administração das fazendas.

Um dado interessante é sobre a relação de Martinha com sua família. Sabemos que no sistema escravista a separação de membros da família era uma possibilidade permanente por vendas, doações e partilhas de bens devido à morte do senhor ou senhora. Ela viveu esta realidade quando foi afastada de sua mãe e irmãos. Através das entrevistas orais, foi possível identificar os nomes dos irmãos de Martinha, sendo citados nove: Anacleto, José, Maria Cristina, Maria Aprigia, Maria, Estanislau, Firmino, Severino e Joana. Esses irmãos foram separados dela ainda quando crianças, por meio de vendas e partilhas. Mas, no período entre 1871 e 1878, ela investiu na busca de seus familiares. Para tanto, conseguiu recursos financeiros, com a venda de gêneros alimentícios que plantava nas terras de Manoel Cedraz, com o consentimento dele. Ela vendia batata, feijão e farinha de mandioca na feira local, e com o dinheiro que conseguiu juntar, comprou a liberdade de alguns dos seus irmãos, outros, ela já encontrou livres, como Estanislau e Anacleto. D. Nininha, neta de Estanislau e sobrinha-neta de Martinha, relatou que a mãe dela

[...] falava muito de Martina, que era tia dela... Que Martina era escrava, casou com o patrão... O patrão que comprou ela, ela era muito inteligente. Ele voltou e casou com ela... Aí, ela, os irmãos dela era recolhido pelo mundo e dizia que no tempo do cativo vendia os jovens... Aí, ela saiu recolhendo os irmão tudo dela.<sup>109</sup>

Sobre a mãe de Martinha, o pai e seus irmãos, não encontramos mais detalhes nos documentos, pois há um número grande de “Antonia Maria de Jesus” e “Francisco” nas fontes consultadas. Esses nomes eram comuns entre as mulheres e os homens da freguesia. Mas, a entrevista do Sr. Romão, bisneto de Martinha, nos esclareceu algo sobre eles.

Meu avô e os irmãos dele e meu pai falavam muito da avó... Falavam muito dela... O meu pai sempre falava. Chamavam ela de Mãe Tonha. Ela ficou morando por aqui mesmo, e tinha contato com os netos e com a filha. Agora, tinha umas tias Maria Aprigia, Maria... Eram todas três Maria. Maria Aprigia, uma morava no Sucavão, e a outra era Maria Cristina. Acho que a outra era Plácida... Não lembro bem [...] meu pai falava desse negócio todo [...] Falava de Estanislau... Falava de Anacleto mesmo. Ouvi falar de Estanislau, das Marias... Ele falava essas histórias assim [...].<sup>110</sup>

A partir das entrevistas, percebemos que a memória fragmentada do Sr. Romão guardou informações que também foram repetidas por Dona Nininha. Acreditamos na existência de uma memória coletiva que foi sendo divulgada ao longo dos anos. O Sr. Romão e D. Nininha ouviram tais relatos de pessoas diferentes. Dona Nininha diz ter trabalhado na casa de Alcina, a filha mais nova de Martina, como ela a chamou durante a entrevista. As informações foram fazendo sentido, estando ligadas a uma rede de nomes encontrados nos documentos. A evidência da Mãe Tonha, que os netos tinham contato, demonstra, mais uma vez, a existência de uma família escrava que permaneceu com laços firmes por três gerações e que se estendeu no pós-abolição. Muitas famílias de escravos e libertos conseguiam permanecer estáveis por três gerações ou mais, por esforço dos próprios cativos.<sup>111</sup>

Acerca da compra dos irmãos, encontramos uma pista importante. Consta que a antiga proprietária de Martinha, Bernardina Claudina do Espírito Santo, além de vender Saturnino para Manoel Cedraz, vendeu também mais duas escravas, ambas chamadas Maria. Sobre uma delas, na escritura de compra e venda foi registrado que era natural de Santa Bárbara, mas, acerca da outra Maria, só foi destacado que tinha 14 anos e que foi comprada por um valor consideravelmente alto, 700\$000 mil-réis.<sup>112</sup> Este foi o valor mais próximo do preço da escrava Martinha.

Dona Bernardina morava na Fazenda Sucavão, o mesmo endereço de uma das irmãs de Martinha, uma das três Marias. Seria mera coincidência ou esta moça foi comprada por Manoel Cedraz, em 1876, a pedido de sua companheira e mãe de seus filhos? Se nossa hipótese estiver correta, Maria teria voltado a morar perto de sua antiga proprietária, poderia ter recebido uma posse de terras para plantar e sobreviver. Mas, é apenas uma hipótese, já que a documentação escrita não oferece mais pistas nesse sentido. Não há evidência escrita da compra dos irmãos de Martinha por ela.

Além de conquistar meios para reunir parte da sua família desintegrada pela escravidão, ela também conviveu com outros escravos na mesma propriedade em que morava, a Fazenda Saco dos Porcos. Todos os outros cativos que Mané Tenda comprou e registrou a escritura na freguesia em estudo, foram mulheres, com exceção de Saturnino. Em 1874, ele comprou outra escrava de Bernardina Claudina do Espírito Santo, seu nome era Inácia, descrita como preta, com idade de 14 anos, por 500\$000. Em 1876, comprou Maria de Santa Bárbara, por 500\$000 mil-réis, e a cativa Maria, que custou 700\$000, comprada também em 1876. Outra escrava dele foi Marinha, solteira, mãe de dois filhos tidos quando vivia na Fazenda Saco dos Porcos. Possivelmente, tais cativas também servissem e obedecessem à Martinha, pois ela devia receber auxílio nos afazeres domésticos e no cuidado dos seus filhos.<sup>113</sup>

O rumo que a vida de Martinha tomou, também beneficiou, sobremaneira, o destino de sua prole. O papel que essas mulheres desempenhavam nas relações familiares era como uma ponte por onde passavam os privilégios para os filhos. As mulheres cativas conseguiam viver experiências de liberdade ainda dentro do cativeiro. Elas tinham maior acesso que os homens à família do senhor, através da amamentação, como amas de leite; cuidavam dos meninos maiores; e, ainda, controlavam as cozinhas de suas proprietárias. Pelo espaço que essas mulheres cativas ocupavam na casa grande, muitas famílias donas de escravos se viam ameaçadas. Por outro lado, os senhores poderiam assediá-las, obrigando-as a ter relacionamentos com eles por meio de “promessas de liberdade” e até mesmo com o uso da força.<sup>114</sup> Por esse motivo, algumas senhoras preferiam vender suas escravas jovens.<sup>115</sup>

Algumas questões podem ser discutidas a respeito da escolha de Manoel Cedraz. Ele escolheu uma negra e escrava para constituir família, enquanto poderia ter optado por uma mulher branca e de sua condição social ou próxima. Primeiro, a questão da idade, Manoel era mais velho que Martinha. Sobre essa questão da idade, acreditamos que não seria um problema, já que muitas mulheres brancas e de cor até optavam por homens mais velhos, por entenderem que eles teriam melhores condições de vida a oferecer. Por outro lado, muitos homens mais velhos tinham preferência por mulheres mais jovens.<sup>116</sup> Dessa forma, a idade dele não seria empecilho para encontrar uma noiva no mundo dos livres.

Outra questão que poderia justificar seria, realmente, um sentimento de afetividade por Martinha. Nos depoimentos, percebemos que ela foi retratada como uma mulher diferente. Seria ela, como afirmou D. Nininha e o Sr. Romão, uma negra muito desenvolvida, inteligente, chegando a ser mais ativa que Manoel? Acreditamos que tal inteligência poderia estar relacionada à sua capacidade de desenvolver as atividades cotidianas ou, talvez, em resolver problemas mais facilmente. Provavelmente, era uma mulher que aconselhava Manoel

em tomadas de decisões, até quanto a negócios ligados a compras de terras. Ou, ela também pode ter sido o braço forte na administração das fazendas e dos negócios quando ele esteve acometido de uma moléstia que o deixou impossibilitado de trabalhar por muitos dias. Ela não sabia ler, nem escrever, assim como seu filho Saturnino. Portanto, essa inteligência seria fruto das experiências da vida.

A carta de liberdade de Martinha não foi encontrada, mas ela deve ter sido alforriada e a carta ter se perdido ou mesmo não ter sido registrada em cartório. Casaram-se em 1889, na Igreja Matriz de Conceição do Coité, com as bênçãos do Padre Marcolino Madureira.<sup>117</sup> Provavelmente, as questões sociais e familiares fizeram Manoel só se casar com ela, uma mulher negra, egressa de cativeiro, após o fim da escravidão, quando não havia mais escravos ou libertos, todos eram juridicamente livres. Ter uma esposa ex-escrava e negra poderia ser motivo para críticas da sociedade. As marcas deste passado, possivelmente, eram difíceis de serem anuladas, pois entendemos que a condição de tais sujeitos não mudou muito com a Lei Áurea.

O futuro não veio com certas dificuldades para os filhos de Martinha. Todavia, provavelmente, enfrentaram outros entraves de ordem social. Está inserido em uma família de pessoas de posses e gozar dos privilégios que esta condição poderia proporcionar era prerrogativa para um futuro mais brando do que o esperado para filhos de outras escravas. As decisões dos pais de Antonio Frutuoso, Joviniano, Belmiro, Graciliano, Eufrosina e Alcina começaram com a escolha dos padrinhos destes últimos. Saturnino também gozou das estratégias traçadas por Martinha, pois entrou na partilha de bens do casal, herdando apenas a parte que cabia à meação dela. As trajetórias desta família e de outras constituídas por cativos serão traçadas no próximo capítulo.

---

<sup>1</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1870. fls. 27-28.

<sup>2</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1870. fls. 29-30.

<sup>3</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1883. fls. 142-143.

<sup>4</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1874. fl. 106 v.

<sup>5</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1870. fl. 29.

<sup>6</sup> AFCFS. *Livro de casamentos*. 1889. fl. 132.

<sup>7</sup> ACPCC. *Livro de casamentos*. 1864. fl. 14 v.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité, BA: Clip Serviços Gráficos, 2002. p. 10.

<sup>9</sup> FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no Sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2008.

<sup>10</sup> Ver os memorialistas: OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité, BA: Clip Serviços Gráficos, 2002. FRANCO, Tasso. *Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador, BA: EGBA, 1996.

---

<sup>11</sup> Tais relatos são oriundos do discurso de moradores antigos da região de Conceição do Coité. Cresci ouvindo essas histórias de meus avós maternos. Segundo esses relatos, as caboclas eram capturadas no mato por meio do uso de cachorros, como se fossem uma caça qualquer. Contam até que elas eram muito valentes e, por isso, usavam a força para amansá-las. Muitas se tornavam mulheres dos homens brancos da região, resultando numa parte da população cabocla, com pele avermelhada e cabelos pretos lisos.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, 2002.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> FRANCO, Tasso. *Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador, BA: EGBA, 1996.

<sup>15</sup> RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2003. p. 20-21.

<sup>16</sup> FERREIRA, 2008.

<sup>17</sup> CALMON, Pedro. Introdução e notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboaão. Salvador, BA: EGBA, 1985. Apud BARRETO, Orlando Matos. *Conceição do Coité: da colonização a emancipação – 1730-1890*. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica e Editora, 2007.

<sup>18</sup> BARRETO, 2004.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, 2002.

<sup>20</sup> REVISTA DO INSTITUTO Genealógico da Bahia, n. 16, p. 205-213.

<sup>21</sup> BARRETO, 2004.

<sup>22</sup> RIOS, 2003. p. 24-25.

<sup>23</sup> Censo de 1872.

<sup>24</sup> SLENES, Robert W. “O que Ruy Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13, jan./abr. de 1983.

<sup>25</sup> SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus – BA, 2012.

<sup>26</sup> FRAGA FILHO, 2006.

<sup>27</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1870. fl. 23.

<sup>28</sup> SOUZA, Edimária Lima Oliveira. *Vestígios no tempo: escravidão e liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité*. Monografia. Conceição do Coité, BA: UNEB, 2013.

<sup>29</sup> Não podemos afirmar, com certeza, que todos os donos de escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité eram brancos, já que a dita freguesia contava com uma população de pardos e negros libertos.

<sup>30</sup> SLENES, 1997.

<sup>31</sup> SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação de mestrado. Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 1994.

<sup>32</sup> As terras coiteenses só foram registradas a partir do dia 20 de novembro de 1857.

<sup>33</sup> Esta fazenda foi declarada como propriedade de Manoel José da Costa em 1857.

<sup>34</sup> Podemos encontrar exemplos de algumas mulheres que se envolveram com seus senhores, seja pelo uso da violência, ou com a “permissão” das cativas: Liberata, Luzia Jeje, Chica da Silva. As escravas Romana, Ana, Maria e Rufina e a liberta Marcelina foram exemplos trazidos por Robert Slenes em “Senhores e subalternos no Oeste Paulista” (1987).

<sup>35</sup> CEDOC – UNEB. Declarações de nascimentos e óbitos. fl. 31.

<sup>36</sup> CEDOC – UNEB. Declarações de nascimentos e óbitos. 1871.

<sup>37</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

<sup>38</sup> Este número foi encontrado após o cruzamento das fontes documentais trabalhadas, escrituras de compra e venda de escravos, cartas de liberdade, procurações, assentos de batismos, registros de casamentos, declarações de nascimentos e de óbitos e certidões de óbito. Muitos desses filhos eram, no período pesquisado, ainda crianças.

<sup>39</sup> METCALF apud LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuço. *Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha – Bahia (1866-1888)*. Dissertação de mestrado. Salvador, BA: UFBA, 2008. p. 102.

<sup>40</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1870. fls. 29-30.

<sup>41</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990. p. 44-45.

<sup>42</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

<sup>43</sup> CEDOC – UNEB. *Escritura de compra e venda*. 1871. fls. 44-45.

<sup>44</sup> FERREIRA, 2008.

- 
- <sup>45</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1873. fls. 24-25, 41-44.
- <sup>46</sup> BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa e rainha*. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica Editora, 2004.
- <sup>47</sup> Entrevista concedida por D. Nininha, 92 anos, em 20.05.2014.
- <sup>48</sup> ARAUJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. 1926. p. 92-101.
- <sup>49</sup> ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima – O caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, 2010. p. 83-84.
- <sup>50</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1912. fls. 36-45.
- <sup>51</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1881. fls. 110-111.
- <sup>52</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1871. fls. 44-45.
- <sup>53</sup> O capitão Manoel Lopes da Silva era proprietário de Simão, Antonia, Desidéria, Joana, Rufina, Luiz, Patrícia, Luiza, Francisco, Custódia, Salvador, Marta, Candida. Só conseguimos identificar estes escravos, porém, afirmamos que deveria ser um número bem maior, pois encontramos nomes de padrinhos dos filhos de algumas de suas escravas. Entre estes padrinhos, poderia haver mais algum de propriedade do capitão. Estas informações foram obtidas a partir do cruzamento das fontes: livro de notas, livro de batismos, de óbitos e de casamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.
- <sup>54</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1869-1889.
- <sup>55</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Série inventários*. Caixa n. 342.
- <sup>56</sup> SANTANA, 2012; NOGUEIRA, 2011.
- <sup>57</sup> Idem.
- <sup>58</sup> Idem.
- <sup>59</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Série inventários*. Caixa n. 342. 1872.
- <sup>60</sup> Este número foi obtido a partir do cruzamento das fontes: lista de eleitores pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité; escrituras de compra e venda; doações de escravos; cartas de liberdade; assento de batismos; registros de casamentos; certidões de óbitos; declarações de nascimentos e óbitos.
- <sup>61</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1875-1883. fls. 2.
- <sup>62</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Inventário*. 1905. fl. 31.
- <sup>63</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Inventário*. 1905. fls. 31-32.
- <sup>64</sup> CEDOC – UNEB. *Seção judiciário*. 1912. fls. 37-39.
- <sup>65</sup> Informações obtidas a partir das entrevistas com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, em 20.04.2014; Rosalva Carneiro da Silva, 72 anos, em 09.08.2014; Evandio Silva, 78 anos, em 17.07.2014.
- <sup>66</sup> ASSIS, Nancy Rita Santo Sé de. *Baianos do honrado Império do Brasil: honra, poder e virtude no Recôncavo (1880-1889)*. Tese de doutorado. UFF, Niterói – RJ, 2006. p. 130.
- <sup>67</sup> CEDOC – UNEB. *Seção judiciário*. 1870. fls. 27-29; 29-30.
- <sup>68</sup> CHALHOUB, 1990. p. 100-105.
- <sup>69</sup> ACPCC. *Assentos de batismos*. 1874. fl. 107.
- <sup>70</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1995. p. 35.
- <sup>71</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro paulista. Afro-Ásia*, Salvador – BA, 2000.
- <sup>72</sup> NOGUEIRA, 2011; SANTANA, 2012.
- <sup>73</sup> PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos, políticos e rebeldes baianos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2010. p. 52.
- <sup>74</sup> SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 1994.
- <sup>75</sup> Disponível em: <<http://www.ahistoriadaescravaonegra.com.br>>. Acesso em 20 de out. de 2015.
- <sup>76</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.
- <sup>77</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1870.
- <sup>78</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1887. fls. 71-72.
- <sup>79</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1874. fls. 115-116.
- <sup>80</sup> CHALHOUB, 1990.
- <sup>81</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1874, 1879, 1880, 1882, 1883, 1885.
- <sup>82</sup> Entrevista do Sr. Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, concedida em 20.04.2014.
- <sup>83</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1877. fl. 20.
- <sup>84</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1856. fl. 14.
- <sup>85</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1857. fl. 6.
- <sup>86</sup> FREYRE, 2001.
- <sup>87</sup> GRINBERG, 2008.
- <sup>88</sup> ALVES, 2010. p. 31.

- 
- <sup>89</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1874. fl. 58.
- <sup>90</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. 2003. p. 54-55.
- <sup>91</sup> REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Família negra na época da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP, 2007.
- <sup>92</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p. 85.
- <sup>93</sup> MATTOSO, 2003. p. 177.
- <sup>94</sup> GRINBERG, 2008.
- <sup>95</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.
- <sup>96</sup> CEDOC – UNEB. Série judiciário. *Livro de notas*. 1883. fls. 142-143.
- <sup>97</sup> REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008. p. 190.
- <sup>98</sup> ALVES, 2010.
- <sup>99</sup> FERREIRA, Jackson. De cria a dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX. In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Orgs.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.
- <sup>100</sup> A exemplo de Liberata, Chica da Silva e Luzia Jeje.
- <sup>101</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.
- <sup>102</sup> ALVES, 2010. Op. Cit. p. 111-112.
- <sup>103</sup> ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro de. Vida íntima entre senhores e escravas no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias. *Afro-Ásia*, n. 43, out. 2011, p. 195-212. p. 208.
- <sup>104</sup> FURTADO, 2003.
- <sup>105</sup> SILVA, 2011.
- <sup>106</sup> MOTT, p. 17 apud ALVES, 2010, p. 21.
- <sup>107</sup> Ibidem, 2010. p. 132.
- <sup>108</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I, artes de fazer*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- <sup>109</sup> Entrevista com D. Nininha, 92 anos, concedida em 20.05.2014.
- <sup>110</sup> Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, concedida em 17.07.2014.
- <sup>111</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- <sup>112</sup> CEDOC – UNEB. *Seção judiciário*. 1876. fls. 35-36.
- <sup>113</sup> CEDOC – UNEB. *Livros de notas – Escrituras de compra e venda de escravos*. 1874. fl. 8. 1876. fls. 34-35.
- <sup>114</sup> SLENES, 1999.
- <sup>115</sup> Ver FREYRE, 2010; ALVES, 2010. Op. Cit.
- <sup>116</sup> SLENES, 1999. p. 82.
- <sup>117</sup> FHC – ACMS. *Livro de casamentos*. 1889. fl. 132.

### 3 TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS E LIBERTOS: OS FILHOS DE MARTINHA

Percebemos que a formação da família cativa extensa, ou não, incorporando pessoas não aparentadas, como os padrinhos dos filhos, era uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro.<sup>1</sup> Os padrinhos eram os protetores espirituais dos afilhados e, para os pais, representavam uma forma de reforçar os laços de amizade e solidariedade.<sup>2</sup> Por esses motivos, a escolha deles era, sem dúvidas, pensada com muito cuidado, pois passariam a fazer parte da família, mesmo que indiretamente. Além de reafirmar as alianças sociais, também firmavam as estratégias de clientelismo entre as pessoas de prestígio na sociedade.<sup>3</sup>

Os filhos de Martinha foram todos batizados ainda bem pequenos, algo que a própria igreja e os pais católicos preferiam, em vista da alta taxa de mortalidade que havia entre as crianças pequenas.<sup>4</sup> O filho Saturnino, fruto de um relacionamento anterior à compra de Martinha por Manoel Cedraz, foi batizado com apenas seis dias de nascido, em 25 de junho de 1864. No assento de batismo, o menino foi declarado como de cor fula, filho natural de Martinha, ambos escravos de Bernardina Claudina do Espírito Santo. Os padrinhos foram José Paulino de Oliveira e Carlota Maria.<sup>5</sup> Sobre eles, não foi encontrada mais nenhuma informação. Seriam da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité ou de outra localidade? Saturnino aparece como cativo no documento.

Os filhos de Martinha com Manoel Cedraz tiveram padrinhos que foram escolhidos dentro do núcleo familiar do pai, exceto Joviniano e Eufrosina, que foram batizados por pessoas que faziam parte do mesmo grupo social de Mané Tenda, mas que não tinham um parentesco próximo com ele.

Antonio aparece no assento de batismo como liberto e de cor parda. A escolha dos padrinhos dele esteve diretamente ligada aos laços de parentesco com a família Cedraz. Tendo apenas um mês de idade, Antonio Frutuoso foi batizado por José Cedraz de Oliveira e D. Ana Josina de Jesus.<sup>6</sup> Eles eram irmãos do pai do menino e, possivelmente, a estratégia foi possibilitar proteção e amparo para a criança, caso os pais faltassem algum dia. José era dono de parte da Fazenda Saco dos Porcos. Outra intenção presente na escolha feita pelos pais pode ter sido introduzir o menino no seio da família de Mané Tenda, que, na época, era de posses. Era uma maneira de reconhecer publicamente a paternidade.

Joviniano foi batizado em 3 de abril de 1879, com dois meses de idade. Declarado como “ingênuo” e de cor fula. Seus padrinhos não faziam parte da família do pai. Os escolhidos

foram Raimundo Nonato de Couto e sua esposa, Justina Maria de Jesus. Raimundo Nonato era o 1º escrivão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Assumiu esta função em 1864. Também era eleitor votante da dita freguesia. Seus nomes estão em diversos assentos de batismos, tanto de livres, quanto de filhos de escravos. Por exemplo, em 15 de agosto de 1878, eles batizaram o liberto João, pardo, filho do casal de escravos Hilário e Vitorina. Em 14 de outubro de 1883, eles batizaram a pequena Inocência, de cor fula, filha da liberta Esculástica.<sup>7</sup> Tal escolha nos permite afirmar que, como escrivão, ele gozava de certo prestígio na comunidade.

Belmiro, o terceiro filho de Martinha com seu senhor, também foi batizado com três meses de vida, em 1º de novembro de 1880. Este filho de Martinha foi caracterizado no assento de batismo como livre e “cabra”. Seus padrinhos foram Manoel Cedraz Carneiro de Oliveira e Maria Eliza de Oliveira. O padrinho era sobrinho de Manoel Cedraz, filho de Francisco Cedraz de Oliveira Salles e Francisca Maria de Oliveira. Maria Eliza era a irmã mais nova de Manoel Cedraz e, portanto, tia de Belmiro.<sup>8</sup>

Graciliano foi batizado em 19 de fevereiro de 1889. No documento consultado, ele aparece como “ingênuo”, de cor parda. Foram seus padrinhos Aristides Cedraz de Oliveira e Justina Maria de Jesus Couto, esposa do escrivão. As evidências nos levam a suspeitar que havia uma relação de amizade ou de parentesco entre as famílias de Mané Tenda e de Justina e seu esposo. Aristides Cedraz era sobrinho de Manoel. Ele era filho de José Cedraz e foi também eleitor da freguesia. Encontramos relatos de que ele foi político, concorrendo a vereador em várias eleições. Também foi coronel e major fiscal do 59º Batalhão de Artilharia de Posição do Estado Maior da Guarda Nacional.<sup>9</sup> Desse modo, percebemos que ele poderia proteger e até cuidar do afilhado, caso ele viesse precisar de auxílio algum dia.

Eufrosina foi batizada em 29 de junho de 1883, com apenas um mês de vida. Foi declarado no registro de batismo, que a menina era livre e parda. Seus padrinhos foram Joaquim Cedraz de Oliveira e Romana Francisca de Jesus. Joaquim era também sobrinho de Manoel.<sup>10</sup> Sobre Romana, não conseguimos nenhuma informação, só sabemos que não era sua esposa. Alcina fora batizada em 9 de agosto de 1885. Assim como Eufrosina, ela foi declarada como parda e livre. Seus padrinhos não faziam parte da família Cedraz, foram João Lopes da Silva e Maria Joaquina de Santana.<sup>11</sup> João Lopes era filho do Capitão Manoel Lopes da Silva. Sua família era de posses, dona de escravos e também de terras, entre elas, a Fazenda Gangorra, Mucambo e Santa Rosa.<sup>12</sup> João era eleitor votante, o que nos permite afirmar que detinha uma renda anual específica que lhe garantia o direito de exercer tal papel social e ainda sabia ler e escrever.<sup>13</sup>

Percebemos que Martinha e Manoel Cedraz foram estratégicos quanto ao apadrinhamento dos filhos. Suas escolhas levaram em consideração a relação familiar e o fato de serem pessoas da mesma condição social e econômica que Cedraz, que pudessem socorrer os filhos deles em momentos de dificuldade, visando, também, firmar alianças com pessoas do mundo do pai das crianças. Mas, pode ser que as escolhas dos padrinhos tenham sido feitas apenas por Manoel Cedraz. Isso pode ser um indício do domínio dele sobre Martinha.

Diferente da decisão de Martinha, fora encontrado um número razoável de crianças filhas de escravos, um total de 385, sendo batizadas por livres, libertos e cativos no período de 1870 a 1888. Dentre este número, 120 destas crianças foram batizadas por escravos ou por um casal de padrinhos composto por um liberto e um cativo. As demais foram batizadas por livres, mas é importante notar que muitas destas pessoas consideradas livres poderiam ser libertas. Percebemos que o termo “liberto” só era usado para sinalizar a condição jurídica de ex-escravos quando era recente a liberdade. Com base na documentação analisada, notou-se que, com o tempo, o termo foi desaparecendo dos documentos. A descrição da cor do liberto também varia muito na documentação analisada.<sup>14</sup>

É relevante considerar que a freguesia era pequena em número de habitantes, um total de 3.925, e, por este motivo, entendemos que muitos cativos mantinham vínculos de amizade e de apadrinhamento entre eles, o que poderia também oferecer segurança em momentos de dificuldades que a família pudesse passar.<sup>15</sup> As cativas de Manoel Cedraz, Marinha e Maria, por exemplo, fizeram escolhas diferentes da de Martinha. Em 1879, foi batizada Marcolina, de cor fula, filha da escrava Marinha. Os padrinhos foram Antonio Severo e Paulina, ambos escravos. Marcolina, porém, faleceu em dezembro do mesmo ano. Em 1880, ela teve mais um filho, João, que foi batizado pelo mesmo casal, Antonio Severo e Paulina. Desconfiamos que eles também eram escravos de Manoel Cedraz ou que moravam próximos ao endereço da mãe dos afilhados.<sup>16</sup>

Maria, por sua vez, optou por buscar laços de apadrinhamento em dois universos diferentes, no mundo dos livres e também no mundo dos cativos. Em maio de 1880, seu filho Júlio foi batizado por Manoel Amaro de Oliveira e Maria Eusébia de Oliveira. Manoel Amaro era o filho mais velho de Manoel Cedraz, portanto, livre ou liberto. Maria Eusébia, pelo sobrenome, também tinha parentesco com o proprietário da cativa. Em 24 de outubro de 1884, nasceu mais um filho de Maria, o menino Firmino, que foi batizado com apenas um mês de vida. Seus padrinhos foram Honorato e Luiza, ambos escravos.<sup>17</sup> Assim, Maria criou laços de apadrinhamento tanto entre os livres, quanto entre os cativos.

“Buscar padrinhos escravos, era, antes de tudo, selecionar indivíduos portadores de vivência e experiência calcadas no cativo, constituindo-se ou reforçando-se laços de amizade, trocas e favores entre iguais”.<sup>18</sup> E, buscar padrinhos no mundo dos livres, era uma tentativa de estreitar laços com sujeitos que pudessem interferir ou mesmo facilitar o acesso de tais apadrinhados e de seus familiares no mundo dos livres.

Muitos cativos seguiram os mesmos passos de Maria, optaram por buscar amparo nos dois mundos. Escolhiam para batizar seus filhos, um cativo e outro livre. Num sistema marcado pela violência física e psicológica, era necessário buscar amparo tanto no mundo dos brancos, quanto no mundo dos cativos, que poderia inserir o apadrinhado em uma comunidade de cativos e libertos alicerçada ainda no cativo. A aceitação dos parentes de Manoel Cedraz em batizar os filhos de uma escrava não significa que havia reconhecimento da família quanto ao relacionamento do casal. A relação entre Martinha e a família do pai de sua prole podia ser tensa. Talvez, parte da família “aceitava”, ou melhor, não interferia na vida deles, e a outra parte, via com maus olhos. As situações de preconceito por eles vividas podem ser sinalizadas pela ausência de apadrinhamento de seus parentes. O nome de Manoel Cedraz não aparece nos assentos de batismos, assim, concluímos que, pelo menos na freguesia em que vivia, ele não batizou nenhuma criança.

Mané Tenda é retratado, através das memórias de seus descendentes, como um homem muito “grosso”, de poucas amizades. Não encontramos na documentação pesquisada nenhuma evidência de Manoel Cedraz ter batizado alguma criança, nem mesmo sobrinhos ou parentes mais distantes. Teria ele entrado num ostracismo, devido à sua relação com Martinha? Mas, com relação aos batismos de crianças escravas, será que foi uma decisão dele não realizar nenhum? Ou, por seu comportamento áspero, será que ele não era requisitado para apadrinhar nenhuma criança, escrava ou livre?

Com base na memória local, são contadas situações de humilhação que o casal foi vítima, especialmente, da parte do pai de Mané Tenda e de alguns dos irmãos. Conta-se que o pai de Manoel Cedraz lhe negava a bênção e virava as costas para ele. Os irmãos evitavam passar pelo mesmo caminho que ele, quando se encontravam nas estradas montados a cavalo. Um episódio narrado por Romão, trazido a seguir, nos mostra como a sociedade livre enxergava o relacionamento entre Manoel e Martinha:

Até contam aí que alguém mandou entregar, foi Zé Carijé, [...] mandou lá uma carta pra só entregar a Mané Tenda ou então se não encontrasse de tudo, encontrasse a mulher, para entregar a mulher dele. Aí, ela (Martinha) apareceu e ele não quis entregar por causa da cor dela, ele tinha saído... Aí, depois que confirmaram que era a mulher dele mesmo... por conta da cor mesmo.<sup>19</sup>

Manoel pagou um preço por viver esse relacionamento. Mas, por outro lado, conseguiu viver uma história de companheirismo com a mulher que escolheu para partilhar a vida. Esta união foi a única que levou Mané Tenda a casar-se oficialmente. No período em que viveram juntos, tomaram decisões referentes ao destino dos filhos em comum e, com certeza, do filho dela, Saturnino. Ela foi uma ponte para as conquistas necessárias para o futuro de sua prole. A trajetória dela se diferencia da de outras cativas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité em alguns aspectos, no entanto, isso não lhe impediu de viver e compartilhar as angústias do cativo.

Martinha também batizou crianças, principalmente, cativas, o que sugere que tinha prestígio, sobretudo, na comunidade escrava da região. Encontramos seu nome entre os assentos de batismos como madrinha do ingênuo Faustino, filho da escrava Margarida, do domínio de Francisco Gonçalves de Oliveira.<sup>20</sup> Ela também batizou, em 1873, Luiz, liberto, filho da escrava Custódia. Mãe e filho viviam na Fazenda Algodões, uma das fazendas de Manoel Cedraz.<sup>21</sup> Posteriormente, em 1876, batizou Catarina, filha natural da escrava Rita, moradora da Fazenda Caldeirão de Pedra. A ligação de Martinha com a mãe de Catarina deu-se devido ao fato de parte das terras desta fazenda ter pertencido a Manoel Cedraz.<sup>22</sup> Em 29 de outubro de 1892, Martinha e seu filho Antonio Frutuoso batizaram Bernarda, parda, com dois meses de idade. O nome do pai da menina era Anacleto Bispo de Oliveira e da mãe Cristina Maria de Jesus.<sup>23</sup>

Seria este Anacleto Bispo de Oliveira o irmão de Martinha que havia sido reencontrado por ela entre 1871 e 1878? Identificamos um Anacleto Bispo dos Santos, casado com uma Cristina Maria de Jesus, que batizou uma filha de nome Alexandrina, em 1890.<sup>24</sup> É possível que se trate do mesmo Anacleto, porém, com um dos sobrenomes diferente. Era comum a mesma pessoa aparecer com sobrenomes diversos na documentação do século XIX, dado que foi observado nesta pesquisa.

Apadrinhar crianças era uma forma de reconhecimento para com as pessoas escolhidas. A condição de vida de Martinha conferia-lhe prestígio frente a muitos cativos e libertos, o que pode evidenciar sua importância no seio das famílias escravas e libertas. A sua ascensão podia significar amparo para a vida de seus afilhados, caso dependessem dela em algum momento. Ela era esposa de um homem com riqueza e a família ainda guarda na memória o quanto ela era uma mulher “bondosa”, que gostava de ajudar as pessoas. Seria, desta forma, uma rede de solidariedade que unia nossa personagem aos seus irmãos de cor e de cativo. Ela não foi caso único na historiografia brasileira em que uma negra, ex-escrava apadrinhou crianças.

Sobre isto, João Reis nos apresentou o africano Domingos Sodré, que circulou entre o mundo dos cativos e dos livres, ascendeu socialmente e foi padrinho de muitas crianças cativas e livres, inclusive, brancas.<sup>25</sup>

Martinha teve sete filhos, uma média comum entre as famílias escravas encontradas na dita freguesia.<sup>26</sup> É relevante lembrar que o intuito do trabalho biográfico é apresentar uma análise mais ampla do contexto em que o sujeito biografado viveu.<sup>27</sup> Falamos, anteriormente, das famílias matrifocais, formadas apenas pelas mães e seus filhos, mas é necessário fazer referências às famílias formadas pelos casais e seus filhos. Diferente de Martinha, as escravas que oficializaram união, escolheram ou foram levadas pelas circunstâncias da vida a casarem-se com companheiros com a mesma condição jurídica que elas.

Faremos, a seguir, um exercício de traçar pequenas biografias a partir dos dados encontrados. O trabalho do historiador é vasculhar o universo das fontes para encontrar possíveis pistas e evidências dos sujeitos investigados. As famílias serão apresentadas com base em acontecimentos das vidas dos cativos, como nascimentos de filhos, casamentos e conquistas de liberdade.

### **3.1 Famílias escravas**

Uma das primeiras famílias encontradas e que tiveram suas histórias reconstituídas foi a do casal Miguel e Joana. O primeiro indício desta família foi localizado na certidão de casamento de Joana e Miguel. Eles casaram em 26 de maio de 1874.<sup>28</sup> Consta no documento que ambos pertenciam ao Capitão Manoel Lopes da Silva. Contudo, vasculhando os assentos de batismos, encontramos filhos dela sendo batizados antes desta data. Em 1871, foi batizado o menino Salvador, que nasceu no mês de maio, portanto, por questão de meses, não foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre.<sup>29</sup> Em 1873, foi batizada uma filha dela, Marta, de cor fula.<sup>30</sup>

Até este batismo, não tínhamos ideia do nome do pai dessas crianças. Mais pistas foram surgindo ao longo da consulta aos documentos. Em 1878, foi registrada uma escritura de doação, na qual o Capitão Manoel Mâncio Lopes e sua mulher Felipa Maria de Jesus doaram a seu genro Vitoriano Antonio Oliveira uma escrava de nome Joana, de cor “fula”, juntamente com duas crias livres, uma de nome Raimundo e outra chamada Gabriela, que pelas datas, tinha apenas dois meses de vida.<sup>31</sup>

Em 1879, realizou-se o batismo de um menino, na igreja matriz da freguesia, de nome Marcolino, cor fula, filho do dito casal. Este foi o primeiro indício do nome do pai dos filhos de Joana. Em 1882, nasceu Margarida, também de cor fula e batizada no mesmo ano em que nasceu. Os nomes dos pais eram Joana e Miguel.

Seguindo essa trajetória, encontramos uma escritura de doação passada em 1882, ou seja, cinco anos após a doação de Joana. O capitão e sua esposa doaram também o escravo Miguel, de 34 anos, cor fula e casado. Na dita escritura, os senhores declararam o seguinte:

[...] que o houve, por herança e [...] pelo finado João da Cunha e Araújo cujo escravo foi por ele matriculado em data de treze de janeiro de mil oitocentos e setenta e três, sob os números sete mil duzentos e setenta e cinco da matrícula geral do município e cinco da relação apresentada [...] e como o dito escravo é casado com Joana escrava da sua filha Maria Lopes; doada pelos acima ditos, e por ter o presente doadores o possuem livre e sem nenhum embaraço e por conhecerem que desta forma, os tem separado, e vendo também a necessidade que tem seu genro Vitoriano Antonio de Oliveira de um escravo que o ajude no trabalho da lavoura; Assim, *passam* eles doadores [...].<sup>32</sup>

Com essas informações, reconstituímos partes da história de uma família formada pelos cônjuges e por seus filhos. Contudo, a história deles ainda teve outro capítulo, pois o casal de doadores permaneceu com um escravo de nome Salvador, de 13 anos, cor preta e filho de sua ex-escrava Joana. O nome de Salvador, primeiro filho de Joana, surgiu numa escritura de doação feita pelos seus senhores ao professor Florentino Pinto da Silva, em nome de sua esposa, que possuía o sobrenome igual ao do doador, evidenciando uma relação de parentesco próxima. A escritura é datada de 1884, cerca de dois anos após a doação de Miguel e sete anos após a doação de Joana.

A atitude desses senhores levantou algumas indagações. A primeira foi sobre a Lei de 1869, que segundo Robert Slenes, proibia a separação de escravos casados. Neste caso, tratou-se de uma doação, mas o princípio da lei, ao que parece, era a separação, assim, não podemos tomar a atitude dos senhores de Miguel e Joana como um simples ato de benevolência, já que havia uma lei em vigor no país que “protegia” esses casais, mesmo que sem muito êxito, pois “ao que parece [,] [a lei de 1869] não representou um divisor de águas no que diz respeito [à] estabilidade dos matrimônios escravos”.<sup>33</sup>

Outro aspecto que merece atenção é a separação de Salvador, de apenas 6 anos de idade, e sua mãe, em 1871. Por conseguinte, a doação foi feita desrespeitando a Lei de 1871, que também estabeleceu “a proibição expressa de separar filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe em qualquer caso de alienação em transmissão de escravos”.<sup>34</sup>

Como não foi possível identificar a paternidade de Miguel com relação a Salvador, considerando que a lei observava a ligação com a mãe, é provável que mãe e filho morassem em propriedades próximas ou mesmo que tal separação tenha ocorrido apenas com relação aos proprietários, que eram parentes e concordaram que o menino vivesse junto com a mãe. Mas, pode ser também que vivessem em propriedades diferentes. Neste caso, esbarramos nos limites das fontes.

A situação se tratava de uma doação, algo comum entre as famílias de Conceição do Coité no século XIX. O escravo era uma propriedade, um bem como os demais, portanto, suscetível de ser passado a um filho ou parente próximo a qualquer momento. Encontramos outros escravos sendo doados dentro de um mesmo núcleo familiar.

Os dados de algumas famílias serão distribuídos na tabela abaixo. Destacamos que tais grupos familiares mantinham relações de apadrinhamento e proximidade de moradias. Levamos em consideração as localizações das propriedades indicadas nos assentos de batismos e óbitos.

**Tabela 1 – Famílias escravas (1870-1890)**

Nomes dos pais	Ano do casamento	Profissão	Nomes dos filhos	Ano de nascimento	Cor
Malaquias e Rosa	----	Lavradores	Agostinho	1871	Crioulo
			Martinha	1872	Preta
			Romana	1874	Preta
			Josefa	1876	Preta
			Luiza	1877	Fula
			Gaudencia	1879	Preta
			Maria	1880	Preta
			André	1883	Fula
			Antonio	1887	Pardo
Vicente e Josefa	1872	Lavradores	Cirilo	1871	Crioulo
			Maria	1872	Fula
			Angela	1874	Parda
			Maria	1875	Parda
			Manoel	1877	Fula
			Maria	1878	Fula
			Ana	1879	Fula
			Antonio	1885	Pardo
			Gracindo	1886	Pardo
			Joana	1888	Parda
			Martinha	1871	Cabra
			Luiz	1872	Fula
			José	1874	Fula
			Timótia	1878	Fula

Crispim e Joana	----	Lavradores	Izidora Simão Sem nome Martiniano Luiz	1880 1882 1884 1885 1887	Fula Preto Fula Pardo Fula
Simão e Antonia	----	Lavradores	Custódio Maria Mariana Balbina Inocencio Roque Joaquim Francisco João	1870 1871 1873 1875 1876 1878 1880 1883 1885	Cabra Cabra Cabra Fula Fula Fula Fula Fula Fula
Hilário e Vitorina	1872	Lavradores	Maximiano João Maria João Antonio Josefa Benta	1872 1874 1876 1878 1880 1882 1884	Pardo Fula Fula Pardo Fula Fula Fula

**Fontes:** Escrituras de compras, vendas e doações de escravos. Assentos de batismos. Livro de matrimônios e óbitos.

A história da família de Vicente e Josefa começou, para nós, quando encontramos um assento de batismo de Cirilo, filho do casal, datado de 1871.<sup>35</sup> Em 1872, eles oficializaram a união na Igreja Católica. Mas, anterior a esta data, eles já viviam juntos, pois em 1888, próximo da assinatura da Lei Áurea, em 28 de abril, casaram-se Antonio Vicente de Araujo e Maria Galdina de Jesus. Ele era filho de Josefa e Vicente, que ainda era escravo naquele momento.<sup>36</sup> Possivelmente, Vicente só alcançou a liberdade com a Lei Áurea. A liberdade de Josefa, sua esposa, deve ter se dado com o apoio do esposo, pois, assim, seus outros filhos nasceriam livres, não mais ingênuos e tutelados pelos proprietários da sua esposa. O filho mais velho também já havia conquistado a liberdade, pois no seu registro de casamento, ele aparece como liberto. Sua noiva, Maria Galdina, era filha natural de Higina Maria de Jesus, moradora da freguesia.

O interessante é que, mesmo sendo do domínio de senhores diferentes, a família permaneceu estável por um longo período, cerca de 16 anos, considerando a idade do filho que nasceu em 1871. Vicente era escravo de José Gonçalves Pastor e morava na Fazenda Vargem. Josefa, por sua vez, era cativa de Joaquim Gonçalves Gordiano e morava na Fazenda Duas Lagoas. Observando a localização de tais propriedades, não conseguimos identificar se

ficam próximas ou distantes, pois uma não faz limite com a outra. Mas, ao analisar os sobrenomes dos dois proprietários, é possível imaginar que fossem parentes, o que pode ter facilitado um acordo em manter os cônjuges juntos. Quais podem ter sido os entraves e facilitações para este relacionamento?

Pode ser, também, que eles se encontravam num contexto em que os senhores motivavam a união de seus escravos como uma forma de garantir a reprodução de suas propriedades cativas, através do incentivo à natalidade, uma vez que a vantagem maior dessas uniões era dos senhores possuidores das cativas, pois os filhos delas pertenciam a eles.

Sobre as ligações existentes entre as famílias citadas anteriormente, podemos destacar que Miguel, o esposo de Joana, viveu na mesma propriedade que Simão e Antonia e ainda batizou um dos filhos do casal, o menino Custódio.<sup>37</sup> Miguel e Joana eram escravos do Capitão Manoel Lopes da Silva e sua esposa, D. Felipa Maria de Jesus, moradores da Fazenda Santa Rosa. O casal de cativos foi doado a Florentino Pinto da Silva e sua esposa, D. Francisca Lopes da Silva, desconhecemos o endereço deles. Simão e Antonia também pertenciam ao Capitão Manoel Lopes da Silva e moravam na Fazenda Santa Rosa. Hilário e Vitorina eram escravos de José Estêvão Pastor, que era proprietário de duas posses de terras, uma denominada de Fundo e a outra de Umburana. Não temos certeza em qual dessas propriedades os cativos moravam. Já o casal Malaquias e Rosa, era do domínio de Manoel José da Cunha e morava na Fazenda Baixa Nova. A dificuldade em saber os limites de tais propriedades dá-se, em parte, pela constante alteração dos nomes delas. Por vezes, eram subdivididas e ganhavam novas denominações. Todavia, é possível que fossem próximas ou mesmo que tais cativos se encontrassem em determinadas ocasiões e espaços que frequentavam.

Crispim e Joana estiveram ligados aos parentes da família da escrava Martinha. Em 1887, Manoel Amaro de Oliveira, filho de Manoel Cedraz, batizou o menino Luiz, de cor fula, morador da Fazenda Vargem dos Porcos e filho de Crispim e Joana.<sup>38</sup> Joana, esposa de Miguel, batizou Silvério, de cor fula, filho do casal Joana e Crispim, escravos do Capitão Manoel Lopes, que tinha relações de compadrio com Martinha e Manoel Cedraz. Malaquias e Rosa também eram ligados a Hilário e Vitorina a partir do apadrinhamento. Em 1874, Hilário batizou Romana, preta, filha do casal citado.<sup>39</sup> Portanto, nos deparamos com a trajetória de escravos que tinham laços de parentesco, amizade e compadrio, que formavam uma comunidade que podia ser mais ampla, envolvendo os libertos, ingênuos e livres.

As famílias cativas eram constituídas por um número significativo de filhos nascidos ano após ano, o que pode significar certa estabilidade das unidades familiares. Quando havia

um intervalo, entendemos que ocorria alguma morte prematura da prole. Outro dado importante é o relacionado à classificação da cor dos filhos dos cativos. As designações fula e preto podiam ser utilizadas para caracterizar descendentes de escravos ou libertos. A cor fula continuou sendo usada após o período da escravidão, assim como a palavra “escravo”, adotada até 1890 nos documentos em que aparecem os egressos do cativo. Evidenciou-se isso nos atestados de óbitos de pessoas com mais de 80 anos. Seus nomes aparecem nesses documentos atrelados aos nomes dos seus ex-senhores. Era mesmo difícil fugir do passado de escravidão permanecendo na localidade em que se viveu como cativo.<sup>40</sup>

### 3.2 Tecendo fios

Ser livre, com certeza, era o sonho de todos os cativos. Alçar a liberdade, livrando-se do domínio senhorial, poder viver em família, ter autonomia, mobilidade espacial e social, adquirir meios de trabalhar e desfrutar do ganho do seu próprio trabalho. Outro grande objetivo, depois da liberdade conquistada, era livrar-se do estigma da escravidão, de um passado marcado pelo domínio e por diversas formas de violências.<sup>41</sup>

Por essa tentativa de distanciar-se do passado da escravidão, muitos cativos não adotaram os sobrenomes ou outros dados que os ligavam aos seus ex-senhores. Martinha foi um caso diferenciado, assim como muitas mulheres libertas e livres, ela acabou adotando os sobrenomes “Maria de Jesus”. Porém, é perceptível que os sobrenomes eram constantemente alterados nas documentações.

Ela apareceu com o nome de liberta, Martinha Maria de Jesus, pela primeira vez, em 1885, quando batizou o seu quarto filho. Portanto, já estava na condição de liberta. Anterior a esta data, aparecia sempre como escrava de seu proprietário/amásio e, simplesmente, como Martinha. Em 1889, com o casamento, permaneceu com o mesmo sobrenome. Em 1907, seu nome apareceu como Martinha Cedraz, incorporando o sobrenome de seu esposo. Entrementes, no recenseamento de 1920, seu nome apareceu entre os proprietários, como Martinha Maria de Oliveira.<sup>42</sup> As alterações nos nomes demonstram que não havia regras específicas quanto à adoção de sobrenomes. Isto poderia ser feito por parte dos escrivães que registravam de qualquer forma, fazendo referência a um ou outro sobrenome quando desejavam, ou devido às diferentes escolhas dos sujeitos oriundos da servidão. No caso de Martinha, a mudança do sobrenome ao longo do tempo parece corresponder aos diversos

momentos que ela viveu.<sup>43</sup> Primeiro, como cativa e, depois da abolição, como esposa, aí sim, incorporando-se ou sendo reconhecida como uma Cedraz.

O filho de Martinha, Saturnino, adotou um sobrenome diferente tanto do de sua mãe, quanto do seu padrasto. Seu nome ficou como Saturnino José Cordeiro.<sup>44</sup> Não descobrimos o motivo de tal escolha. Seria este o sobrenome de seu pai? Por que ele não adotou o sobrenome Cedraz? O Mané Tenda aceitaria emprestar seu sobrenome a um filho que não era seu e que, talvez, tivesse a pele mais escura do que a dos irmãos?

Diferente de Saturnino, encontramos o escravo de Manoel Ferreira da Silva e Manoel Leão com o nome Manoel Alexandre, em 1884.<sup>45</sup> Ele havia constituído família com a também cativa Mônica, após casar-se com ela, em 28 de novembro de 1872.<sup>46</sup> Mais tarde, em 1920, ele foi testemunha em um processo crime, quando já tinha 51 anos de idade e fazia uso do sobrenome de seu ex-senhor, chamava-se Manoel Alexandre da Silva.

Diferentemente de Martinha, alguns escravos se casaram com pessoas de mesma condição jurídica, ambos eram cativos e fizeram escolhas quanto aos sobrenomes que adotaram. Exemplo disso foi o casal Vicente e Josefa, ele do domínio de José Gonçalves Pastor e ela de Joaquim Gonçalves Gordiano. Logo após se casarem, já estavam libertos, e ele declarou que se chamava Vicente Gonçalves Pastor, adotando o mesmo sobrenome de seu antigo senhor. Incorporar o sobrenome do antigo senhor nem sempre espelhava relação de dependência ou laços de gratidão. Podia significar uma estratégia dos libertos, “visando [a] manutenção ou ampliação de ‘direitos’ de manter sua identidade firmada num passado comum de cativo”.<sup>47</sup> Sua esposa, no entanto, não adotou o sobrenome de seu ex-proprietário, optou pelo sobrenome Amâncio. Não sabemos se ela tinha laços de amizade ou dependência com algum membro da família Amâncio, uma das famílias que viviam na mesma freguesia que ela e que, possivelmente, tinha algum contato. Assim, trazer o sobrenome Amâncio, talvez, “[...] fosse um meio de se movimentar dentro de um mundo em que as relações pessoais eram determinantes para a sobrevivência”.<sup>48</sup>

Outro liberto que adotou o sobrenome do seu ex-senhor foi Hilário Gonçalves Pastor. Ele era casado com a cativa Vitorina Maria de Jesus, e ambos eram do domínio de José Estêvão Pastor. Eles se casaram na igreja matriz, com as bênçãos do Padre Marcolino, em 28 de novembro de 1872. Alcançaram a liberdade juntos, em 1884, pelo Fundo de Emancipação. Ela tinha 33 anos e Hilário 36 anos.<sup>49</sup>

De acordo com Isabel Reis, o Fundo de Emancipação foi apresentado como parte de um projeto de lei ligado à emancipação dos escravos pelo Conselho de Estado, ainda no ano de 1868. Anos mais tarde, foi sancionada, pelo Conselho do Estado, a Lei nº 2.040/1871,

conhecida como Lei do Ventre Livre, através da qual se buscou “[...] determinar a libertação de cativos por intermédio do Fundo de Emancipação e sua regulamentação foi realizada mais de um ano depois, no Decreto 5.135, de novembro de 1872 [...]”.<sup>50</sup>

As prioridades do Fundo de Emancipação estavam centradas nas famílias escravas, porém, ele também beneficiava mães ou pais solteiros com filhos menores e os escravos de 12 a 50 anos de idade, “começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino”.<sup>38</sup> Não encontramos maiores informações sobre o Fundo de Emancipação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, evidenciamos apenas o nome de alguns cativos que alcançaram a liberdade por intermédio dele.

O caminho até a alforria pelo Fundo de Emancipação era longo. O cativo precisava, primeiro, passar por uma junta de classificação para ser avaliado, observando os critérios estabelecidos. Tal junta de classificação era composta pelo presidente da câmara, promotor público, coletor de rendas e, caso fosse necessário, outras autoridades faziam a substituição.<sup>51</sup> Documentos, como as procurações, faziam menção à passagem do escravo pela junta de classificação para ser “arbitrado”.

Os recursos que eram utilizados pelo Fundo de Emancipação resultavam de um conjunto de taxas cobradas, instituídas pela Lei de 1885, Lei dos Sexagenários, que estabelecia, em seu 2º artigo, as seguintes taxas:

I. Das taxas e rendas para ele destinadas na legislação vigente. II. Da taxa de 5% adicionais a todos os impostos gerais exceto os de exportação; III. De títulos de dívida pública emitidos a 5%, com amortização anual de 1/2%, sendo os juros e amortização pagos pela referida taxa de 5%.<sup>52</sup>

### **3.3 Caminhos trilhados por Saturnino**

Saturnino, como outras crianças escravas, viveu os anos iniciais de sua vida sendo propriedade de outrem. Ao ser comprado por Manoel Cedraz, passou a morar com ele e Martinha na Fazenda Saco dos Porcos, e, posteriormente, na Fazenda Urussú. Como não encontramos a carta de liberdade dele, entendemos que pode ter sido libertado verbalmente ou mesmo que o documento tenha se perdido e não foi registrado em cartório.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité contava com um número considerável de libertos e de seus descendentes. O censo de 1872 apontou um número de 1.469 pretos e 1.271 pardos vivendo nessa freguesia. Os brancos eram apenas 875 e 310 caboclos,<sup>53</sup> estes últimos, provavelmente, frutos da miscigenação com indígenas.

A freguesia era pequena e, possivelmente, os ex-escravos vivessem do trabalho na lavoura, não havia, portanto, necessidade de se deslocarem com frequência para outras freguesias distantes. Assim, talvez, não existissem grandes problemas com a ausência da carta de alforria. Todavia, se precisassem se ausentar da freguesia, é provável que tivessem a necessidade de levar documento comprovando a condição de libertos. Sabemos que a ausência deste documento gerava uma série de problemas para um liberto que vivesse em cidades como Salvador e Rio de Janeiro. Muitos cativos foram até presos, por não apresentarem a prova de liberdade às autoridades.<sup>54</sup>

A carta de alforria era o ato jurídico pelo qual o senhor passava para seu escravo o título que requeria sobre ele.<sup>55</sup> Tal documento era exigido, geralmente, a fim de comprovar o direito do ex-escravo de ter uma mobilidade espacial sem a presença de um senhor e não ser confundido com um escravo fugido.

Normalmente, o senhor escrevia a carta de próprio punho, ou, quando não sabia ler nem escrever, pedia para alguém redigi-la. Mas, para que fosse reconhecida, era necessário registrá-la em cartório, então, o escrivão fazia uma cópia dela, datava-a e ela era assinada por testemunhas. Pagava-se os selos e, assim, o ato era legitimado.<sup>56</sup>

Entre os anos de 1870 e 1888, foram registradas, no cartório da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, 22 cartas de alforria. Contudo, constatamos que a quantidade de cativos libertados nesse período era bem maior, quando consideramos outros documentos e analisamos que muitas dessas cartas de liberdade podem ter se perdido ao longo dos anos. O ato de alforriar era uma prática costumeira, efetuada em condições semelhantes nos diversos espaços do Brasil, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais. Até 1871, era o direito habitual dos senhores que regia as relações entre eles e seus escravos. O ato de alforriar não sofria maiores interferências do Estado.<sup>57</sup>

Como já foi assinalado, a Lei nº 2.040 de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, foi um divisor de águas no que se refere ao direito ao pecúlio por parte dos escravos. Esta lei concedeu aos cativos o direito de constituir um pecúlio e utilizá-lo para obter a alforria por indenização de preço ao senhor. Se o escravo tivesse meios para pagar por sua liberdade, o senhor tinha o dever de concedê-la.<sup>58</sup>

Diferente de Saturnino e sua mãe, alguns cativos fizeram questão, ou os seus senhores, de registrar em cartório suas cartas de liberdade. Outras liberdades, no entanto, foram evidenciadas em meio a outros documentos, como procurações, estando os cativos envolvidos em processos de liberdade mediados pelo Fundo de Emancipação. Dentre estes, encontramos menção à escrava Marinha, do domínio de Manoel Cedraz, e que convivía com Martinha e

seus filhos. Seus filhos devem mesmo ter convivido com os filhos de Manoel Cedraz e Martinha, inclusive, com Saturnino. Ela foi liberta em 1884.<sup>59</sup>

Encontramos, também, referências ao processo de liberdade nos assentos de batismos que fazem alusão à condição jurídica dos escravos e de alguns libertos. Tal observação justifica a nossa afirmação de que muitas alforrias se deram em caráter verbal, as cartas não foram devidamente registradas em cartório. A ausência dos registros pode ter ocorrido, também, por conta dos custos dos registros serem de responsabilidade dos cativos.<sup>60</sup> Percebemos que havia um espaço entre a escrita das cartas e o registro delas. Algumas têm o intervalo de cerca de 2 anos. Esta pode ter sido a situação de Saturnino, talvez, tenha recebido a carta, mas não chegou a registrá-la.

Dentre as cartas de alforria encontradas, a maior parte foi comprada pelos cativos, um total de 11. Cinco foram concedidas em caráter gratuito, com a exigência do cumprimento de uma condição estipulada, como acompanhar os senhores até a morte. Uma delas foi paga com condição e as demais sem. Nessas cartas, os senhores evidenciaram motivos como “pelos bons serviços que me tem prestado” e “por amor a Deus”, para conceder liberdade aos seus cativos.<sup>61</sup>

Em 26 de julho de 1870, na Fazenda Olho d’Água, Maria, africana, comprou sua alforria por 500\$000 mil-réis, tornando-se forra, como se tivesse nascido de ventre livre.<sup>62</sup> Em 9 de janeiro de 1874, na Fazenda Campinas, Vidal, cabra, foi libertado pelos seus senhores, “por amor a Deus”, sem pagamento em dinheiro.<sup>63</sup> Em 9 de maio de 1881, na Fazenda Varginha da Capivara, Izidia, crioula, foi alforriada com a condição de servir a sua senhora até a morte.<sup>64</sup>

O dinheiro que os escravos usaram para comprar suas liberdades, possivelmente, era um pecúlio, fruto de trabalhos extras ou acordados com seus senhores. O pecúlio era “tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expresso ou tácito do senhor, administrar, usufruir e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor”.<sup>65</sup>

Dessa forma, os cativos conseguiam reunir o pecúlio através de atividades realizadas paralelas àquelas que eram obrigados a fazer.<sup>66</sup> As atividades que possibilitavam os escravos conseguir o pecúlio eram as ligadas à agricultura e criação de animais. Às vezes, os escravos também podiam efetuar trabalhos fora da propriedade do senhor em dias santos e domingos. Walter Fraga Filho descobriu em seus estudos que alguns escravos do Recôncavo Baiano “[...] podiam ser remunerados por trabalhos extras realizados nos domingos e dias santos”.<sup>67</sup> Outra possibilidade encontrada foi a efetivação de atividades agrícolas independentes, quando

o senhor conferia aos escravos o direito de cultivar uma parte da roça, para disso retirar o sustento e aumentar a chance de renda. Sobre isso, Fraga Filho ainda afirma que,

estudos recentes ressaltam que as atividades agrícolas independentes eram vantajosas para os senhores, pois diminuía gastos com a subsistência e mantinham os cativos ligados às propriedades. Mostram ainda, que o cultivo de roças conferiu aos escravos espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e na comercialização do que era cultivado.<sup>68</sup>

Outro dado importante encontrado nas cartas de liberdade foi a ameaça de revogação da alforria, caso os cativos agissem contra a vontade de seus antigos senhores. A revogação foi um recurso pouco utilizado pelos senhores, porém, era um dispositivo legal que poderia ser usado a qualquer momento. Aqueles que chegaram a revogar, alegaram a ingratidão como motivo. Dessa maneira, percebe-se que as discussões sobre a escravidão giravam sempre em torno da questão da produção de dependentes e a revogação inseria-se muito bem nesse contexto de continuidade da dominação, mesmo após a libertação. Assim, o escravo continuava atrelado ao seu ex-senhor, envolvido por um sentimento de gratidão que o conduzia a permanecer obediente e submisso às exigências e tratamentos dispensados ao seu antigo proprietário, até mesmo como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que permitir ser “protegido” pelo ex-senhor lhe garantia acesso a certos direitos.<sup>69</sup>

Voltemos a nossa atenção a Saturnino, que foi apelidado de Tunilo, e era assim que a família o tratava. Ele casou-se em 1891, com Hermínia Maria de Jesus, na Igreja Matriz de Riachão do Jacuípe, terra de origem de sua noiva. Em 1892, nasceu seu primeiro filho, João Miguel da Conceição. O menino era pardo e foi batizado por seu tio Antonio Frutuoso de Oliveira. Um ano depois, nasceu Antonio, em 26 de novembro de 1893, e, em 1895, nasceu Maria. Em seguida, ocorreu o nascimento de Hercília Maria de Jesus, em 1896.<sup>70</sup>

É provável que ele trabalhasse na lavoura ou mesmo em outras atividades ligadas às propriedades rurais de seu padrao, juntamente com seus irmãos. Seu endereço foi a Fazenda Rufino, próxima às propriedades de Manoel Cedraz. Do fruto dessas terras, ele criou os filhos e viu-os constituir família. Saturnino não estudou nem se alfabetizou de outra forma, ele não sabia assinar o próprio nome.<sup>71</sup>

Na partilha de bens que Manoel Cedraz e Martinha Maria de Jesus fizeram, em 1912, encontramos o nome de Saturnino Cordeiro da Conceição. Ele teve direito a uma parte do terreno da Fazenda Algodões, “uma parte de terras na Fazenda Urussú neste termo e uma casa térrea na Praça da Rua da Freguesia de Santa Bárbara, tudo pelo preço e quantia de 250\$000

réis”, recebendo metade da parte que coube aos seus irmãos, o que sugere que ele teve direito, apenas, ao que pertencia a sua mãe.<sup>72</sup>

Não conseguimos informações sobre as razões que levaram a esta partilha de bens em 1912, pois sabemos que esse tipo de partilha acontece, geralmente, no momento de morte de um dos cônjuges. Manoel Cedraz faleceu em 1916, cerca de quatro anos após esta divisão do patrimônio. Os descendentes, ao se referirem a isso, falam sobre o receio dele em falecer e alguém tomar conta de suas propriedades e não reconhecer o direito de seus filhos. Haveria desentendimentos na família de Mané Tenda por heranças? Ou ele e Martinha resolveram dividir a herança por ele já está idoso e não conseguir cuidar mais de seus negócios?

A parte da roça que Saturnino recebeu passou a chamar-se Fazenda Retirada, próxima à Fazenda Rio das Pedras, servindo, mais tarde, para ele e sua família trabalhar em atividades de plantio, assim como muitos dos descendentes de escravos. Ele também teve seu futuro marcado pela atividade da lavoura, plantava milho, feijão, batata e aipim. Viveu todo o tempo nas terras que recebeu na partilha de bens de sua mãe, Martinha. Com sua morte, essas terras passaram para os seus nove filhos, cabendo a cada um sessenta e poucas tarefas de terra.<sup>73</sup>

Ao vasculhar a documentação trabalhada, encontramos muitas dificuldades em cruzar os caminhos de egressos da escravidão após 1888. Entendemos que a maior parte deles pode ter permanecido em comunidades rurais para tentar a vida. Entre eles, esteve a filha de Estanislau Xavier de Lima, irmão de Martinha e pai de Ana Maria de Jesus. Ela casou-se com Quintino Maia de Oliveira, em 25 de maio de 1910. O casal foi morar nas terras da Fazenda Maracujá, para cuidar da roça de Estanislau. Infelizmente, não encontramos a escritura de compra dessa fazenda, porque foi arrancada do livro de notas. Mas, a memória de D. Nininha se reportou a este fato:

Eu nasci aqui e tô viva até hoje aqui. Sou filha daqui do Maracujá mesmo. Agora meus pais, meu pai é de uma família do Lameiro do Juazeirinho e minha mãe é da Fazenda Cansação do Juazeirinho pra cá. Eles casaram e vieram morar aqui. Essa fazenda aqui era de meu avô por parte de mãe. O nome desse meu avô era Estanislau... Esse era o irmão de Martina.<sup>74</sup>

O interessante é que ela também nos deu informações sobre dois outros donos da fazenda que eram negros e descendentes de escravos. Chamavam-se Calixto de Souza e José de Souza. Quando o pai de dona Nininha foi morar nas terras do Maracujá, eram esses dois e mais um senhor chamado Severino que habitavam aquelas terras. Eles aparecem no recenseamento de 1920 como proprietários da fazenda citada, mas, sobre Estanislau, não encontramos referência.<sup>75</sup>

Um dado significativo é que as terras da Fazenda Urussú ficavam exatamente nos limites da região que atualmente forma a comunidade de Juazeirinho. É possível que as terras do Maracujá tenham sido doadas a Estanislau por Martinha e seu esposo, a fim de que ele pudesse sobreviver e cuidar de sua família com o trabalho da agricultura. As terras foram motivo de disputa mais tarde, por volta de 1935. Dona Nininha não soube nos falar quais foram as pessoas envolvidas neste episódio, mas lembrou que eram brancos querendo tomar as terras de lavradores negros. A disputa acabou com a intervenção de um coronel lembrado como Zezé, que “tomou a frente e acabou com aquele negócio”. O coronel resolveu a demanda colocando-se a favor da população negra que vivia ali.

A posse de terras em mãos de libertos foi, em alguns lugares, “precária”, pois muitas doações não eram oficializadas e havia sempre a ameaça de desapropriação por parte de descendentes dos doadores. Outra importante questão é que a doação de terras por senhores a seus libertos era um meio de manter seus ex-cativos “como agregados, dependentes de seus ex-senhores e patronos”.<sup>76</sup>

Para Saturnino, a parte que lhe coube na partilha de bens de sua mãe não foi suficiente para que aumentasse suas posses. Ele permaneceu com as terras que recebeu, pois, talvez, se aventurar em vendê-las para comprar outras fosse um risco para um homem que viveu como escravo, e que, possivelmente, viu muitos dos seus semelhantes sofrerem as precárias condições de sobrevivência e preconceito. O Sr. Romão nos falou que Saturnino tinha contato com os irmãos e sobrinhos, que todos lembram dele como o “velho Tunilo, ele plantava feijão, milho, mandioca pra fazer farinha, aipim... Já morreu de idade, trabalhou até bem velho na roça”.<sup>77</sup>

### **3.4 Filhos, filhas e netos de Martinha**

O destino dos filhos de Martinha e Manoel Cedraz, provavelmente, deve ter sido distinto do enfrentado pelos demais cativos e libertos que viveram na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no final do século XIX e início do século XX. Suas vidas foram marcadas, em parte, pelas decisões de seus pais, e, em outra, por suas próprias. Seguiram os caminhos trilhados pelo pai, como o trabalho com a lavoura e a criação de gado. Puderam gozar do prestígio de descenderem de um pai conhecido e com condição financeira suficiente para dar-lhes um futuro com certa segurança. Mas, mesmo assim, enfrentaram os desafios de terem nascido de ventre escravo e de serem de cor.

A trajetória deles começou com uma decisão, deveriam estudar e se preparar nos moldes de uma sociedade que buscava para seus cargos políticos e de poder homens que fossem letrados. Portanto, poder estudar e instruir-se era um caminho para contrabalançar o peso da cor. Por isso, foram mandados para estudar na Freguesia de Santa Bárbara. Consta que a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité estava sem escola para crianças do primário em 1892.<sup>78</sup>

Os filhos do sexo masculino tiveram participação na vida política e social da Vila de Conceição do Coité, sendo eleitores votantes. Encontramos os nomes de Antonio Frutuoso, Belmiro Cedraz e Joviniano Cedraz em listas de eleitores da vila e em ofícios de petições ligados a questões de direito à cidadania por parte dos moradores da vila.<sup>79</sup> Em 1909, registraram em cartório um termo de protesto contra o descaso com que vinham tratando as duas seções que havia na vila.<sup>80</sup> Aparecem no documento como eleitores e presidentes das seções em que votavam.

Seus nomes sempre aparecem juntos aos nomes dos demais Cedraz envolvidos na vida política local. Deles, destacamos o primo José Cedraz Júnior, que também era eleitor votante. Outro parente foi Aristides Cedraz, que era major da vila. Tal constatação evidencia que mesmo sendo descendentes de uma escrava e tendo a cor da pele escura, eram pardos e fulas, eles puderam conquistar espaço na vida política e social da comunidade e estiveram em condições semelhantes a de seus parentes de pele branca.

Dos filhos do casal, um recebeu patente da Guarda Nacional: Belmiro Cedraz de Oliveira. Ele foi capitão da 3ª Bateria do Batalhão de Artilharia de Posição do Estado Maior da Guarda Nacional. Junto com Belmiro estava o primo Aristides Cedraz, que era o major, e Antonio Cedraz, que era o capitão da 2ª Bateria do Regimento de Artilharia de Companhia.<sup>81</sup>

A Guarda Nacional foi fundada em 1838, uma força miliciana controlada, em grande parte, pelos proprietários de terras. O objetivo dela era manter a ordem interna. Estava subordinada ao juiz de paz, aos juízes criminais, ao presidente da província e ao ministro da justiça. Era composta por brasileiros que tivessem renda para serem eleitores e com idade entre 21 a 60 anos. É provável que Belmiro se enquadrasse neste grupo privilegiado de homens.<sup>82</sup>

No que tange ao acesso a propriedades, na partilha de bens registrada em 1912, cada um de seus filhos recebeu partes de terras no valor de 500\$000 mil-réis. A Antonio Frutuoso coube a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos; a quinta parte dos terrenos comprados por seu pai; a quinta parte dos terrenos da herança do falecido Manoel Cedraz Sales, seu avô; uma parte da Fazenda Algodões; a quinta parte da Fazenda Alto; a quinta parte da Fazenda

Assentada; fazendas no município de Riachão do Jacuípe; a quinta parte da Fazenda Boqueirão, incluindo a Fazenda Caldeirões e o Caldeirão do Pai Tomáz; a quinta parte da Fazenda Macambira; a quinta parte da Fazenda Sítio do Meio, englobando a casa da fazenda, com as benfeitorias, sendo que a casa foi apresentada como coberta com telhas e compartimentada, mas bem desgastada.<sup>83</sup>

Belmiro Cedraz de Oliveira também herdou bens no valor de 500\$000 mil-réis, a saber: a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos; a quinta parte da Fazenda Assentada; a quinta parte da Fazenda Alto; da Fazenda Trancada, recebeu a quinta parte e mais uma parte do terreno dividido na mesma fazenda com suas benfeitorias, dois tanques; a quinta parte das fazendas Sítio do Meio e Boqueirão, ambas nas terras de Riachão do Jacuípe; ainda recebeu uma parte de um sítio numa localidade chamada Casa Nova, com os currais, tanques e cercas; e a quinta parte da Fazenda Macambira.<sup>84</sup>

A Joviniano Cedraz de Oliveira coube a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos, com o tanque da Caiçara; a quinta parte da Fazenda Assentada; terça parte da Fazenda Urussú; uma parte da Fazenda Algodões; quinta parte da Fazenda Alto, com as benfeitorias, o tanque da Jiboia; a quarta parte da fazenda Boqueirão e a casa, bem como as benfeitorias, tanques e cacimbas; acrescentou-se a isso o Caldeirão de Marcos Ferreira e a Carnaúba e ainda a quinta parte das fazendas Sítio do Meio e Macambira.<sup>85</sup>

Em 1913, Antonio Frutuoso vendeu uma parte da Fazenda Trancada, que recebeu de seus pais, a José Inácio da Sena, por 200\$000 mil-réis. Em 8 de agosto de 1913, Belmiro comprou um quinhão do tanque da Fazenda Poço de Cima, no termo de Riachão do Jacuípe, por 113\$000 mil-réis. Ainda neste mesmo ano, Antonio Frutuoso vendeu duas posses de terras da Fazenda Alto, na Vila de Conceição do Coité, a seu irmão Belmiro, por 45\$000 mil-réis. Tal parte de terra foi recebida por Antonio na partilha de bens feita em 1912 pelos seus pais.<sup>86</sup>

Essa divisão oficial, feita por Manoel Cedraz e Martinha, pode ter sido repactuada entre seus filhos, destinando-se a cada um deles propriedades inteiras. A divisão entre muitos donos depreciava as terras e era comum que a partilha fosse revista, não seguindo a divisão oficial. No recenseamento de 1920, encontramos na relação dos proprietários os nomes dos filhos do casal supracitado. Saturnino Cordeiro da Conceição apareceu ligado, apenas, à Fazenda Retirada; Antonio Frutuoso, como dono da Fazenda Boa Hora; Joviniano Cedraz, como proprietário da Fazenda Caiçara; Belmiro, como único dono da Fazenda Trancada. Augusto Carlos dos Anjos, esposo de Maria Alcina, apareceu como dono da Fazenda Guanabara.<sup>87</sup>

Além das atividades da lavoura, é bem provável que eles também fossem criadores de gado. Percebemos, através das características das fazendas doadas, que em quase todas havia currais, o que pode indicar a existência de gado ou de cabras e ovelhas nessas propriedades.

Sobre Graciliano, seu nome desapareceu dos documentos e não consta na partilha dos bens. Ele faleceu com 16 ou 17 anos, provavelmente, no ano de 1899. O livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité que contempla esse período até 1920 não foi encontrado.<sup>88</sup> Recorremos à memória de Romão para compensar o silêncio da documentação escrita. Ele ouviu de seu pai que Martinha e Manoel Cedraz

tiveram um filho que morreu moderno, chamava Graciliano. Ele morreu com uns 17 anos. Dizia meu pai que ele era muito trabalhador, gostava muito de trabalhar, e a velha naquele tempo fazia a ‘de cuada’, era uma espécie de uma solda. Cortava a madeira, queimava e botava água e aquilo ia filtrando e daquilo fazia um sabão e outras coisas, tudo era difícil naquele tempo. E ele trabalhando ali com o machado cortando, levou um golpe no pé. Naquele tempo era tudo difícil, acabou dando o tétano. A gente calcula que foi isso. Meu pai me contava que teve esse Graciliano e que morreu de sucesso, naquele tempo acidente era chamado de sucesso [...].

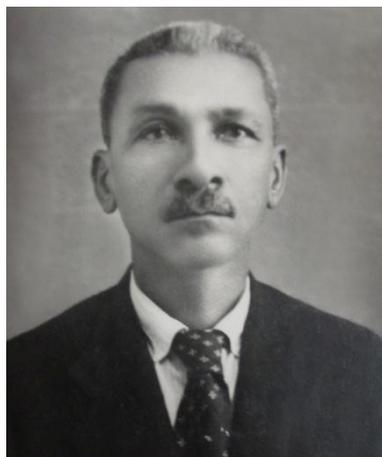
Graciliano morreu ainda jovem, sem ter casado e constituído família. A família foi, assim, marcada por um golpe do destino. No ano de 1899, possível data da morte de Graciliano, a Bahia estava ainda passando por uma seca prolongada, que já vinha atingindo muitas vilas desde 1897. As consequências das secas eram a morte de muitos animais, a falta de água para o consumo humano e animal, além de epidemias. “Do sertão baiano chegam muitas notícias de morte causadas pela seca e pela fome, além de graves moléstias. As localidades mais atingidas são Jacobina, Monte Alegre, Gavião, Valente, Coité, Bonfim e seus arredores [...]”.<sup>89</sup>

Com relação à vida familiar dos filhos de Martinha, os três se casaram. Antonio Frutuoso se casou com Alexandrina da Silva Carneiro, natural da Freguesia de São José das Itaporocas.<sup>90</sup> Teriam se conhecido em Santa Bárbara, quando Antonio estudava lá? Pela proximidade que há entre as duas localidades, é bem provável. Não sabemos se ela era branca ou de cor, pois na certidão de casamento só apareceu o nome da mãe dela, Afra da Silva Carneiro. Alexandrina também era filha natural.<sup>91</sup> Encontramos referência ao batismo de outra filha de Afra, irmã da esposa de Antonio. Consta que ela também era filha natural e considerada parda.<sup>92</sup> Sua mãe, possivelmente, era solteira.

Belmiro casou-se em 18 de junho de 1907, com uma prima, chamada Ubaldina Cedraz de Oliveira. Ela era filha do Major Aristides Cedraz de Oliveira e Antonia Leopoldina.<sup>93</sup> Ele era proprietário de terras, político e figura com grande prestígio na vila do Coité. Encontramos seu nome em vários assentos de batismos como padrinho de crianças declaradas

brancas e ainda como testemunha de muitas negociações de compra e venda de propriedades rurais. Belmiro era um mulato e optou por uma companheira de pele clara, a julgar pelas fotografias.

**Figura 3 – Belmiro Cedraz de Oliveira**



**Fonte:** Imagem cedida por Romão Cedraz de Oliveira.

**Figura 4 – Belmiro Cedraz de Oliveira e Ubaldina Cedraz de Oliveira, sua esposa**



**Fonte:** Romão Cedraz de Oliveira.

O registro do casamento de Joviniano não foi encontrado na documentação de Coité, presumivelmente, ele casou em outra vila ou não oficializou a união, pelo menos, até 1912, por coincidência, o mesmo ano da partilha de bens feita por Manoel Cedraz e Martinha Maria de Jesus. Naquele ano, precisamente aos dez dias do mês de outubro, Joviniano declarou,

através de uma escritura de reconhecimento e perfilhação, a existência de seus quatro filhos naturais, tidos com D. Laurinda Bento de Jesus. No documento, ele afirmou “que [era] solteiro, e maior de vinte um anos de idade”, e informou os nomes dos seus filhos: José Cedraz da Silva, com onze anos de idade; Carlos Cedraz da Silva, com nove anos de idade; Nicanor Cedraz da Silva, com sete anos de idade; e Arnaldo, com quatro anos de idade.<sup>94</sup> É importante considerar que nos sobrenomes dos filhos de Martinha foram conservados o Cedraz e Oliveira, sobrenomes dos parentes paternos. O sobrenome Jesus, de Martinha, desapareceu.

A atitude de Joviniano de reconhecer os filhos teria alguma relação com a partilha de bens feita por Manoel Cedraz e Martinha? Seria uma forma de garantir o direito dos filhos sobre os bens que estava recebendo? Em 1883, Manoel Cedraz legitimou os filhos, logo depois da morte de sua mãe, D. Xista. Após a morte dela, Mané Tenda e seus irmãos solicitaram a divisão dos bens. As coincidências são visíveis.

**Tabela 2 – Filhos e netos de Martinha**

<b>Nomes dos pais</b>	<b>Profissão</b>	<b>Filhos</b>
Saturnino Almeida da Conceição e Hermínia Maria de Jesus	Lavradores	João Miguel da Conceição João Paulo Antonio Saturnino Filho Lázaro Maria
Antonio Frutuoso de Oliveira e Alexandrina da Silva Carneiro	Lavradores	Oscar Candido Claudemiro Alberto João Antonio Santa Iazinha Zita Amanda Milu
Joviniano Cedraz de Oliveira e Laurinda Maia	----	José Carlos Nicanor Arnaldo Floriano Joviniano Zinho

Belmiro Cedraz de Oliveira e Ubaldina Cedraz de Oliveira	Lavradores	Esmeraldo Belmiro Florisvaldo Ubaldino Manoel Dorivaldo Flora Teobalda Lourdes Leonor Margarida
Graciliano	Lavrador	----
Eufrosina	“Enfermeira”	Rita
Maria Alcina e Augusto Carlos de Oliveira	----	Abdon Valdemar Francisco Eustórgio Nozinha Zorilda Alcina Filha Claudionor

**Fontes:** Livro de casamentos. Assentos de batismos. Entrevistas orais com Romão.

O sobrenome Cedraz de Oliveira foi adotado por alguns dos netos de Martinha, principalmente, os netos da parte de seus filhos. Era comum, naquela época, que os sobrenomes dados aos filhos viessem da linhagem masculina. Às vezes, também, traziam os sobrenomes do pai e da mãe. Ter o sobrenome Cedraz era uma forma de ser reconhecido na sociedade em que viviam, principalmente, para os filhos e netos de Martinha, que tinham a cor da pele parda ou mulata. O sobrenome Jesus desapareceu ou foi abandonado no batismo dos filhos.

Com relação às formas de igualdade de direitos e oportunidades, seus pais trabalharam no sentido de que eles dispusessem de meios suficientes para viver em pé de igualdade com os demais da família paterna. Para tanto, ofereceram-lhes estudo e propriedades rurais. Segundo o Sr. Romão, não houve diferenças por eles serem os únicos “mais escuros” da família, pois “viveram em pé de igualdade com os demais da família Cedraz. Tanto os filhos de Martinha, como seus descendentes tiveram as mesmas oportunidades”. Afirmção passível de desconfiar, pois não acreditamos que as coisas tenham ocorrido de forma tão tranquila, sem nenhum conflito.

Entre os filhos, Antonio foi o que menos estudou. Ele gostava do trabalho na roça. Seus filhos também estudaram pouco, e, por isso, constituíram a parte da família “com menos dinheiro”, mas ainda conseguiram “viver bem”. Tinham recursos suficientes para sobreviver

com o necessário para a época. Os filhos dos demais estudaram em outras cidades e alguns ingressaram na vida política.

Não temos a pretensão de apostar e reforçar esse discurso de que era tudo bem, que a relação de Manoel Cedraz e Martinha, e mesmo de seus filhos, existiu sem conflitos, pois acreditamos que isso era impossível dentro de uma sociedade em que os brancos detinham o poder e se consideravam superiores. Seus filhos também devem ter sentido na pele o preconceito de serem os “de cor” numa família de pele mais clara. Seguramente, viveram situações constrangedoras por disputarem espaço em lugares sociais destinados a uma elite branca e por serem frutos da relação entre um branco com uma negra e, ainda por cima, ex-escrava.

Tais vivências ficaram guardadas na memória daqueles que viveram esse drama. Os filhos de nossa protagonista, no entanto, passaram para seus filhos e netos as situações de preconceito que a mãe deles viveu por parte da família de Mané Tenda. Nem todos narram momentos de sofrimento vividos por Martinha, e outros chegam a afirmar que todos a tratavam bem, talvez, na tentativa de amenizar as marcas de um passado ligado à escravidão, mediante uma resistência em trazer à tona situações que geraram sofrimento e vergonha num passado ligado à servidão.<sup>95</sup> Todavia, é importante considerar que é impossível apagar o passado, de alguma forma, ele emerge, principalmente no caso de Martinha, que a memória local demonstra ter conhecimento de sua origem e trajetória.

Assim como os filhos, as filhas de Martinha também frequentaram escola para dominar a leitura e a escrita. Elas estudaram na Vila de Santa Bárbara, e, como muitas moças daquela época, devem ter sido preparadas para o casamento, cuidado com o lar e os filhos. Eufrosina e Alcina tiveram as mesmas oportunidades que seus irmãos, porém, na prática, eram representadas por homens.

A educação proposta aos sujeitos do sexo feminino e masculino visava aprendizados semelhantes, em determinados aspectos, pois havia orientações diferenciadas ao longo do processo de formação integral. As orientações eram relacionadas aos papéis destinados a homens e mulheres para representar a sociedade brasileira dos séculos XIX e XX. A partir dos dez anos, enquanto os meninos eram encaminhados a bons colégios ou orientados por professores contratados pela família, as meninas recebiam um estudo voltado para o aprendizado de trabalhos manuais e práticas domésticas. Elas tinham que aprender as “lições de prenda”.<sup>96</sup> No início do século XX, as mulheres deveriam ser preparadas para o lar e o magistério, área de atuação que mais se aproximava do trabalho doméstico e do sentimento materno.

O aspecto da vinculação da identidade feminina a uma ‘vocação natural’ para as lides do magistério assinalava que a solução se apresentava ideologicamente perfeita: a professora e a escola passavam a ser figuras idealizadas à medida em que se atribuía à mestra uma conotação maternal e, a sala de aula, era representada como um segundo lar.<sup>97</sup>

Destacamos que as atribuições das mulheres citadas acima se referiam às brancas, de famílias abastadas, que proviam de condições financeiras para manter seus filhos numa escola. Quando se tratava das negras, egressas da escravidão, ou mesmo descendentes delas, cabiam os serviços domésticos,<sup>98</sup> os trabalhos como vendedoras de tabuleiros, ambulantes, lavadeiras e na lavoura.<sup>99</sup>

Alcina e Eufrosina foram educadas como mulheres brancas e ainda receberam propriedades rurais na partilha de bens de 1912 feita por seus pais. Elas receberam partes de nove fazendas, já citadas na descrição dos irmãos, no valor de 500\$000 mil-réis. Mas, quem recebeu as terras de Alcina foi seu esposo, Augusto Carlos de Oliveira, declarado como lavrador. Eles se casaram em 21 de fevereiro de 1906, ela contava com 21 anos de idade, portanto, não se casou cedo para os padrões da época. Seu nome aparece na certidão de casamento como Alcina Anacleto Cedraz.<sup>100</sup> Teria sido uma homenagem ao irmão de Martinha, Anacleto? Passaram a morar nas terras da Fazenda Urussú, o que nos leva a afirmar que residia perto dos pais, assim como os demais irmãos. Como podemos ver na Tabela 2, eles tiveram oito filhos, Abdon, Valdemar, Francisco, Eustórgio, Nozinha, Zorilda, Alcina Filha e Claudionor Cedraz de Oliveira.

A vida de Eufrosina nos reservou algumas surpresas. Ela optou por não constituir família ou mesmo não teve oportunidade de casar-se, permaneceu solteira por toda a sua vida. E, assim, não teve filhos para, mais tarde, cuidar dela ou herdar seus bens. Percebemos que ela recebeu nove posses de terras das fazendas de seus pais, também na partilha de bens, mas, ela optou por não vendê-las nem comprar outras propriedades rurais. Foi a filha que mais conviveu com os pais, pois morava com eles na Fazenda Urussú. Todavia, uma atitude tomada por ela em benefício de um primo, Aristides Cedraz, mudou consideravelmente os rumos de sua vida.

**Figura 5 – Eufrosina e um dos filhos de Rita**



**Fonte:** Imagem cedida por Rita Maria de Souza.

Eufrosina tinha fortes laços com a família do Major Aristides Cedraz de Oliveira. Ele vivia em sua Fazenda Rio das Pedras, com sua esposa, Antonia Leopoldina. Seus filhos foram Aloísio, Ubaldina, Hailda, Otília, Hercília, Manoel e Hidelbrando.<sup>101</sup> Ela tinha grande consideração pela família do major e por ele. A partir da convivência com a família do major, teve contato com dois médicos, o Dr. Nery, casado com Otília, e o Dr. Mota, casado com Hailda. Eles chegaram à Vila de Conceição do Coité num período de surto de febre amarela. Teriam vindo da capital e se hospedado na fazenda do major, assim, conheceram e se casaram com suas duas filhas. Eufrosina aproveitou a oportunidade e aprendeu a fazer análises biológicas e trabalhava como enfermeira. Fazia exames de fezes e urina, atividade da qual tirava seu sustento. Tornou-se uma mulher independente numa sociedade da primeira metade do século XX, em que poucas mulheres brancas e de posses se lançavam no mundo do trabalho, e, quando faziam isso, dedicavam-se ao magistério.

Eufrosina doou todos os seus bens ao primo Aristides Cedraz e a dois dos filhos dele, através de uma escritura de testamento, no ano de 1914. No documento, ela declarou ser

[...] filha legitimada de Manoel Cedraz de Oliveira e Martinha Maria de Jesus, natural, moradora neste termo, ser solteira, não ter filho legítimo nem legitimado, que achando-se de perfeita saúde, segura de suas faculdades mentais que deliberou fazer seu testamento a disposição de sua última vontade, o que de fato a faz pelo presente instrumento. Declara que distituiu por seu único e universal herdeiro o seu Primo Major Aristides Cedraz de Oliveira e por morte dele passarão todos os seus bens aos seus filhos, D. Ailda Cedraz da Silva e Idelbrando Cedraz da Silva.<sup>102</sup>

Quais motivos teriam levado Eufrosina a deixar todos os seus bens para um primo e filhos dele, quando poderia fazer isso para seus irmãos ou mesmo sobrinhos? Sobre os

motivos que a levou a tomar tal decisão, ela declarou que “[fez] o [...] ato muito de sua livre vontade e em atenção aos cuidados e desvelo que no decurso de doze anos lhe [...] [dispensou] seu dito primo Aristides Cedraz de Oliveira e sua família [...]”.<sup>103</sup>

O que pode ter motivado Eufrosina a tomar tal decisão foram os laços de amizade e gratidão que ela tinha pelo primo e a família dele. Foi na Fazenda Rio das Pedras que ela aprendeu a trabalhar como parteira e a fazer análises biológicas, ofícios desempenhados por ela por muitos anos.

Ao que parece, Aristides passou a administrar e a tomar posse das propriedades de Eufrosina logo após o registro do testamento. Mais tarde, ela tomou uma criança para criar e sustentava-a com o dinheiro que recebia pelo seu trabalho como enfermeira. A criança chamava-se Rita. Nasceu em 1937, ou seja, 23 anos depois dela ter feito o testamento e ter passado todos os seus bens, quando de sua morte, para Aristides Cedraz e seus filhos. Ela cuidou sozinha de Rita e investiu nos estudos dela, colocando-a para estudar numa escola de freiras em Salvador.<sup>104</sup>

Já Alcina, teria cuidado dos bens que recebeu dos pais com o marido e viveu numa condição boa até sua morte. Eufrosina faleceu pobre, vivia com muita dificuldade, precisando da ajuda dos parentes e amigos. Morreu com 101 anos, sob os cuidados de Rita e dos netos. Como nos disse o Sr. Romão, “ela não tinha mais dinheiro, deu tudo ao Aristides. Quando morreu, ela não tinha mais nada, não deixou nada para a filha que havia criado. Morreu pobre”. Seus bens devem ter sido divididos entre os filhos de seu beneficiado. Ela faleceu por volta de 1984.

### **3.5 Revisitando Martinha: últimos anos de vida**

As estratégias adotadas por Martinha para ascender e proteger os filhos remete-nos a algumas reflexões. Saturnino formou sua família, e, para mantê-la, trabalhou nas terras herdadas de sua mãe. Os filhos de Manoel Cedraz herdaram terras e meios de aumentar suas rendas. O casal teve a oportunidade de formar uma família numerosa, com filhos, netos e bisnetos.

Nos últimos anos de vida juntos, Manoel Cedraz e Martinha viveram na Fazenda Urussú, próximos de alguns de seus filhos e netos. Segundo descendentes entrevistados, ela teria sido uma mulher que ajudou muito o marido. Trabalhava cuidando das fazendas e, possivelmente, também ajudou na ampliação do patrimônio da família.

Seu esforço para reencontrar os irmãos mostra seu compromisso em proteger todos os parentes. E, provavelmente, por isso, tornou-se a mulher que muitos ouviam falar, principalmente, entre os iguais. Sua vida deve ter suscitado diferentes versões de histórias desde a época do cativo.

A respeito do relacionamento com o proprietário que se tornou, posteriormente, marido, ela teria sido uma mulher que tinha algum domínio sobre ele, mesmo que fosse de forma discreta. Certamente, foi uma relação também marcada por conflitos e tensões, pois, toda relação entre homem e mulher está exposta a um jogo de forças e de poder. Mas, por outro lado, a mulher, considerada como dependente e submissa, dispõe de meios estratégicos na conquista de espaços e direitos.

Ela tratava o esposo como Ioiô, da mesma forma que os escravos tratavam seus senhores. Desse jeito, ensinou seus filhos e netos a tratarem Mané Tenda. Mais do que continuidade do passado de escravidão, era o reconhecimento de uma autoridade. Podia ser parte do jogo paternalista que vinha do tempo do cativo, mas que era possível aos submissos refazer seus significados, distendê-los, na pretensão de domínio. Um jogo em que a aparente submissão abria espaços de poder e era isso o que realmente importava. Não enxergamos como uma mulher submissa, a ponto de fechar os olhos e receber apenas o que seu marido desejava que tivesse, ela agia, trabalhava, tomava decisões e influenciava Mané Tenda.

Manoel Cedraz faleceu aos 88 anos de idade, onde sempre viveu. Contam que ele começou a perder a memória e saía vagando pelas estradas próximas das suas terras. Como já tinha uma idade avançada, o corpo não respondia mais aos desejos da mente, de ter uma vida ativa para trabalhar em suas terras. Em decorrência de uma queda que lhe causou uma fratura, passou mais algum período de cama e morreu, provavelmente, em 1916.<sup>105</sup>

Martinha apareceu no recenseamento de 1920 como proprietária da fazenda em que morava. Faleceu em 1933, com cerca de 84 anos de idade, de “marasmo senil”, doença que diz respeito a problemas nos tecidos, resultantes de distúrbios da velhice. Na declaração de óbito, registrou-se que “faleceu de marasmo senil<sup>106</sup>, não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, Martinha Maria de Jesus e depois de encomendada foi sepultada no cemitério desta matriz”.

As informações acima são insuficientes para afirmar que se tratava de nossa Martinha, mas, os relatos nos deram uma pista valiosa, ela teria falecido no mesmo ano que o Padre Marcolino, pouco menos de cinco meses antes. Encontramos apenas uma “Martinha Maria de

Jesus” no livro de óbitos da Igreja Matriz de Conceição do Coité no ano de 1933, o que nos leva a crer que se tratava de nossa personagem.<sup>107</sup>

Seus filhos prosseguiram suas vidas da maneira que escolheram ou mesmo que lhes foi possível, devido às condições em que vivam e à posição social que ocupavam, lembrando que eram homens e mulheres “de cor”, o que também deve ter influenciado em suas conquistas. Mas, tiveram o cuidado de transmitir uma memória familiar aos seus descendentes. Tal memória construiu imagens variadas dessa mulher. Uns a consideram como rainha, quase uma santa agraciada por Deus, que enviou para seu caminho um homem branco que mudou sua vida. Para outros, ela foi uma heroína, buscou a liberdade de seus irmãos e influenciou na alforria de muitos cativos que viviam no mesmo espaço que ela. Tornou-se um mito. E, como afirmou Orlando Barreto, memorialista:

Não há registro local  
 Nos mais remotos anais  
 De ter havido uma mulher  
 Com interesses leais,  
 Seja branca, rica e nobre  
 Tenha defendido um pobre  
 De humilhações imorais.  
 Se Conceição do Coité  
 Agradece a tua luz  
 Ainda que pra tanto  
 Carregaste a tua Cruz,  
 Tem honrado o teu passado  
 E o teu nome sagrado  
**MARTINHA MARIA DE JESUS**  
 Os excluídos de hoje  
 Que vivem na mesma linha  
 Dos escravos do passado,  
 Precisam d’outra Martinha  
 Que seja tão dedicada  
 E possa ser aclamada  
**ES CRAVA, ES POSA, RAINHA.**<sup>108</sup>

Posto isto, a memória que se construiu sobre a ex-escrava Martinha será o tema discutido no próximo capítulo, juntamente com as visões dos memorialistas e dos seus descendentes. Os discursos presentes nas falas dos entrevistados, o material que se elaborou sobre sua trajetória e os livros dos memorialistas foram as fontes utilizadas para a escrita desse capítulo.

- <sup>1</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.
- <sup>2</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. p. 20.
- <sup>3</sup> *Ibidem*.
- <sup>4</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820 – c. 1855). In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo, SP: Alameda, 2012.
- <sup>5</sup> ACPCC. *Assentos de batismos*. 1864. fl. 24.
- <sup>6</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1874. fl. 107.
- <sup>7</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1883. fl. 4.
- <sup>8</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1880. fl. 99.
- <sup>9</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Seção I*. 17 de set. de 1916. Disponível em: <www.jusbrasil.org>. p. 3.
- <sup>10</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1883. fl. 142v.
- <sup>11</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1885. fl. 49v.
- <sup>12</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1869-1930. fl. 142v.
- <sup>13</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. Atas de eleição. 1907. fl. 30-31.
- <sup>14</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1995.
- <sup>15</sup> NOGUEIRA, 2011; SANTANA, 2012.
- <sup>16</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1879/1880. fl. 24.
- <sup>17</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1884. fl. 56.
- <sup>18</sup> VASCONCELLOS, Maria Cristina de. Pais, filhos e padrinhos no Sul Fluminense, século XIX. *Afro-Ásia*, n. 49, 2014, p. 135-158. p. 146.
- <sup>19</sup> Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, concedida em 20.04.2014.
- <sup>20</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1885. fl. 37v.
- <sup>21</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1873. fl. 97v.
- <sup>22</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1876. fl. 135v.
- <sup>23</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1892. fl. 228.
- <sup>24</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1890. fl. 45.
- <sup>25</sup> REIS, João José. *Domíngos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.
- <sup>26</sup> A média de filhos de escravas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foi presumida levando em consideração os resultados obtidos a partir do cruzamento das fontes pesquisadas para este estudo, fontes como escrituras de compra e venda de escravos, de doações; assentos de batismos, registros de óbitos; declarações de nascimentos e óbitos.
- <sup>27</sup> REIS, 2008. Op. Cit.
- <sup>28</sup> ACPCC. *Livro de casamentos*. 1875. fl. 63v.
- <sup>29</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1871. fl. 74v.
- <sup>30</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1873. fl. 96v.
- <sup>31</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1878. fl. 36.
- <sup>32</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1882. fl. 124.
- <sup>33</sup> SLENES, 1999. p. 101.
- <sup>34</sup> RIOS; MATTOS, 2005. p. 149.
- <sup>35</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1881. fl. 65.
- <sup>36</sup> ACPCC. *Livro de casamentos*. 1888. fl. 34.
- <sup>37</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. ACPCC. *Livros de óbitos*. ACPCC. *Livro de casamentos*.
- <sup>38</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1886. fl. 83.
- <sup>39</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1878. fl. 57.
- <sup>40</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1874. fl. 111v.
- <sup>41</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 302.
- <sup>42</sup> IBGE. *Relação dos proprietários de propriedades rurais – Conceição do Coité*. Disponível em: <www.bibliotecaibge.org>. Acesso em 15 de dez. de 2014. p. 368.
- <sup>43</sup> Ver FRAGA FILHO, 2006.
- <sup>44</sup> FHC – ACMFS. *Livro de casamentos*. 1891. fl. 20.
- <sup>45</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1884. fl. 21v.
- <sup>46</sup> ACPCC. *Livro de casamentos*. 1872. fl. 42.
- <sup>47</sup> FRAGA FILHO, 2006. Op. Cit. p. 253.
- <sup>48</sup> *Ibidem*, p. 269.

- 
- <sup>49</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1883. fl. 12.
- <sup>50</sup> REIS, 2007. p. 193-194.
- <sup>51</sup> *Ibidem*, 2007.
- <sup>52</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- <sup>53</sup> IBGE. *Censo de 1972*. Acesso em 15 de out. de 2013.
- <sup>54</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- <sup>55</sup> ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2006.
- <sup>56</sup> FRAGA FILHO, 2006.
- <sup>57</sup> ALMEIDA, 2006. Op. Cit.
- <sup>58</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- <sup>59</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1884. fl. 25-29.
- <sup>60</sup> LIMA, Henrique Espada. A família de Maria do Espírito Santo e Luis de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo, SP: Alameda, 2012. p. 383-442.
- <sup>61</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1869-1889.
- <sup>62</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1869. fl. 19. 1881. fl. 111-112.
- <sup>63</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1874. fl. 95-96.
- <sup>64</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1881. fl. 111-112.
- <sup>65</sup> ALMEIDA, 2006. p. 53.
- <sup>66</sup> *Ibidem*, 2006.
- <sup>67</sup> FRAGA FILHO, 2006. p. 40.
- <sup>68</sup> *Ibidem*, 2006, p. 42.
- <sup>69</sup> FRAGA FILHO, 2006.
- <sup>70</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1892. fl. 30. 1892. fl. 227v. 1893. fl. 260.
- <sup>71</sup> Informação obtida através de entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, concedida em 20.04.2014.
- <sup>72</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1912. fls. 40-41.
- <sup>73</sup> Entrevista com o Sr. José Pedro, 66 anos, concedida em 17.07.2014.
- <sup>74</sup> Entrevista com D. Nininha, 92 anos, concedida em 20.05.2014.
- <sup>75</sup> Recenseamento de 1920.
- <sup>76</sup> MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, EDUSP, 1994. p. 42.
- <sup>77</sup> Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, concedida em 20.04.2014.
- <sup>78</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. Ofício dos moradores da Vila de Conceição do Coité pedindo providências com relação à falta de escolas primárias. 1886. fl. 67.
- <sup>79</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1909. fls. 36-38.
- <sup>80</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1905. fls. 30-31.
- <sup>81</sup> DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Seção I*. 17 de set. de 1916. Disponível em: <www.jusbrasil.org>. p. 3.
- <sup>82</sup> RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2003.
- <sup>83</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1912. fls. 37-38.
- <sup>84</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1912. fls. 39-40.
- <sup>85</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Livro de notas*. 1912. fls. 40-41.
- <sup>86</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1913. fls. 23, 45, 68.
- <sup>87</sup> RECENSEAMENTO DE 1920. *Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados*. Parte 1. p. 352-353v.
- <sup>88</sup> Fomos informados pelo funcionário da Casa Paroquial que esse livro foi destruído.
- <sup>89</sup> BAHIA DE TODOS OS FATOS. *Cenas da vida republicana. 1889-1991*. p. 43. Apud OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós*. Conceição do Coité, BA: Clip Serviços Gráficos, 2002. p. 45.
- <sup>90</sup> FCH – ACMFS. *Livro de casamentos*. 1897. fl. 112.
- <sup>91</sup> FCH – ACMFS. *Livro de casamentos*. 1897. fl. 112.
- <sup>92</sup> ACPCC. *Livro de batismos*. 1892. fl. 12.
- <sup>93</sup> FCH – ACMFS. *Livro de casamentos*. 1907. fl. 34.
- <sup>94</sup> CEDOC – UNEB. Sessão judiciário. *Livro de notas*. 1912. fls. 57-59.
- <sup>95</sup> POLLACK. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

---

<sup>96</sup> ALVES, Maria Angélica. *A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual*. s/n.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>98</sup> GRAHAM, Sandra Lauderlane. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no RJ – 1860-1910*.

<sup>99</sup> SANTOS, Adriana Silva. *As relações de trabalho no pós-abolição: uma discussão historiográfica*. s/n.

<sup>100</sup> FCH – ACMFS. *Livro de casamentos*. 1906. fl. 56v.

<sup>101</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Testamento*. 1914. fl. 20.

<sup>102</sup> CEDOC – UNEB. Seção judiciário. *Testamento*. 1914. fl. 20.

<sup>103</sup> *Idem*.

<sup>104</sup> Informações obtidas a partir da entrevista com Rita Souza, concedida em 27.07.2015.

<sup>105</sup> Estimamos o ano de 1916 para a morte de Mané Tenda, pela informação do Sr. Romão. Ele nos afirmou que seu pai falava, constantemente, que Mané Tenda teria falecido nesse ano.

<sup>106</sup> DICIONÁRIO DE TERMOS MEDICINAIS do Dicionário Português. Acesso em 29 de dez. de 2014.

<sup>107</sup> ACPCC. *Livro de óbitos da freguesia*. 1933. fl. 45.

<sup>108</sup> BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Versos LXXIV, LXXV, LXXVI. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica e Editora, 2004. p. 29.

## **4 VESTÍGIOS DO PASSADO: UMA HISTÓRIA CONTADA E RECONTADA**

O encontro com a história da escrava Martinha deu-se mediante a garimpagem da documentação escrita referente à escravidão e à liberdade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Aos poucos, o nome dela foi se ligando aos de outros sujeitos e foi possível tecer os fios de sua trajetória. Os documentos cartoriais e eclesiásticos, porém, não respondiam algumas questões que foram surgindo ao longo do trabalho. O cotidiano e alguns aspectos da vida da família não apareciam nas fontes escritas. Assim, buscamos as fontes orais como forma de desvendar o que havia na memória dos descendentes sobre detalhes mais íntimos da família de Martinha.

Os trabalhos dos memorialistas de Conceição do Coité também foram considerados fontes importantes para este estudo. Seus escritos têm grande relevância para a história local, eles foram os pioneiros na rememoração do passado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Observar e analisar suas produções é importante para todo historiador que pretende escrever sobre o passado.

Em relação aos descendentes de Martinha, encontramos alguns bisnetos seus que, mesmo com a distância de anos que os separa dela, ainda preservam boas lembranças das histórias sobre ela e seus filhos. Curioso também foi saber que todos os bisnetos encontrados e entrevistados fazem questão de frisar a ligação deles com Martinha e não exatamente com o sobrenome de Manoel Cedraz. Primeiro, ligaram as suas histórias a da bisavó e, só depois, lembraram de Mané Tenda.

Essa terceira geração da família de Martinha ainda vive, em sua maioria, nas terras localizadas nas antigas propriedades rurais em que moravam os filhos de nossa personagem. Os netos de Antonio Frutuoso que foram entrevistados residem na região de Juazeirinho. Alguns deles, na área rural, em terras herdadas por seus pais. É importante ressaltar que existe um número considerável de parentes de nossa Martinha que já forma pequenas comunidades na região rural que pertenciam à Fazenda Trancada.

**Figura 6 – Fazenda Trancada**



**Fonte:** Fotografia tirada pela autora para esta pesquisa.

A Fazenda Trancada está localizada no distrito de Juazeirinho e ainda conserva as mesmas características do período em que Belmiro Cedraz de Oliveira e sua família viveram lá. A casa é grande e dividida em 14 cômodos, incluindo quarto para empregada, uma desnatadeira, local reservado para a fabricação de queijo e manteiga. Entre os cômodos, alguns despertaram curiosidades, como o quarto do casal, que tem uma porta que dá acesso direto ao jardim da fazenda. Ao observar a casa, foi possível verificar alguns móveis, bastante conservados, utilizados pela família e perceber que a casa tinha energia eólica, gerada por cata-vento. Esse dado demonstra que Belmiro e sua família tinham boas condições financeiras e desfrutavam de conforto. A fazenda é extensa, e, além da casa, também contém um curral construído na época que Belmiro viveu naquelas terras. Ela é de propriedade de alguns herdeiros de Belmiro e não é habitada atualmente, apenas serve como local para guardar instrumentos de trabalho de familiares que cuidam da casa e das terras.

Dentre os bisnetos de Antonio Frutuoso, encontramos o Sr. Manoel Carneiro da Silva, de 73 anos de idade. Ele é neto de Antonio Frutuoso e filho de Hercília Carneiro da Silva. É casado com uma prima de primeiro grau, D. Maria Rosalva Carneiro da Silva, de 72 anos, filha de Cândido Carneiro da Silva. Vivem no distrito de Juazeirinho.

**Figura 7 – Cândido Carneiro da Silva e D. Rosenalva Carneiro da Silva**



**Fonte:** Dona Rosenalva.

**Figura 8 – Candido Carneiro da Silva e Firmina Francina de Almeida**



**Fonte:** Dona Rosenalva.

Outros bisnetos de Martinha entrevistados foi o casal Evandio Santos Oliveira, de 78 anos, e sua esposa e prima, D. Maria Silva de Oliveira, de 78 anos. Seu Evandio é filho de Alberto de Oliveira e D. Maria é filha de Antonio (Tunilo). Este casal vive na área rural de Juazeirinho, próxima das terras da Fazenda Caiçara. Outro bisneto de Antonio Frutuoso entrevistado foi João Santana Cedraz, com 70 anos, filho de João Cedraz Carneiro.

**Figura 9 – Maria Silva de Oliveira e Evandio Mendes Oliveira**



**Fonte:** Foto tirada pela autora do trabalho.

**Figura 10 – João Santana Cedraz**



**Fonte:** Foto tirada pela autora do trabalho.

Outro bisneto encontrado foi João Pedro de Souza Oliveira, de 66 anos, que também contribuiu, com suas lembranças, para a escrita deste trabalho.

**Figura 11 – João Pedro de Souza**



**Fonte:** Foto tirada pela autora do trabalho.

Alguns descendentes de Joviniano ainda moram em Conceição do Coité. Entre eles, estão Maria da Glória, de 83 anos, e o Padre Elias Cedraz, com 70 anos. Dona Maria, atualmente, mora no distrito de Juazeirinho; e o Padre Elias trabalha em outra cidade da Bahia, no município de Teofilândia. Todavia, ambos têm suas terras e residências em Coité.

**Figura 12 – Maria da Glória e Padre Elias Cedraz**



**Fonte:** Cedida por João Pedro de Souza.

Os descendentes de Belmiro já vivem em contextos diferentes, alguns moram em outras cidades da Bahia, mas encontramos Romão Cedraz de Oliveira, professor aposentado, morando na sede do município de Conceição do Coité. Ele nos disponibilizou valiosas informações e fotografias de seus avós, pais e irmãos.

**Figura 13 – Belmiro Cedraz Filho e Ubaldina Cedraz**



**Fonte:** Cedida por Romão Cedraz de Oliveira.

**Figura 14 – Belmiro Filho**



**Fonte:** Cedida por Romão Cedraz de Oliveira.

**Figura 15 – Norilda Cedraz de Oliveira**



**Fonte:** Cedida por Romão Cedraz de Oliveira.

**Figura 16 – Romão Cedraz de Oliveira**



**Fonte:** Cedida por Romão Cedraz de Oliveira.

Sobre os bisnetos de Alcina, não conseguimos contato, sabemos apenas que vivem fora de Coité. Mas, identificamos os nomes dos filhos e achamos a fotografia de um membro de sua família, Alcina Cedraz Filha.

**Figura 17 – Alcina Cedraz Filha**



**Fonte:** João Pedro.

Em relação à Eufrosina, encontramos a menina que ela criou. Hoje, ela é uma senhora de 78 anos de idade. Seu nome é Rita Maria de Souza. Ela vive em Serrinha com sua família. Junto com suas filhas, nos revelou alguns detalhes da vida de Eufrosina.

**Figura 18 – Rita Maria de Souza**



**Fonte:** Fotografia tirada pela autora do trabalho.

No que diz respeito aos descendentes de Saturnino, tivemos contato com apenas um neto, o Sr. Roque Visita Cordeiro, de 79 anos. Vive também no distrito de Juazeirinho. É um homem simples, ligado a terra e à produção agrícola. Não estudou e diz-se um analfabeto, afirmando o seguinte: “Não sei ler e nem escrever”. Ele se reportou ao avô como Satú ou o velho Tutú. Recordou com detalhes do avô “que trabalhou até muito velho na roça”, “que plantava milho, feijão e batata para sobreviver e vivia na Fazenda Retirada, que ele herdou da mãe”, e, ainda, lembrou, como se estivesse voltando ao passado, o dia da morte do avô Saturnino.

**Figura 19 – Roque Visita Cordeiro**



**Fonte:** Fotografia tirada pela autora do trabalho.

Um dado chamou a atenção, o Sr. Roque desconhecia que Saturnino, seu avô, tinha sido escravo. Sabia da ligação dele com Martinha, se lembrava dos nomes dos irmãos de seu avô, porém, desconhecia toda essa história ligada ao passado escravista de sua família. Ele não tem contato com os parentes da parte de Saturnino.

Ainda sobre os descendentes de Martinha, encontramos dois netos de Estanislau, possível irmão de Martinha. Foram eles: D. Nininha, com 92 anos; e o Sr. Albertino Maya, com 86 anos de idade. Moram na comunidade quilombola do Maracujá, no município de Conceição do Coité.

**Figura 20 – Albertino Maya e Ana Maya (D. Nininha)**



**Fonte:** Fotografias tiradas pela autora do trabalho.

Muitos dos homens e mulheres que rememoram a trajetória de Martinha são pessoas simples, que, talvez, nunca tiveram a oportunidade de ver seus relatos escritos em um trabalho acadêmico. São sujeitos que estudaram pouco, ou quase nada, como os descendentes de Antonio Frutuoso e Saturnino. Receberam a herança material de seus bisavós. Herança que, aos poucos, foi se dissolvendo, a partir da divisão por mais de três gerações. Herdaram, também, a ligação com a terra, com a prática da agricultura e pecuária.

**Figura 21 – Casas de Antonio Frutuoso**



**Fonte:** Fotografias feitas pela autora do trabalho.

As imagens acima mostram duas casas de Antonio Frutuoso. A primeira servia apenas para os trabalhadores da sua propriedade rural, já a segunda, era sua moradia. Não tive acesso ao interior da casa, mas sobre a área externa, pude verificar que também se tratava de uma casa extensa. Tem um cruzeiro na frente, o que pode revelar uma ligação com a religiosidade, principalmente, católica. Já frisei, anteriormente, que Martinha era ligada à fé católica, frequentando e participando ativamente das atividades da igreja em Juazeirinho. Possivelmente, seus filhos cresceram frequentando as missas e rezas também. Há relatos de que Antonio Frutuoso frequentava rodas de samba, que era um excelente sambador e cantador de chulas e batuques.

Sem seus relatos, haveria uma lacuna na trajetória de Martinha, e sem o aparato da História Oral, tais depoimentos não encontrariam espaço na historiografia sobre a escravidão e a vida de uma liberta que viveu no Sertão da Bahia.<sup>1</sup> Estas pessoas utilizam a fala ao invés da escrita para recontar um passado que guardam há muitos anos. Assim “assume-se a relevância da consideração e utilização de registros orais enquanto fontes históricas”.<sup>2</sup>

A metodologia utilizada para a realização das entrevistas foi uma narrativa livre. Pedia-se aos entrevistados que narrassem suas lembranças de infância, principalmente, para reproduzir as narrativas sobre a vida de Martinha e conseqüentes situações relacionadas à escravidão e à liberdade dela.<sup>3</sup>

Ao realizar as entrevistas, foi possível perceber que havia muitas coincidências nas narrativas dos entrevistados, identificadas como uma “memória coletiva”<sup>4</sup>, sobre a trajetória de Martinha e sua família. Esta memória coletiva também foi a base para o trabalho dos memorialistas que escreveram sobre Martinha.

#### 4.1 Martinha: memória coletiva e mito

A memória dos descendentes de Martinha narra algumas circunstâncias vividas por ela que os documentos escritos não revelam. O cotidiano dessa escrava e liberta foi marcado por aspectos sofridos por muitos homens e mulheres que viveram durante o período escravocrata no Brasil. A história dessa mulher egressa da escravidão demonstra que houve também escravos que conseguiram demarcar um lugar na sociedade, que trilharam a conquista da liberdade e da ascensão social numa sociedade patriarcal e escravista.<sup>5</sup>

As narrativas da família de Martinha revelam as visões que seus descendentes têm sobre ela. A família se refere a ela como Martina, o nome Martinha parece ter sido dado apenas pelos responsáveis pela escrita e registro de documentos cartoriais e eclesiásticos. Para a família, ela foi uma mulher escrava que conquistou sua liberdade e viveu um relacionamento amoroso com seu senhor branco, Manoel Cedraz. Mais que isso, ela é retratada pela família como uma mulher diferente da maioria das mulheres brancas e negras que viveram na mesma época que ela.

É importante considerar que os descendentes dela narram a história que ouviram de seus pais e avós, rememoram momentos da infância e da juventude em que, sentados na casa de seus “Ioiós”, ouviam com atenção as histórias que seus antepassados contavam. Dessa forma, a memória que recontam é, em parte, obra do passado, mas ressurge nos dias atuais de forma reconstruída, com elementos que fazem parte do presente, uma vez que

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.<sup>6</sup>

Uma das entrevistas que assinalou bem essa questão foi a de D. Nininha, de 92 anos, moradora da comunidade quilombola Maracujá, mulher negra e neta de Estanislau, suposto irmão de Martinha. “Minha mãe falava muito de Martina, que era tia dela... Que Martina era escrava, que casou com o patrão, o patrão dela que comprou ela... Ela era muito inteligente... Aí, ele voltou e casou com ela”.<sup>7</sup>

O termo patrão é associado a Manoel Cedraz pelas relações trabalhistas que se davam no mundo dos livres, mas que, pelo entendimento de nossa entrevistada, cabe ao cenário narrado por ser assim que ela conheceu em seu tempo e não o termo senhor, atribuído ao período estudado. Assim, “lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e idéias

de hoje as experiências do passado”.<sup>8</sup> Descendentes de ex-escravos no Centro-Sul do Brasil também dialogavam com a tradição familiar herdada de seus ascendentes.

Nossos narradores dialogaram com a tradição familiar herdada de seus pais e avós para entender o tempo em que viveram – quase todo século passado [...] Produziram, como resultado, um verdadeiro *diálogo dos tempos*, a partir do qual emprestaram significados à narrativa de suas histórias de vida e construíram um discurso coletivo sobre a história dos descendentes dos últimos escravos no Rio de Janeiro, pós-emancipação.<sup>9</sup>

A repetição das narrativas sobre a vida de Martinha foi algo perceptível no decorrer das entrevistas. Fatos foram descritos de forma tão semelhante que, às vezes, dava a impressão de que estávamos falando com as mesmas pessoas o tempo todo. Outro dado a considerar é que, mesmo alguns parentes não tendo contato ou não se conhecendo, os dados são muito semelhantes. D. Nininha e os bisnetos de Martinha que vivem em Juazeirinho não se conhecem, nunca tiveram contato, mas a memória de ambos coincide em muitos pontos. Não é possível dizer quando esta memória coletiva começou a se formar, mas há cerca de quase 80 anos essas histórias têm sido contadas e recontadas.

Outra questão a analisar é sobre a violência física dos escravos. Sabemos que alguns descendentes de escravos ou mesmo egressos do cativeiro negavam um passado cativo por receio de relembrar as dores do sofrimento vivido e o preconceito que sofriam mesmo depois da abolição. No caso específico de Martinha, tais circunstâncias são amplamente reveladas, pois ela conseguiu viver de forma diferenciada, tornou-se a esposa de seu senhor branco e pôde proporcionar à sua família melhores condições de vida, além disso, ascendeu socialmente, tornando-se proprietária de terras. O poder dessa história reside no fato de que triunfou diante dos limites da escravidão. Por isso, sua imagem é forte na “memória” do sertão de Coité.

A memória revela alguns dados importantes, como a condição de vida que Martinha passou a desfrutar logo depois de ter sido comprada por Manoel Cedraz e ir viver com ele na Fazenda Saco dos Porcos. Segundo as memórias de seus bisnetos, Martinha foi levada por Manoel Cedraz e viveu com ele um relacionamento escondido dos pais dele. Porém, não demorou para que ela aparecesse grávida, gerando, por parte da família Cedraz, sérias desconfianças de que fosse de Mané Tenda.

Dona Maria Rosenalva, de 78 anos, bisneta de Martinha, nos disse que,

a história de minha bisavó, a gente conheceu através de meus pais, meus avós, porque a gente mesmo não alcançou, aí, minha bisavó era escrava, ela foi comprada... Aí, aconteceu que ela começou o caso com o filho do dono dela, esse que era meu bisavô também... Aí, eles continuaram e tudo mais, aí, eles não gostavam. Porque ela era escrava, os pais dele não queriam.

Como que iam querer? Aí, descobriu que eles estavam se gostando, e ela continuou escondida, aí, daí a pouco ela apareceu grávida do meu avô, que era o Antônio Frutuoso e ali naquele fato, os pais do rapaz que tava namorando com ela, castigou ela, porque ela apareceu grávida [...] e eles colocou ela pra fora, castigou. Uma vez, quando eles descobriram logo o caso, ela se escondeu, por que davam uma bacia de roupa pra ela lavar, aí, ela era tão castigada... Amarraram ela... Você sabe que toda judiação fazia com os escravos e ela correu e se escondeu debaixo daquela bacia, aí, eles lutaram e procuraram ela, aí, ajuntou os outros escravos e resolveram pegar a bacia de roupa e vamos tirar dali... A bacia estava pesada, porque ela estava lá escondida, porque ameaçaram tirar ela da fazenda... Minha mãe contava que maltratavam muito ela, a amarravam de corrente, era uma judiação ingrata [...].

Algumas questões chamam a atenção no relato de Dona Rosenalva. Primeiro, o fato de Martinha ser escrava e, por isso, receber duros castigos físicos. O escravo era considerado uma propriedade do senhor, e isto dava o direito ao proprietário de castigá-lo no momento que julgasse necessário, principalmente, por desobediência. Neste sentido, Martinha era castigada fisicamente por estar envolvida com Manoel Cedraz, que naquele momento, mesmo sendo o proprietário da cativa, morava na mesma fazenda que seus pais e irmãos.

As situações de violência contra os escravos no período imperial ainda permanecem nas memórias dos seus descendentes. “Constroem de maneira coerente uma memória coletiva sobre os significados da experiência da escravidão associadas às idéias de violência, torturas, maus-tratos e animalização, bem como ao poder senhorial e a seu arbítrio, para fazer o bem ou o mal”.<sup>10</sup>

Havia, portanto, o conceito de bom e mau senhor.<sup>11</sup> Os bons senhores eram aqueles que não castigavam seus cativos. A ideia do mau senhor estava associada ao uso da violência como forma de punição.

Eles eram tratados como cachorros (os escravos), viviam lá na senzala tudo junto, não comia junto com os patrão (senhor), não fazia nada junto com o patrão não, era tudo separado. Os escravos dormia separados, comia separados... Tinha patrão que era bom, mas tinha patrão que era miserave... judiava muito dos negros... O marido dela (Martinha) tratava ela bem, não judiava dela não. A família dele não judiava dela também não.<sup>12</sup>

Nem todos os descendentes de ex-escravos admitem que seus parentes, enquanto cativos, sofreram violência física. Alguns preferem reportar a terceiros as situações de humilhação e sofrimento vividas no cativeiro, como fez D. Nininha, nossa entrevistada.<sup>13</sup> Assim, “[...] reportar como relativas a terceiros as situações mais degradantes e as experiências mais brutais referidas à experiência do cativeiro é uma prática que provavelmente está recuperando, como arquétipo, experiências reais, vividas parcialmente por todo e qualquer cativo”.<sup>14</sup>

O regime escravocrata já era violento por si só, pois transformava homens que deveriam viver livres em sujeitos subordinados, sem o direito de mobilidade espacial e de tomada de decisões. Assim, o sistema escravista já era assentado em uma política de violência contra o ser humano negro.

A partir das situações de violência contra sua cativa, Mané Tenda resolveu sair da fazenda de seus pais e ir morar na Fazenda Urussú, juntamente com Martinha e a família que constituiria daquele momento em diante. Segundo Dona Rosenalva, o que motivou a saída deles da Fazenda Saco dos Porcos foi o fato de a família Cedraz não aceitar o seu relacionamento com uma cativa. Além das questões referentes à violência, Martinha também aparece nos relatos enfrentando o preconceito da família senhorial que não aceitava o seu relacionamento com o senhor.

A família faz questão de evocar o quanto a vida de Martinha mudou a partir do momento que foi viver com o seu senhor/esposo na Fazenda Urussú. A evidência para a mudança da vida dela é centrada no amor de Manoel Cedraz, que enfrentou a própria família e, possivelmente, a sociedade para constituir família com Martinha. O sentimento que uniu ela a seu senhor foi capaz de mudar uma ordem escravista.

Ao tornar-se a esposa de seu senhor, Martinha conquistou, possivelmente, alguns privilégios. Quando chegou à Fazenda Urussú, não foi viver na senzala, fora morar na casa de seu dono e passou a gozar de algumas regalias que a memória traz os detalhes.

Mané Tenda tratava ela muito bem, quando trouxe ela não colocou na senzala, levou ela pra casa dele. Ela passou a possuir muita riqueza... Meu pai (filho de Antonio Frutuoso) dizia que ela andava no luxo, toda enfeitada de ouro, muitos cordões no pescoço... Ela não tinha cabelo, era bem pequenininho, aí, ela andava com o cabelo cheio de poupas, enfeitadas com fitas [...] ela tinha um cofre de bronze cheio de coisas de ouro e de moedas [...].<sup>15</sup>

Na narrativa acima, Martinha se aproxima do mito de Chica da Silva, uma cativa que alcançou riqueza e vivia no luxo.<sup>16</sup> O amor de Mané Tenda para com Martinha é um discurso de todos os entrevistados. Fazem questão de afirmar o quanto o bisavô era “fechado”, mas que, por outro lado, tratava Martinha com muito carinho. “Ele tratava ela muito bem, diz que quando ele conheceu ela, ela era muito ativa pra fazer as coisas, inteligente, tinha muita inteligência, ele tratava ela muito bem [...]”.<sup>17</sup>

Seu Evandio relatou o quanto Manoel Cedraz era ríspido com as demais pessoas, mas, que com Martinha, ele era bem diferente. As informações dos entrevistados vão ao encontro da riqueza ofertada pela utilização da História Oral, que apesar de ser muito criticada, diante da possibilidade de transmissão de “falsas” informações e sua subjetividade, traz à tona os

significados atribuídos aos fatos narrados. “Mas o que é realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.<sup>18</sup>

Pelo amor que Manoel Cedraz nutria por Martinha, ele fazia muitas de suas vontades. Assim, proporcionou uma vida de conforto para a sua esposa. Ela andava bastante enfeitada, se preocupava com a aparência, usava muitos cordões de ouro. Os entrevistados relatam como ela era vaidosa, gostava demasiadamente das joias que recebia do marido, assim como outras mulheres negras da época que viviam em outras regiões do Brasil.<sup>19</sup> Mas, essa forma dos descendentes se referir a Martinha é também uma invenção da memória, que a aproxima do mundo de outras cativas que enriqueceram seduzindo seus senhores.

No caso específico de Martinha, sua situação de vida deveria despertar a curiosidade da população de Coité, que no final do século XIX, era constituída por uma maioria de negros e mulatos, possivelmente, muitos eram libertos ou mesmo descendentes de escravos que viviam em condições desfavoráveis se comparadas à nova realidade de Martinha.

O nosso entrevistado Evandio narrou com detalhes a opulência da vida de Martinha. A partir das suas informações, algumas questões foram levantadas: Manoel Cedraz seria, de fato, tão bondoso com Martinha, a ponto de possibilitar tamanhas regalias? Uma coisa, podemos afirmar sobre isto, Manoel Cedraz nutria um sentimento especial por Martinha, tanto que ela foi a única mulher com quem ele assumiu um relacionamento amoroso diante da sociedade.

“ Quem enricou ela foi o Mané Tenda”, nos revelou o Sr. Evandio, que demonstrou ter uma memória excelente quanto às histórias do passado. Para ele, Martinha não precisou fazer muita coisa para alcançar uma vida melhor, bastou o amor de Mané Tenda. A evidência da mudança de vida dela parecia estar traçada por um ser superior.<sup>20</sup> Até onde esse amor seria romântico dessa forma? É possível que estes relatos também revelem questões ligadas à concepção de que o homem deveria ser o provedor da mulher.

Ela sabia fazer com que ele fosse mais humano através de suas ações. Mané Tenda comprou o menino Saturnino para amenizar a dor de sua amada, evidenciando um ato de amor. O Sr. Evandio nos contou que, quando jovem, ouviu seu avô Antonio Frutuoso conversando com o irmão dele, o Joviniano, contando esse episódio:

Depois que o Mané Tenda comprou Martinha, ela amanhecia todo dia chorando, daí, ele perguntou o que era que ela tinha. Ela contou que tinha um filho que tinha sido vendido para outra pessoa... Aí, eles contaram que ele (Mané Tenda) foi negociar com o dono do menino. Aí, encontrou e ele avisou que o menino era caro, que só vendia ele por 400\$000 mil-réis. Aí,

ele disse, o menino é meu. Levou e entregou o menino à Martinha. No outro dia, ela acordou alegre, cantou o dia todo.

Naquele momento, foi perceptível o quanto a memória tem uma função afetiva, que permite ao ser humano reviver momentos específicos que foram muito significativos. Durante essa parte da entrevista, a expressão do Sr. Evandio demonstrou, claramente, que o “passado parecia muito presente”.<sup>21</sup> Assim, muitas vezes, “é preciso ir muito longe, para descobrir ilhas do passado conservadas, parece, tais e quais, de tal modo que nos sentíssemos subitamente transportados a cinqüenta ou sessenta anos atrás”.<sup>22</sup>

Mas, é importante considerar que a condição de Martinha como esposa de seu antigo senhor não lhe rendeu apenas regalias. Ela pode ter vivido muitas situações de preconceito, assim como seus filhos e o próprio Manoel Cedraz. Situações como a perda da consideração de alguns membros da família, que passaram a ignorá-lo enquanto parente, foram relatadas com frequência pelos entrevistados. Ela, dificilmente, seria aceita pelos parentes dele.

Era um tempo muito duro  
De preconceitos de cor,  
Misturar-se a uma escrava  
Nem pra lhe fazer favor,  
Conviver com ela, então,  
Era de tudo abrir mão  
Em nome de um grande amor  
Os seus melhores amigos  
As costas todos voltavam,  
Na hora da saudação  
Todos eles se calavam,  
Desviavam-se os vizinhos  
Que o encontrava nos caminhos  
E muito dele falavam.  
Perdeu a Bênção do pai,  
Dos irmãos a confiança,  
De outros sofreu escárnio [...]<sup>23</sup>

Parte da família Cedraz morava na Fazenda Rio das Pedras, como o primo Aristides, com sua esposa e filhas. Nesta fazenda, Martinha “não era bem-vinda, ela não podia frequentar as festas lá, porque lá só tinha branco”.<sup>24</sup> Tal afirmação não pode ser negligenciada, pois sabemos que a cor da pele era um diferencial na sociedade brasileira do século XIX, e, mais ainda, em uma comunidade pequena, em que todos conheciam a condição jurídica de cada pessoa que vivia ali. Por outro lado, é importante lembrar que Aristides Cedraz batizou um dos filhos de Martinha, Graciliano, em 1879. Dessa forma, é provável que a relação entre eles não fosse tão hostil assim. Com o passar dos anos, Aristides continuou ligado aos filhos de Martinha. Eufrosina viveu na Fazenda Rio das Pedras por cerca de 12 anos e passou todos os bens dela, em testamento, para Aristides. Em 1907, Belmiro, filho de

Martinha, casou-se com uma das filhas de Aristides. Será que havia esse impedimento da presença de Martinha na Fazenda Rio das Pedras? Ou, será que a recusa da escrava na família ocorreu apenas no início do relacionamento com Manoel Cedraz, e, com o passar dos anos, a família Cedraz se conformou e aceitou a relação entre eles?

Para os descendentes de Martinha, as barreiras sociais e raciais enfrentadas pelo casal foram se desfazendo ao longo do tempo. Martinha, com sua “inteligência”, teria ultrapassado os limites impostos pela sociedade livre, pois se tornou uma mulher reconhecida pela comunidade em que vivia. Porém, não houve relatos de que o preconceito da família de Manoel Cedraz com relação à Martinha tenha desaparecido ou mesmo amenizado com o tempo.

No que diz respeito à posição que ocupava na sociedade em que vivia, desconfiamos que ela mantinha relações de amizade e solidariedade com outros cativos e libertos. Foi afirmado no capítulo anterior que Martinha batizou algumas crianças, dentre elas, filhos de escravos e libertos. Dois dos entrevistados fizeram referência à ligação que existia entre os netos e bisnetos de Martinha com uma mulher negra, vendedora de doces e bebidas na feira de Conceição do Coité. Afirmaram que sempre pediam a bênção a uma “tia Chandinha”, mas que não sabiam bem de onde vinha tal parentesco. Para nossa surpresa, o Sr. Evandio lembrou sobre essa “tia”, que era filha da escrava Sancha, cativa de Manoel José da Costa, o antigo proprietário de Martinha. Ela teria convivido com Martinha, antes dela ser comprada por Mané Tenda, e, possivelmente, continuou tendo laços de amizade com Sancha e com os descendentes dela. Apenas um dado não foi confirmado na documentação, segundo o Sr. Evandio, Sancha era escrava de Manoel Cedraz. Teria Mané Tenda comprado a antiga companheira de cativo de sua esposa? E, sobre o acordo de compra e venda dela, teria sido uma negociação em caráter verbal ou ela conseguiu a liberdade e foi trabalhar na fazenda, ao lado de Martinha?

Martinha era envolvida na comunidade religiosa de Juazeirinho, pois afirmam que ela cantava na igreja, “fazia rezas, ela cantava muito bem, tinha uma voz linda”. Como acontecia essa participação de Martinha na igreja, naquele período? Será que ela era aceita pela congregação daquela paróquia? Será que não havia preconceitos e que tudo ocorria sem nenhum conflito? Desconfiamos que não. Ao que parece, existe uma tentativa dos descendentes de Martinha em associar a ela valores importantes da época, como por exemplo, ter participação ativa na vida religiosa da comunidade que vivia.

É importante considerar que Martinha vivia uma relação de concubinato com Manoel Cedraz e esta realidade era conhecida pela população local, inclusive, pelos párocos e padres.

Mas, é necessário ressaltar que a igreja que Martinha fazia parte era na região de Juazeirinho, possivelmente, em terras de Manoel Cedraz. Poderiam existir muitos comentários sobre a vida pessoal de Martinha e seu marido, mas, isso não pode ser argumento suficiente para afirmar que ela não participava ativamente das atividades da igreja. É possível que o *status* de Manoel Cedraz tenha contribuído para o acesso de Martinha à igreja.

Partilho da ideia de que algumas afirmações sobre Martinha podem até ser fruto de exageros da família, em uma tentativa de demonstrar o quão importante ela foi, mas, por outro lado, essa representação que todos fazem ao se referir a ela demonstra, também, o quanto a história de uma mulher negra e escrava, que alcançou mudanças na vida, mexe com a imaginação de todos. É como se a família se sentisse orgulhosa, como parte dessa ascensão. A família é composta por pessoas “negras” ainda hoje, o que eles associam à herança de Martinha. “De forma paralela, a construção de memórias coletivas se faz, necessariamente, como função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente”.<sup>25</sup>

Parece que Martinha era muito conhecida na região, principalmente, no Juazeirinho, local em que Manoel Cedraz tinha terras e que ainda hoje moram muitos dos descendentes de Antonio Frutuoso. Foi ali que viveram Antonio Frutuoso, Belmiro, Alcina, Saturnino e Eufrosina.

Para a família, Martinha teve um papel de destaque naquela comunidade. Ela alcançou uma posição diferenciada da de muitas libertas que ali viviam. De certa forma, a família tenta também demonstrar o quanto ela foi singular, pelas atividades que realizava. Sempre montada a cavalo e muito bem arrumada, quando adentrava as terras do Juazeiro, era recebida como uma “rainha”. Os “moleques” gritavam: “Chegou Dona Martina”.<sup>26</sup>

Martinha nasceu escrava e com esta condição viu muitos de seus irmãos de cativeiro sofrerem castigos físicos e receberem um tratamento áspero e grosseiro. De acordo com a documentação escrita, Mané Tenda possuía escravos, dentre eles, podemos destacar Marinha, Maria e Ignácia, todas mulheres que viviam na Fazenda Urussú e, provavelmente, conviveram com Martinha e seus filhos. Manoel Cedraz era um homem com poucas amizades, que não dispunha de uma vida social de muitos amigos, como afirma seus descendentes, “sem muitos sorrisos”. Ele era, nas palavras de Dona Rosalva, “muito fechado”. Ao que parece, a família guarda na memória que a chegada de Martinha na fazenda fez com que algumas mudanças acontecessem, principalmente, no trato dos escravos. Sobre isto, seu Evandio Mendes Oliveira, de 78 anos, neto de Antonio Frutuoso, afirmou que,

Mané Tenda era muito duro com os escravos [...], mas, com Martinha na Urussú, ele teve que mudar o tratamento com os escravos. Ela pediu que ele

diminuísse o trabalho dos escravos, que eles trabalhavam demais... Ela dizia: os negros tão trabalhando demais e ele (Mané Tenda) diminuiu, tanto que quando chegou a alforria, uma parte dos escravos foi embora, outra ficou com ela.<sup>27</sup>

A partir da declaração, percebemos que Martinha é descrita como uma mulher que tentou, de alguma forma, mudar o cotidiano de seus irmãos de cor, exigindo do seu companheiro e senhor daqueles escravos, que desse a eles um tratamento mais digno. Mas, sua atuação, segundo seus parentes, não esteve ligada, apenas, ao fato de buscar melhores condições de vida para seus antigos companheiros de cativeiro, ela teve um papel fundamental na liberdade e futuro de seus irmãos.

A história de Martinha foi marcada por um momento relatado pelos seus descendentes, o engajamento dela na luta pela liberdade de seus irmãos. Esta luta, ao que tudo indica, deu-se entre 1871 e 1888. Ela iniciou uma busca incessante pelos irmãos; e quando os encontrou, comprou a liberdade dos que ainda eram escravos; e os que já tinham conquistado a liberdade, ela trouxe para perto dela e ofereceu trabalho em suas terras e ainda deu-lhes posses de terras para plantar e dali eles poderem tirar o sustento. Segundo o Sr. Evandio, ela recebeu do marido as terras das fazendas Maracujá e Malhadinha do Meio, nas terras de Riachão do Jacuípe. Dessas terras, ela deu parte do Maracujá para alguns de seus irmãos. Estas informações não foram confirmadas em documentos escritos, mas, encontramos uma pista de que realmente ela tentou ajudar, pelo menos, um de seus irmãos. Localizamos vivendo na comunidade do Maracujá, hoje quilombola, dois netos de Estanislau, Dona Nininha e o Sr. Albertino. Dona Nininha afirmou que as terras pertenciam ao seu avô, porém, não sabia como foram adquiridas. Sabia apenas, que nasceram naquelas terras e que eram de sua família. O Sr. Orlando Matos, memorialista, que pesquisou a vida de Martinha a partir de relatos de um neto dela, que conviveu com ela, o Sr. Pequeno, nos disse que,

ela comprou os irmãos e dava a liberdade e terra para eles morar, ou na mesma terra que ela vivia ou em outras que comprava já pra isso... Alguns moraram nas terras dela e outros próximos às cercas de<sup>28</sup> Mané Tenda... Aí, Martinha já arrumava trabalho para os irmãos e os sobrinhos.

A partir da análise das entrevistas, parece haver uma intenção, por parte da família, de tratar Martinha como uma abolicionista, como se tivesse mudado os rumos da escravidão na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Sua atuação não teria se restringido à vida de seus irmãos e dos escravos de seu marido, o Mané Tenda. Seu exemplo havia ido mais longe, teria chegado ao conhecimento de outros proprietários de escravos que viviam na mesma comunidade que ela. Um dos donos de escravos tocados pelo exemplo de Martinha foi, segundo a memória, o coronel Antonio Justino, dono da Fazenda Jetirana.

O exemplo dela contagiou muito donos de escravos, entre eles, Antonio Justino, o coronel da Jetirana... Um parente de Martinha me disse que a partir dali, muitos diziam: ‘É uma vergonha, uma mulher fazendo isso, nós, homens, sem fazer nada’. Ele concedeu a liberdade a alguns de seus cativos.

Os dados acima revelam que a atitude de nossa personagem comoveu muita gente, principalmente, por ela ser uma mulher e tomar a iniciativa em prol da libertação de cativos, mesmo que fossem os de sua família. O coronel Justino foi um morador da freguesia mesmo, isto se confirma, mas, por outro lado, as libertações de que falam, se realmente aconteceram, não foram registradas em cartório.

Ao analisar o livro do memorialista Orlando Matos, *Martinha, escrava, esposa e rainha*, é visível uma exaltação da atuação de Martinha. Parece que sua vida tornou-se exemplo para a comunidade em que vivia e que ela tinha uma missão aqui na terra, fazer pelos escravos o que nenhuma outra pessoa fez na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Não encontramos neste estudo nenhuma referência à outra pessoa, fosse branca ou mesmo escrava, que teve alguma atuação na libertação de escravos ou que lutou por alguma causa em prol de cativos, nem na memória da população.

Não cabe aqui provar o que é verdade ou não, porque esta é uma tarefa muito difícil, para não dizer, impossível. Os documentos escritos registravam apenas os fatos referentes às negociações ou mesmo a alguns eventos e formalidades. Eles não respondem a situações do cotidiano, nem mesmo a sentimentos. Os relatos orais revelam as emoções que foram atribuídas à Martinha e sua família, mesmo que sejam recontados através da memória da memória. Os entrevistados para este trabalho narram as histórias ouvidas de seus pais e avós, fato que não desmerece a veracidade de tais depoimentos, mas, que precisa ser analisado com cautela, com o intenso cuidado de não tomar as fontes orais como verdade absoluta, tampouco, caracterizá-las como falsas. Para nós, o que realmente importa são as visões e discursos que se construiu sobre Martinha ao longo do tempo.

As informações que foram apresentadas neste texto demonstram que havia, por parte dos descendentes de nossa personagem, uma intenção em transformá-la em uma espécie de “rainha”. Os relatos, apesar de apresentarem detalhes diferentes em um ou outro depoimento, conservam fatores que estão presentes em todas as memórias, o que denota uma memória coletiva.<sup>29</sup> As narrativas, neste sentido, revelam uma espécie de “mito” compartilhado.

Um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.<sup>30</sup>

A essa tradição “inventada”, podemos associar as repetições nas narrativas da família de Martinha, que afirmam ter sido ela uma mulher muito generosa com as pessoas que faziam parte da comunidade em que vivia. Parece que ela tinha uma missão, que era zelar da vida dos familiares, como também de outras pessoas que viveram no mesmo período e local que ela. Aqui, cabe também a atuação de Martinha para a liberdade de cativos de Coité do final do século XIX.

O objetivo e a característica das ‘tradições’ inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. [...] Consideramos que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.<sup>31</sup>

Assim, esbarramos em uma questão central para a utilização da História Oral como metodologia, as críticas referentes à fidelidade das informações. Partimos do pressuposto de que “o mais importante na história contada não é sua fidedignidade, ou não, mas sua representação, seu significado para os que a narram”.<sup>32</sup>

A memória sabe também transformar consciente ou inconscientemente o passado em função do presente possuindo uma tendência particular a ‘embelezá-lo’. Ela se define por sua capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, estes, aliás, não são visões falsas da realidade e sim uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade.<sup>33</sup>

No caso específico dos descendentes de Martinha, encontramos uma população “de cor”, “não branca”, que deve ter vivido situações de discriminação tanto pela cor da pele, quanto pela própria condição de vida. Os bisnetos de Antonio Frutuoso, por exemplo, não estudaram, permaneceram nas propriedades rurais que foram recebendo de herança ao longo das gerações e vivendo do cultivo da terra. Permaneceram ligados à propriedade rural, assim como optaram seus pais e avós. É considerável que tais pessoas possam recorrer a informações obtidas a partir de outros meios, como televisão, livros, relatos, ao longo de suas vidas, para representar esse passado. “Mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua condição sócio-econômica, podem afetar, senão o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história”.<sup>34</sup>

## 4.2 Uma mulher diferente?

A vida da forra Martinha e de seus filhos foi marcada pelo trabalho na lavoura e na criação de gado, atividades econômicas realizadas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no final do século XIX e início do século XX. Geralmente, os homens e mulheres trabalhavam nessas atividades para produzir gêneros de subsistência e também para comercializar. Produtos como milho, feijão, batata, aipim e a mandioca eram cultivados pelos moradores da dita freguesia.

Como foi mencionado nos outros capítulos, Manoel Cedraz era proprietário de uma grande quantidade de terras no século XIX. Estas terras eram cultivadas, possivelmente, pelos seus escravos e trabalhadores. Além deles, Martinha teve papel fundamental, pois, como registra a memória, ela trabalhava administrando as propriedades e produções dele.

As narrativas dos entrevistados indicam que Martinha cuidava da administração das propriedades do marido e também das suas, terras compradas pelo Mané Tenda e dadas a ela de presente, dado que não foi comprovado por meio da documentação escrita. Ela andava montada a cavalo e assim visitava as fazendas, principalmente as dela, que cuidava com o auxílio do seu filho Antonio Frutuoso. Antonio é caracterizado pela família como vaqueiro, ele trabalhava junto com o pai cuidando do gado e auxiliava também a mãe na administração das fazendas. Como as pessoas enxergavam Martinha naquele período? A maioria das mulheres daquela época que viviam na região sudeste do Brasil trabalhava apenas na administração do lar e nos serviços domésticos. Naquele período, o espaço destinado às mulheres era o íntimo da casa; a rua, o espaço externo, era um lugar convencionalmente reservado aos homens.<sup>35</sup>

O modelo de mulher esboçado para servir como base foi aquele de castidade, de um esforço individual, que cuidava da casa e dos filhos, que necessitava ser cuidada, revestida de afeto e apresentar um comportamento assexuado. Outro dado importante é que a perspectiva profissional era a “carreira doméstica”.<sup>36</sup>

No que concerne às mulheres do sertão, é bem provável que a realidade fosse diferenciada. É possível que as sertanejas trabalhassem diariamente para complementar seus meios de sobrevivência. As autoras Gabriela Nogueira<sup>37</sup> e Napoliana Santana<sup>38</sup>, em estudos sobre o “Certam de Sima”, afirmaram que, enquanto os maridos trabalhavam como vaqueiros ou em outras atividades rurais, suas mulheres trabalhavam na fabricação de tecidos, nas casas de tear e costuras. Outras, no entanto, trabalhavam nas lavouras, o que mais se aproxima da

realidade das mulheres da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, porém, não descartamos a possibilidade de que algumas também trabalhassem como costureiras.

Sobre Martinha, os relatos orais dão conta de uma mulher diferente dos padrões estabelecidos para uma mulher com posses naquele período. O Sr. Evandio disse que “Martina pouco ficava em casa”. Ela vivia, de acordo com tais relatos, cuidando das propriedades do marido. Tinha muitas amigas, envolvia-se com a caridade local. Como ela deveria ser tratada pelas mulheres livres da região, principalmente, aquelas de pele clara? Será que algumas dessas mulheres teriam laços de amizade com Martinha? No período em estudo, as condutas das amigas diziam muito a respeito da mulher.<sup>39</sup>

Não há documentação escrita que descreva as ocupações de alguém com tantos detalhes, principalmente, em uma atividade tão peculiar como a de Martinha. Pelas entrevistas, percebemos que não se tratava de uma mulher comum, semelhante às outras. Ela se diferenciava pela coragem e pelas atitudes. Pelo menos, esse é o discurso, a visão que a família construiu sobre ela ao longo do tempo.

Analisando a condição de vida de Martinha, nos deparamos com uma questão importante: a submissão. Por um lado, podemos analisá-la a partir das memórias, que dão conta de afirmar que ela era uma mulher diferente, “inteligente”, “desenvolvida”. Mas, deixaram escapar, também, que ela sempre se referia ao marido como Ioió, jamais o tratava como a um companheiro, seguia, assim, o mesmo hábito da escravidão, em que os cativos se referiam aos seus senhores. Os bisnetos dela, assim aprenderam a chamar seus avós e bisavós.

No período estudado, final do século XIX e início do século XX, muitas eram as marcas de um sistema patriarcal, em que os senhores brancos dominavam os negros, que eram tratados como inferiores, e, também, as mulheres, geralmente, eram representadas pelos homens. Ao observar os documentos escritos pesquisados para este trabalho, foi possível perceber poucas vozes femininas. Seus nomes aparecem sempre ligados aos dos maridos e quando não estão relacionados a eles é porque elas já eram viúvas.

Desta forma, se torna mais difícil pesquisar as trajetórias de mulheres que viveram e fizeram suas histórias no passado. Suas memórias são condicionadas às ações dos homens com os quais viviam. Algumas, portanto, têm suas trajetórias recontadas a partir de situações particulares, geralmente, negativas. “A função que se tem das mulheres funciona como um indicador: elas são consideradas raramente por si mesmas”.<sup>40</sup> No geral, as mulheres, principalmente as do povo, aquelas oriundas de camadas pobres, sempre foram excluídas da historiografia<sup>41</sup>, mesmo quando se trata de temas ligados à escravidão, os homens negros é que são lembrados. “Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura [...]

evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção”.<sup>42</sup>

Neste sentido, cabe mais uma vez recorrer à História Oral como uma possibilidade de trabalhar com as mulheres nas pesquisas históricas, na falta de testemunhos escritos, já que tais suportes trazem, em geral, os nomes dos homens. “É por isso que o desenvolvimento recente da história “oral” é de certo modo uma revanche das mulheres”.<sup>43</sup>

Voltando à memória sobre Martinha, é necessário retomar um aspecto importante, a questão da submissão. Seria ela uma mulher totalmente submissa, ou havia nela uma independência acordada com o marido? Ou, ainda, até onde ia essa liberdade, essa autonomia? Sobre isto, é relevante considerar que o homem sempre dava a palavra final, mas que muitas mulheres conquistavam espaço na negociação acerca da autonomia e submissão. “Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contrapoderes. Poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e ‘compensações’ no jogo da sedução e do reinado feminino”.<sup>44</sup>

Apesar de toda uma dominação masculina sobre o feminino, é bem provável que nossa Martinha tivesse conseguido encontrar um meio de conquistar o respeito e o reconhecimento de Manoel Cedraz como uma mulher independente, que poderia sair da intimidade da casa e ocupar outros espaços no cotidiano. Partilhamos da ideia de que todo sujeito “dominado” tem meios de reagir à tutela a que está submetido. Às vezes, uma atitude submissa pode esconder os meios reais para conquistar determinados objetivos.

Uma incorporação de dominação não anula a possibilidade de variações por parte dos dominados. Assim, a aceitação por parte de algumas mulheres de certos papéis não significa que estejam baixando a cabeça a uma submissão alienante, mas, pode ser um recurso que lhes possibilite deslocar ou até mesmo subverter a relação de domínio. Seria, portanto, uma forma tática para seus próprios fins, uma representação que foi imposta, e, por outro lado, aceita, mas, em direção oposta à ordem que a produziu.<sup>45</sup>

Este pode ter sido o caminho adotado por nossa personagem, não de forma calculada para enganar o seu marido, mas, como meio de sobrevivência digna e de acordo com sua vontade, ela poderia viver da forma que escolheu e, por outro lado, ter sido algo aceitável por Mané Tenda.

### 4.3 O que dizem os memorialistas?: entre a ficção e a honra de Martinha

O trabalho dos memorialistas é narrar a história local, seja a partir de documentos escritos, ou através da tradição oral. Sobre Conceição do Coité, encontramos dois memorialistas que se propuseram a escrever acerca da sua história. Vanilson Oliveira descreveu a história da freguesia desde o início de sua formação até o século XX. Trabalhou também com a genealogia de algumas famílias tradicionais, dentre elas, a família Cedraz. No estudo *Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós* (2002), citou o nome da escrava Martinha como cativa do pai de Manoel Cedraz, que mais tarde tornou-se a esposa de Mané Tenda, vindo a ter cinco filhos com ele. Especificou, também, que a parte mulata da família Cedraz é descendente desta escrava. Suas contribuições são relevantes para se conhecer vários aspectos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, mas, sobre nossa personagem, ele escreveu pouco. Todavia, uma crônica elaborada por ele causou desconforto para a família Cedraz.

O livro intitulado *Sisal, suor e poder: crônica de uma região* foi publicado em 2003. É uma coletânea de crônicas escritas por Vanilson Oliveira. Segundo ele, esta é uma obra com textos fictícios e outros verdadeiros, mas, não definiu quais são as histórias e quais os fatos reais. Ele utilizou nomes de pessoas que viveram no sertão do Coité durante o final do século XIX e início do século XX e que se encontram nos documentos escritos e na tradição oral da população da cidade. Entre estas crônicas, está *O amor de Mané Tenda pela escrava Martinha*. Ele iniciou o texto falando de Manoel Cedraz e de como ele era um homem “rico”. Dono da Fazenda Cedro, que era muito “grande, com pastos, gado e escravos para dela cuidar”. Nesta dita fazenda, vivia, entre muitos cativos, um que mereceu o destaque do autor, o personagem Benedito dos Santos, conhecido como Braúna. Ele havia fugido do Recôncavo Baiano. É apresentado como “rapaz alegre, prestativo, brincalhão e festeiro”.

Braúna havia sido capturado pelos vaqueiros do pai de Manoel Cedraz. E, como há muito tempo vinha fugindo e ninguém apareceu reclamando o escravo, ele acabou ficando na fazenda. Vanilson, ao dar vida ao personagem Braúna, fez questão de retratá-lo como um negro belo, que despertava desejos nas escravas da fazenda.

A crioula Ana Joaquina, cozinheira da casa, diluía-se em gozo ao vê-lo na copa; suspirava: ‘Benedito, ai meu Bené!’ Corpo digno de homem. Coxas grossas, bem trabalhadas, parecendo um pé de baraúna. Ombros nus, peitos nus, cor de fumo, tição de fogo que lhe acendia labaredas nas entranhas.<sup>46</sup>

O texto é carregado de sensualidade, contendo até palavras de duplo sentido, como “tição do negrão” e “cabaço”. Este último termo se refere à virgindade das moças. As investidas de Ana Joaquina deixavam Braúna “acanhado”, pois sua verdadeira paixão era a crioula Martinha, que “servia como Iaiá para os patrões”.<sup>47</sup> “Na hora do almoço ele sempre dava um jeito de se encontrar com Martinha, marcavam encontros na caatinga, no capinzal do Rio das Pedras, porém nunca dava certo, pois ela ainda era uma donzela virgem e sentia calafrio só em pensar [...]”. O encontro, enfim, acontece e Martinha é retratada como uma “mulher pura e simples, corpo e coração curtido, com arte de menina, influída de graça e fantasia”. Na narrativa é exposto o diálogo entre os dois nesse momento.

— Tô com um quebrante no corpo. Tu botou olhado em mim. Tu é Exu, tu é o cão; — Meu nome é Benedito Assunção, as crioulas me chamam de Braúna, um bom rapaz. Ocê não acha? — Acho sim, porém ocê não é pra mim. Saiba que Mané Tenda, o filho do patrão, bateu os olhos em mim e estou enfeitiçada por ele. De um tempo pra cá andava desconfiado e começou a me seguir e, na semana passada, atrás do Tanque Grande, ele me agarrou, me beijou, fez muitas juras de amor e acabei cedendo para ele o meu cabaço. Até que gostei dele fazer aquilo!

A narrativa segue evidenciando as características físicas de Martinha: “Era uma crioula muito bela. Um corpo de fazer inveja a qualquer madame dos Tocós. Causava admiração a quase todas as escravas e às filhinhas dos fazendeiros. Era bastante cobiçada pelos donos de escravos e por seus filhos”.<sup>48</sup>

As juras de amor de Mané Tenda teriam feito confusão na cabeça de Martinha, “seu coração ficou dividido”. Optaria por ele, o negro Braúna, ou pelo filho do patrão, que lhe “traria liberdade e conforto”? Mesmo com todas as insistências de Braúna e diante dos boatos sobre o Mané Tenda ser um homem “mulherengo”, que vivia um relacionamento amoroso com uma mulher chamada Justina e tinha um filho com ela, Martinha escolheu o filho do patrão. O autor relata uma Martinha interesseira, que tomou sua decisão baseada nos ganhos que teria com aquele relacionamento.

O filho do patrão já havia percebido o interesse do negro Braúna pela escrava Martinha. Ele já estava desconfiado, pois logo

reuniu toda a família, incluindo os escravos e agregados da fazenda e anunciou que dentre em breve se casaria com Martinha Maria de Oliveira, o grande amor de sua vida. E não custou muito a se casarem. O casamento se deu em poucos meses e foram morar na Fazenda Caiçara, deixando para trás todos os escravos do pai, dentre eles o Benedito Assunção, o Braúna. E, assim, foram felizes para sempre construindo uma família miscigenada com filhos pardos: Antonio Frutuoso, Joviniano, Belmiro, Euflozina, Maria Alcina e uma filha que casou com Cirilo indo morar nas bandas de Serrinha.<sup>49</sup>

Ao ler a crônica, percebemos tratar-se de uma ficção, um texto imaginativo, sem a preocupação com a veracidade dos fatos apresentados, todavia, algumas informações retiradas dos relatos e dos documentos sobre Martinha foram também usadas por Vanilson Oliveira. Um detalhe chama a atenção, os nomes das personagens fictícias são quase todos reais, fazem alusão a pessoas que viveram e se relacionaram com Martinha de alguma forma, exceto Braúna e Ana Joaquina, que foram criações do escritor. Este detalhe fez toda a diferença para a família Cedraz, uma vez que toca na honra familiar.

Vanilson Oliveira escreveu uma estória que fora inventada por ele, porém, inspirada em sujeitos reais. Esta crônica gerou descontentamento em alguns descendentes de Martinha, principalmente, no Sr. Romão. Ele acreditava que a “invenção” de autoria de Vanilson Oliveira manchou a honra de sua bisavó. O fato de uma mulher, naquele período, cogitar a possibilidade de encontrar um homem estando com outro era, no mínimo, um ato de infidelidade. E, para agravar a situação, tratava-se de um negro e escravo. Para a família, a honra de Martinha foi manchada, pois mesmo considerando que foi uma criação do autor, os nomes não foram.

A ficção é um recurso da literatura, porém, muitas vezes, os autores também recorrem às fontes históricas para escrever sobre determinado personagem. Por vezes, recorrem a sujeitos que existiram e os transformam em outros seres, que envolvidos em situações reais e inventadas, misturam o real e o imaginário.<sup>50</sup> Para a historiografia, a literatura tem se tornado fonte para pesquisas, por sua riqueza de significados e leituras.

Afirmar que a historiografia integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a muitas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores culturais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.<sup>51</sup>

Porém, a História e a literatura são diferentes, principalmente, pela necessidade de fontes. “Só podemos historicizar aquilo que deixou vestígios de sua produção pelo ‘homem, em dado momento e espaço’, não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo”.<sup>52</sup> Os historiadores refletem sobre a sociedade, a cultura, a política e outras questões importantes sobre elas, mas, para tanto, utilizam métodos “fidedignos”. Entendemos que toda escrita da história parte da interpretação de discursos que foram escritos por outrem, mas, busca-se que seja a mais verdadeira possível.<sup>53</sup>

A história como estrutura desdobrada tem então a tripla tarefa de; convocar o passado, que já não está no discurso do presente, mostrar as competências do historiador, domínio das fontes, e convencer o leitor: Visto desse ângulo, a

estrutura desdobrada do discurso funciona como uma máquina que obtêm da fonte uma verossimilhança para o relato e uma convalidação do saber; produz pois, a confiabilidade.<sup>54</sup>

A literatura, por sua vez, pauta seus escritos na ficção, ou melhor, na forma de invenção. Neste sentido, o historiador se diferencia do criador literário na medida em que suas configurações narrativas objetivam uma reconstrução verdadeira de acontecimentos reais, mediada por relação normativa com a utilização dos documentos.<sup>55</sup> Assim, “a história tem a verdade por aporia ao passo que a ficção coloca a verdade entre parênteses. Elas não se confundem”.<sup>56</sup>

O texto fictício de Vanilson Oliveira foi construído levando em consideração o desejo de duas mulheres por um homem. Uma era Martinha, que sentia um forte desejo por dois homens ao mesmo tempo, ou melhor, parece-nos que por Braúna era desejo, mas por Mané Tenda era uma questão de interesse pessoal. Interesse pela liberdade e por melhores condições de sobrevivência. O amor quem tinha era Manoel Cedraz. Ele estava apaixonado por ela.

A honra e a castidade feminina era, de certo, algo que preocupava muito a família nos séculos XIX e XX.<sup>57</sup> A mulher deveria, sobretudo, ter controle sobre seus desejos sexuais<sup>58</sup> e seu comportamento tinha que ser baseado no recato e na vergonha. A moça precisava “encarnar a castidade e pureza necessárias à honestidade das famílias, que por sua vez, era mantida pela fidelidade conjugal das ‘senhoras’. Assim, mulher de família ou ‘moça de família’ era antônimo de ‘mulher pública’”.<sup>59</sup>

A partir da revolta de alguns parentes que tiveram acesso à crônica de Vanilson Oliveira, o outro memorialista, Orlando Matos Barreto, resolveu escrever o livro *Martinha: escrava, esposa e rainha*. Mesmo percebendo que há fatos reais nesta obra, é importante considerar que também é um trabalho de ficção. Em muitos momentos, os acontecimentos narrados em forma de cordel fogem da realidade, como recurso para a construção do texto no estilo escolhido. Orlando Barreto retratou uma Martinha submissa, sofredora, vítima do destino. Ela teria sido abusada ainda no cativeiro.

Numa noite muito escura  
Um homem no quarto entrou  
Juntou-se a ela na esteira  
E da menina abusou.  
Fez com ela o que bem quis,  
Só não fez ela feliz,  
Apenas a engravidou<sup>60</sup>

Orlando Matos transformou Martinha numa mulher diferente da recriada por Vanilson Oliveira. Dessa maneira, ela foi apresentada, através de sua literatura, numa tentativa de

“limpar a sua honra”, como uma mulher cuidadosa e dedicada à família. Era também batalhadora, corajosa e diferenciada, pois pensava e agia para o bem de sua família e de seus irmãos de cor. Com relação ao casamento, ela era, sobretudo, uma mulher honrada.

Manteve sua compostura,  
 Viveu amando seu homem,  
 Dedicando-lhe ternura,  
 Carinho, afeto e paixão,  
 Amor e compreensão,  
 Foi fiel, sensata e pura.  
 [...]
   
 Martinha foi boa esposa,  
 Companheira de verdade,  
 Desempenhou seu papel  
 Com maior simplicidade.  
 Foi escrava e foi patroa  
 Mas sempre foi gente boa,  
 Lutou pela igualdade  
 Dobrou as mangas do tempo,  
 Avançou para o futuro,  
 Fez transformar muita gente  
 Que tinha o coração duro,  
 Conquistou a simpatia  
 Das pessoas de valia  
 Com seu modo simples, puro<sup>61</sup>

Percebemos que esta foi uma tentativa bem-sucedida de apresentar uma Martinha bastante diferente daquela imaginada por Vanilson Oliveira. O que justificava o relacionamento entre Manoel Cedraz e Martinha era, exclusivamente, a força do amor, sobretudo, sentido por Mané Tenda.

É importante considerar que estamos diante das disputas da memória se projetando nas diversas produções literárias sobre Martinha. O que pode também ser a projeção de outras situações e dilemas vividos por Martinha. Curioso é que a memória da família Cedraz pouco fala ou se lembra sobre a vida afetiva de Martinha e Manoel Cedraz. O fato é que ela enfrentou essa marca preconceituosa, pois além de ser escrava e negra, carregava a história de outro relacionamento afetivo que gerou o pequeno Saturnino.

#### **4.4 Encontros e desencontros da memória**

As informações presentes nas obras dos memorialistas podem ser utilizadas para verificar algumas “falhas” de informações observadas ao cruzar as fontes escritas e as orais. Ambos parecem ter tido contato com a documentação escrita, pelo menos, com a escritura de

compra e venda da escrava Martinha. No caso específico de Orlando Barreto, ele foi além e utilizou também a escritura de compra e venda de Saturnino e da partilha de bens.

Vanilson Oliveira traz algumas informações que pudemos comprovar a veracidade ou não dos fatos narrados por ele. Um dos primeiros dados é com relação ao proprietário de Martinha. Ele afirma que ela era propriedade de Manoel Cedraz de Oliveira, o pai do Mané Tenda. Tal afirmação pode ser fruto de uma interpretação equivocada da fonte documental, relacionada à semelhança dos nomes e sobrenomes. Os nomes do pai e do filho eram iguais.

Outra informação é sobre o nome do filho de Manoel Cedraz com Justina Maria de Jesus, que na verdade chamava-se Manoel Amaro de Oliveira. Possivelmente, ele decidiu alterar o nome para se contrapor à realidade. Sobre o casamento de Martinha e Manoel Cedraz, o memorialista afirma que se casaram rápido e foram morar na Fazenda Caiçara. Eles se casaram em 1889, cerca de 18 anos após o nascimento de Antonio Frutuoso. Ele também citou os nomes dos filhos do casal, Antonio Frutuoso, Joviniano, Belmiro, Euflozina, Maria Alcina e outra filha, que havia se casado com um tal Cirilo. Esta filha não existiu, e falta o nome do filho Graciliano, que faleceu ainda jovem.

Sobre o endereço do casal, a Fazenda Caiçara realmente era de Manoel Cedraz, porém, não aparece em nenhuma documentação como o endereço deles. Esta foi a fazenda que Joviniano morou depois que se casou. Martinha e sua família moraram, primeiro, na Fazenda Saco dos Porcos e, depois, foram para a Fazenda Urussú. Lá viveram até a morte.

Outro desencontro nas falas é sobre o valor da compra do menino Saturnino. Seu Evandio informou que o menino foi comprado por 400\$000 mil-réis, um valor alto para a compra de escravos ainda crianças. Na escritura de compra de Saturnino, consta que o valor acordado e pago por Manoel Cedraz à Dona Bernardina Claudina do Espírito Santo foi de 250\$000 mil-réis.<sup>62</sup>

Como citamos anteriormente, há alguns dados que aparecem numa entrevista ou outra que vão de encontro às demais narrativas. Um exemplo disso foi o que falou D. Rosenalva ao se reportar à Martinha enquanto mulher. Segundo ela, sua bisavó foi apenas uma dona de casa, que nunca trabalhou em nada. “Ela era só doméstica, ela tomava conta só da família, não trabalhava mais... Ela era escrava, mais quando veio pontar (ficar) com meu bisavó ela não trabalhou mais. Ela só trabalhava assim de roça... Tinha os filhos, ia criando eles... Era só assim”.

Sobre Martinha ter comprado os irmãos ou ter trazido eles para perto dela, D. Rosenalva disse que desconhece tal informação, que nunca ouviu seus pais nem avós falando sobre isso.

“Eu não sei se ela ajudou nisso não, mas isso aí até pode ser porque ela era muito boa, muito maravilhosa, ela gostava muito de ajudar... Mas, isso aí eu não sabia não”.<sup>63</sup>

Dessa forma, a memória narrada pelos descendentes de Martinha traz detalhes importantes para a reconstituição de parte de sua trajetória. Mais que isso, esta memória nos revela a importância que agregam à vida de Martinha e como isso alimenta os desejos pessoais e familiares de uma vida com menos dificuldades. O que chama a atenção é o fato de contarem e recontarem a história da bisavó como uma forma de “revanche”, de exaltação ao papel de uma mulher que, negra e cativa, conseguiu ultrapassar os limites da escravidão e viver de maneira diferenciada do modo como viveram outras cativas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

<sup>1</sup> COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral. *XI Encontro Regional Sudeste de História Oral*, Niterói – RJ, jun. de 2015, Universidade Federal Fluminense. p. 1-10.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>3</sup> Esta metodologia foi utilizada pelas historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos na pesquisa que deu origem ao livro *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*.

<sup>4</sup> O conceito de memória coletiva adotado nesta pesquisa é o defendido por Hebe Mattos e Maurice Halbwachs.

<sup>5</sup> SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 1994.

<sup>6</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

<sup>7</sup> Entrevista oral com Dona Nininha, 92 anos, concedida em 20.05.2014.

<sup>8</sup> BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: lembranças de velhos*. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, SP: Contexto, 1994. p. 24.

<sup>9</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>10</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005. p. 75.

<sup>11</sup> *Ibidem*, 2005. p. 52.

<sup>12</sup> Entrevista com Dona Nininha, 92 anos, concedida em 20.05.2014.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*, 2005. p. 53.

<sup>15</sup> Entrevista com seu Evandio, 78 anos, concedida em 17.07.2014.

<sup>16</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

<sup>17</sup> Entrevista com D. Nininha, 92 anos, concedida em 20.05.2014.

<sup>18</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo – SP, n. 14, fev. de 1997. p. 25-39. p. 33.

<sup>19</sup> SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

<sup>20</sup> BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica e Editora, 2004.

<sup>21</sup> GANDON, Tania Riserio d’Almeida. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. *Revista da FAEBA*, Salvador – BA, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus I, v. 14, n. 23, jan./jun. de 2005. p. 227-233. p. 231.

<sup>22</sup> HALBWACHS, 1990. p. 68.

<sup>23</sup> BARRETO, 2003.

<sup>24</sup> Entrevista com o Sr. Evandio Mendes Oliveira, 78 anos, concedida em 17.07.2014.

<sup>25</sup> MATTOS; RIOS, 2005. p. 43.

<sup>26</sup> Entrevista com Evandio, 78 anos, concedida em 09.09.2014.

<sup>27</sup> *Idem*.

<sup>28</sup> Entrevista com Orlando Matos Barreto, concedida em 20.04.2014.

- 
- <sup>29</sup> HALBWACHS, 1990.
- <sup>30</sup> PORTELLI, Alessandro. História Oral e poder. *Minemosine* – Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010. p. 23.
- <sup>31</sup> HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 5. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008. p. 10-12.
- <sup>32</sup> Idem.
- <sup>33</sup> GANDON, 2005. p. 206.
- <sup>34</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo – SP, n. 14, fev. de 1997. p. 34.
- <sup>35</sup> CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1840-1918)*. Rio de Janeiro, RJ: Unicamp, 2000.
- <sup>36</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1995.
- <sup>37</sup> NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “*Viver por si*”, *viver pelos seus*: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do São Francisco” (1730-1790). Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas, Santo Antônio de Jesus – BA, 2011.
- <sup>38</sup> SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas, Santo Antônio de Jesus – BA, 2012.
- <sup>39</sup> CAUFIELD, 2000.
- <sup>40</sup> PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo – SP, v. 9, n. 18, ag./set. de 1989. p. 9-18. p. 9.
- <sup>41</sup> Ibidem, p. 10.
- <sup>42</sup> RAGO, 1995. p. 81.
- <sup>43</sup> PERROT, 1989. p. 16.
- <sup>44</sup> RACHEL, Soihet. História das mulheres e história de gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 77-87. p. 81.
- <sup>45</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, n. 4, Campinas – SP, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 1995. p. 40-43.
- <sup>46</sup> OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Sisal, suor e poder: crônica de uma região*. Conceição do Coité, BA: Editora Clip, 2003. p. 23.
- <sup>47</sup> Ibidem, p. 23.
- <sup>48</sup> OLIVEIRA, 2003. Op. Cit. p. 24.
- <sup>49</sup> Idem, p. 24-25.
- <sup>50</sup> FURTADO, 2003.
- <sup>51</sup> FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto, 2009.
- <sup>52</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 64.
- <sup>53</sup> DE CERTEAU apud CHARTIER, 2007.
- <sup>54</sup> DE CERTEAU apud CHARTIER, 2007. p. 27.
- <sup>55</sup> ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: História e ficção. *Princípios* – Revista de Filosofia, Natal – RN, v. 19, n. 31, jan./jun. de 2012. p. 5-27.
- <sup>56</sup> PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Como (re) escrever a História do Brasil hoje?. *História e Perspectivas*, Uberlândia – MG, n. 40, jan./jun. de 2009, p. 151-175. p. 172.
- <sup>57</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 1994.
- <sup>58</sup> RAGO, 2003.
- <sup>59</sup> FERREIRA FILHO, 1997. Op. Cit. p. 78-79.
- <sup>60</sup> BARRETO, 2004. p. 15.
- <sup>61</sup> Ibidem, p. 22-23.
- <sup>62</sup> CEDOC – UNEB. *Livro de notas*. 1870. fls. 29-30.
- <sup>63</sup> Entrevista com Dona Rosenalva, 72 anos, concedida em 09.09.2014.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esta dissertação, sinto que muitas surpresas apareceram ao longo da pesquisa sobre a trajetória de Martinha Maria de Jesus, ex-escrava que viveu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, no período entre 1849 e 1933. Este estudo possibilitou conhecer alguns aspectos ligados à escravidão e à liberdade na freguesia em estudo. Entre eles, podemos destacar que a comunidade em que vivia Martinha era caracterizada por uma economia voltada para a subsistência e o excedente era vendido nas feiras da região. O número de cativos era pequeno, todavia, havia uma população negra e parda em quantidade superior aos considerados brancos, o que, talvez, “amenizasse” as diferenciações sociais a partir da cor.

Martinha nasceu e viveu nesse cenário de pequenos proprietários de escravos, que, em alguns casos, desconfiamos terem sido pardos ou mesmo mulatos e crioulos. Sua vida foi marcada pelas experiências no cativo e na liberdade. Transitou entre o mundo cativo e o livre, estabelecendo ligações com os representantes de cada um destes grupos. Foi comprada por Manoel Cedraz e com ele constituiu uma família de sete filhos, muitos netos e outros tantos bisnetos. Por mais que os documentos escritos ocupem um lugar de destaque na historiografia, eles sozinhos não foram capazes de responder alguns questionamentos que surgiram no decorrer desta pesquisa, principalmente, no que tange às questões de caráter subjetivo, assim, a memória contribuiu de forma eficaz para a descoberta de possíveis respostas para elas.

Uma das questões que norteou este estudo foi sobre o relacionamento entre uma cativa e seu senhor e os desdobramentos para os filhos gerados a partir dessa relação. Foi possível perceber que a condição de vida de Martinha foi alterada após o relacionamento com o Mané Tenda. Ela passou de escrava para dona da casa, de cativa para liberta, convivendo, inclusive, com outros escravos na condição de senhora.

Sua condição de esposa de seu proprietário se diferenciou da maioria dos relacionamentos vividos por outras cativas com seus senhores. Manoel Cedraz escolheu Martinha para ser sua companheira e com ela viveu e construiu um patrimônio em terras, através do qual ainda hoje seus bisnetos sobrevivem. O caso de Martinha não é isolado e único. Os estudos sobre família revelam que, embora não fossem frequentes, havia casos de mulheres cativas que casavam com seus senhores. O caso de Martinha é importante, pois

mediante a documentação estudada e os relatos orais de seus descendentes foi possível acompanhar a sua trajetória de vida.

Desconfio que o valor declarado na partilha de bens de 1912, referente aos bens que os filhos de Martinha receberam, não condiz com a realidade. Conheci as propriedades rurais, e chegam a mais ou menos 4.800 tarefas de terra, atualizando para as medidas de hoje. O que poderia ser considerado um grande patrimônio para a época na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Martinha deve ter visto sua vida mudar a partir daquele relacionamento. Por um lado, alcançou melhores condições de vida, mas, por outro, deve ter sofrido muita humilhação e rejeição da família Cedraz, por conta de sua condição jurídica e étnica. A cor era um diferencial naquela sociedade regida pelo sistema escravista. Seus filhos, pardos e fulas, devem ter sofrido preconceito também, por serem inseridos numa família de proprietários de escravos, composta, provavelmente, por pessoas de peles mais claras.

Percebemos que Martinha estava inserida numa rede de apadrinhamento e amizade com outros cativos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Apadrinhou crianças no pós-abolição e manteve amizade com ex-escravos por muitos anos, inclusive com Sancha, a escrava de Manoel José da Costa, no período em que ela estava sob o domínio dele. Esta amizade ultrapassou o período da escravidão. Os netos e bisnetos de Martinha chamavam a filha de Sancha de tia, dando continuidade a uma rede de amizade que ela estabeleceu ainda no cativeiro.

Entender as razões da escolha de Mané Tenda em constituir família com uma cativa sua requer a compreensão de que as relações entre homens de posses e as mulheres negras escravas e libertas também se pautavam na afetividade, no amor. Tais relacionamentos não eram tão artificiais e secos como podem pensar. Acreditamos que Martinha e seu companheiro estiveram unidos por cerca de 42 anos por sentimento de reciprocidade.

Muitas *estórias* e histórias de Martinha e sua família são recontadas pelos seus descendentes. Lembranças dos avós que rememoravam um passado de sofrimento, violência, preconceitos e de glórias instigam os bisnetos e os descendentes deles a continuarem recontando o passado dessa mulher que ascendeu socialmente e é a única ex-escrava que a memória local se refere com tantos detalhes.

Como foi dito, Martinha mantinha relações de amizade e de proximidade com outros cativos. A partir disso, outras famílias cativas foram sendo encontradas na documentação. Foram achadas referências a muitas famílias nucleares que permaneceram estáveis por um

longo período. Outras tantas famílias matrifocais também surgiram no emaranhado de documentos, revelando a investida de algumas mães na busca da liberdade da prole.

A abolição não deve ter trazido grandes mudanças na vida dos egressos do cativeiro. Porém, para Martinha, a abolição significou algumas mudanças em sua vida, pois foi depois da abolição que Manoel Cedraz resolveu oficializar, perante a igreja, a união com ela.

Não conseguimos identificar nomes de ex-escravos comprando terras ou outros imóveis depois de 1888. A concentração das propriedades rurais permaneceu nas mãos dos mesmos grupos familiares e isso se perpetuou até 1920. Este dado não deve ser suficiente para afirmar que os ex-escravos continuaram a viver da mesma forma que durante a escravidão. São necessários outros estudos nesta área para explicar tal situação.

A constatação da existência de um número considerável de famílias escravas abre caminho para novas pesquisas, principalmente no que se refere às mulheres “solteiras” e àquelas que não oficializaram a união perante a Igreja Católica. Elas, claro, poderiam ter companheiros que lhes ajudavam a criar seus filhos, mas somente pesquisas minuciosas podem desvendar a condição de vida delas. A formação da família escrava no Sertão da Bahia já revela algumas particularidades.

Percorrer a trajetória de Martinha, caminhar pelas estradas e fazendas que ela viveu ou frequentou para ver os filhos, foi algo enriquecedor para a construção deste trabalho. Foi possível conhecer as comunidades rurais formadas por seus descendentes e a presença de alguns aspectos culturais afro-brasileiros característicos delas. Quantos rostos ali poderiam lembrar o de Martinha? Quantos olhares e aspirações de melhorias de vida seriam semelhantes aos dela? O rosto de Martinha, para nós, é um mistério, pois não foi encontrada nenhuma fotografia dela em posse da família. Sua imagem chegou até mim por meio de relatos da família. Os entrevistados que não a conheceram, acreditam piamente que ela foi uma negra muito bonita, com bela voz, com pouco cabelo, muito vaidosa e diferente, bem diferente das mulheres que viveram a mesma opressão da escravidão.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2006.
- ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro. Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias. *Afro-Ásia*, n. 43, mar. de 2009/out. de 2011, p. 195-212.
- ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje. Escravidão, família e mobilidade social, c. 1780 – c. 1830*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2010.
- ALVES, Maria Angélica. *A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual*. s/n.
- ARAÚJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. Typografia do “O Serrinhense”. Serrinha – BA, 1926.
- ASSIS, Nancy Rita Santo Sé de. *Baianos do honrado Império do Brasil: honra, poder e virtude no Recôncavo (1880-1889)*. Tese de doutorado. UFF, Niterói – RJ, 2006.
- BARRETO, Orlando Matos. *Conceição do Coité: da colonização a emancipação – 1730-1890*. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica e Editora, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité, BA: Clip Gráfica e Editora, 2004.
- BARROS, José D’Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *Opsis*, v. 7, n. 9, jul./dez. de 2007, p. 167-185.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1840-1918)*. Rio de Janeiro, RJ: Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I, artes de fazer*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, n. 4, Campinas – SP, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 1995.

COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral. *XI Encontro Regional Sudeste de História Oral*, Niterói – RJ, jun. de 2015, Universidade Federal Fluminense. p. 1-10.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no Sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os laços de uma família: da escravidão a liberdade nos sertões do São Francisco*. s/n.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 1994.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

FRANCO, Tasso. *Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador, BA: EGBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal (1933). Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Record, 2001.

FREYRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, riqueza e escravidão em Feira de Santana, 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Salvador, BA: UFBA, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. 2003.

GANDON, Tania Riserio d'Almeida. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. *Revista da FAEBA*, Salvador – BA, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus I, v. 14, n. 23, jan./jun. de 2005. p. 227-233.

GRIMBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade – as ações de liberdade da Corte de Apelação no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 5. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. *Caminhos da liberdade: a escravidão em Serrinha – Bahia (1866-1888)*. Dissertação de mestrado. Salvador, BA: UFBA, 2008.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas – Bahia: 1851-1923*. São Paulo, SP: Annablume, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. A família de Maria do Espírito Santo e Luis de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo, SP: Alameda, 2012.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro, RJ: EDUSC, 2009.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Tipologia da família Baiana. In: \_\_\_\_\_. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, SP: Contexto, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, Salvador – BA, 2000.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do São Francisco” (1730-1790). Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas, Santo Antônio de Jesus – BA, 2011.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité, BA: Clip Serviços Gráficos, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sisal, suor e poder: crônica de uma região*. Conceição do Coité, BA: Editora Clip, 2003.

\_\_\_\_\_. *Conceição do Coité: a capital do sisal*. Salvador, BA: Gráfica da UNEB, 1987.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: História e ficção. *Princípios – Revista de Filosofia*, Natal – RN, v. 19, n. 31, jan./jun. de 2012. p. 5-27.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo – SP, v. 9, n. 18, ag./set. de 1989, p. 9-18.

POLLACK. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTES, Kátia Vinhático. *Mulatos, políticos e rebeldes baianos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*, São Paulo – SP, n. 14, fev. de 1997.

RACHEL, Soihet. História das mulheres e história de gênero. Um depoimento. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 77-87.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1995.

REIS, Isabel Cristina Ferreira de. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888*. Campinas – SP, 2007.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 – c. 1853)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 2009.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas, Santo Antônio de Jesus – BA, 2012.

SANTOS, Adriana Silva. *As relações de trabalho no pós-abolição: uma discussão historiográfica*. s/n.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Salvador, BA: EDUFBA, 2011.

SLENES, Robert W. “O que Ruy Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13, jan./abr. de 1983.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional*. vol. 2. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. p. 233-290.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador – BA, 1994.

SOUZA, Edimária Lima Oliveira. *Vestígios no tempo: escravidão e liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité*. Monografia. Conceição do Coité, BA: UNEB, 2013.

## ENTREVISTAS ORAIS

ALBERTINO MAYA DE OLIVEIRA. 86 anos. Entrevista concedida em 20 de maio de 2014.

ANA MAYA DE OLIVEIRA (D. NININHA). 92 anos. Entrevista concedida em 20 de maio de 2014.

EVANDIO MENDES OLIVEIRA. 78 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2014.

JOÃO SANTANA CEDRAZ. 70 anos. Entrevista concedida em 15 de janeiro de 2015.

JOSÉ PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA. 66 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2014.

MANOEL CARNEIRO DA SILVA. 73 anos. Entrevista concedida em 9 de setembro de 2014.

MARIA SILVA DE OLIVEIRA. 78 anos. Entrevista concedida em 24 de agosto de 2014.

MARIA ROSENALVA CARNEIRO DA SILVA. 72 anos. Entrevista concedida em 9 de setembro de 2014.

ORLANDO DE MATOS CARNEIRO. Entrevista concedida em 20 de abril de 2014; 19 de setembro de 2015.

RITA MARIA DE JESUS. 77 anos. Entrevista concedida em 27 de julho de 2015.

ROMÃO CEDRAZ DE OLIVEIRA. 78 anos. Entrevista concedida em 20 de abril de 2014; 10 de julho de 2015.

ROQUE VISITA CORDEIRO. 79 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2015.

## LISTA DE FONTES MANUSCRITAS

ACPCC. *Assentos de batismos*. 1870-1930.

\_\_\_\_\_. *Registros de casamentos*. 1870-1920.

\_\_\_\_\_. *Registros de óbitos*. 1870-1933.

APEB. *Livros de registros eclesiásticos das terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité*, n. 4393-4396.

CEDOC – UNEB. *Livros de notas*. 1870-1874. 1875-1883. 1884-1889. 1890-1905. 1905-1908. 1909-1911. 1912-1915. 1916-1920. 1921-1925. 1926-1930. 1931-1934.

\_\_\_\_\_. *Escrituras de compra e venda de escravos*.

\_\_\_\_\_. *Cartas de liberdade*.

\_\_\_\_\_. *Procurações*.

\_\_\_\_\_. *Escrituras de compra e venda de imóveis e propriedades rurais*.

\_\_\_\_\_. *Petições*.

\_\_\_\_\_. *Atas de eleições*.

\_\_\_\_\_. *Testamentos*. 1870-1933.

\_\_\_\_\_. *Declarações de nascimentos*. 1870-1888.

\_\_\_\_\_. *Declarações de óbitos*. 1870-1888.

\_\_\_\_\_. *Inventários post-mortem*. 1870-1905.

FHC – ACMFS. *Assentos de batismos*. 1840-1910.

\_\_\_\_\_. *Registros de casamentos*. 1850-1910.

\_\_\_\_\_. *Registros de óbitos*. 1860-1869.